



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MARIA EUNICE CABRAL DE LUNA VICTOR

**CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NO CAMPO DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS
NOS PPGCIs DO NORDESTE**

**JOÃO PESSOA - PB
2019**

MARIA EUNICE CABRAL DE LUNA VICTOR

**CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NO CAMPO DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS
NOS PPGCIs DO NORDESTE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves

**JOÃO PESSOA - PB
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V644c Victor, Maria Eunice Cabral de Luna.

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NO CAMPO DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES E TESES
DEFENDIDAS NOS PPGCIs DO NORDESTE / Maria Eunice Cabral
de Luna Victor. - João Pessoa, 2019.

116 f.

Orientação: Edvaldo Alves.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/PPGCI / CCSA.

1. Cidadania. 2. Direitos Humanos. 3. PPGCI's do
Nordeste. 4. Ciência da informação. I. Alves, Edvaldo.
II. Título.

UFPB/BC

MARIA EUNICE CABRAL DE LUNA VICTOR

**CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NO CAMPO DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO:**

uma análise das dissertações e teses defendidas nos PPGCI's do
nordeste

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em nível de Mestrado Acadêmico, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em 28 / 06 /2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves
Orientador – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Henry Pôncio Cruz de Oliveira
Examinador Interno – Universidade Federal da Paraíba



Prof. Dr. Fellipe Sá Brasileiro
Examinador Externo – Universidade Federal da Paraíba

*Aos meus avós, **Antônio Luiz e Maria Eunice**,
por me ensinarem o valor que há na partilha da
vida.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, por Jesus Cristo o meu Senhor e Salvador. Por guardar a minha fé e preservar o meu olhar no Seu. Por me dar capacidade e perseverança necessárias para a realização deste sonho.

À minha família.

À minha mãe, por repartir sua vida comigo. Por ser a pessoa mais generosa que eu já pude conhecer e por me ensinar a sentir. Pelas inúmeras acrobacias e sacrifícios financeiros feitos com a finalidade de me sustentar. Por ser a minha torcida mais fiel, o meu lugar de certeza.

À minha avó, Maria Eunice, por ser o meu referencial de integridade. Por me ensinar os caminhos da retidão e por me amar do jeito mais divino que alguém já me amou.

Ao meu avô, Antônio Luiz, por todos os discursos de incentivo. Por ser o melhor exemplo de hombridade e comprometimento. O zelo com que assina o seu próprio nome foi combustível para me ensinar sobre o valor que tem as letras.

Às minhas tias. Suzélia, por abrir as portas da sua casa e me acolher com generosidade e paciência. Suziane e Meireles, seu esposo, por sempre atenderem aos meus pedidos de ajuda de um jeito tão gentil e solícito que eu sinto que jamais serei capaz de compensar. Suzy, por sempre demonstrar seu cuidado e zelo. Suzineide, por seu carinho e disponibilidade em me ajudar sempre que eu busquei a sua ajuda.

Aos meus amigos.

A Sara Navarro. Por me ensinar sobre vocação e serviço.

A Wagner Cunha, pelos 17 anos de amizade, nos quais em nenhum momento deixou de me contagiar com a sua nobreza. Por me enxergar com esta conquista quando eu ainda estava muito longe de conseguir. Por sonhar os meus sonhos comigo, adotá-los como se fossem seus. Por me permitir participar dos seus próprios sonhos como se fossem meus. Pelo “Eu Amo Vida” e por amar a minha vida.

Aos meus amigos-irmãos, Eurípedes Junior, Manuela Patrício, Eunice Penaforte, Letícia Máximo, Tayane Andrade, Douglas Santana, Andreza Moraes, Jullyane Baltar, Rayane Karen, Anne Karolline, Priscila Dinah pela presença que nunca falha. Pela doce constância da nossa

amizade, pela firmeza do amor que me dedicam e por nunca me deixarem sozinha. A Nathália Gomes, pela ajuda na construção dos gráficos.

Aos colegas do mestrado, turma 2017. Em especial a Katiane Vieira, por somar sua jornada à minha, e a Claudialyne Araújo pela amizade sincera e pelas palavras de incentivo.

A Edvaldo Carvalho Alves, pela orientação que me deu não somente para esta pesquisa, mas para toda a vida. Por ser inspiração de caráter, honestidade e respeito. Por ser íntegro, sincero e, sobretudo, bondoso para comigo.

RESUMO

Esta pesquisa coteja as produções científicas sobre Cidadania e Direitos Humanos em dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação mais antigos do Nordeste do Brasil, que também são aqueles que oferecem o curso do mestrado e doutorado na região, a saber, na Universidade Federal da Bahia, na Universidade Federal da Paraíba e na Universidade Federal de Pernambuco. O objetivo foi cotejar a aparição dessas temáticas nas dissertações e teses produzidas no período compreendido entre os anos de 2008 a 2018, pelos discentes pertencentes aos PPGCIs do Nordeste, levando-se em consideração, para melhor análise, as subáreas contemporâneas existentes na Ciência da Informação destacadas por Araujo (2018). Trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa e qualitativa, desenvolvida através do método bibliográfico e documental, cujo universo estudado foi constituído por 379 dissertações e 32 teses. A partir dos dados obtidos nesta pesquisa, evidenciou-se que 15% da produção das dissertações e 28% da produção de teses alcança as temáticas de Cidadania e/ou Direitos Humanos. É importante ressaltar os resultados referentes à presença de subáreas específicas na maioria das produções com as temáticas estudadas, análise a partir da qual se verificou que os estudos que dizem respeito à economia política da informação e à representação e organização da informação têm se mostrado na última década como facilitadores de diálogos sobre Cidadania e Direitos Humanos numa relação abrangente com a Ciência da Informação. Assim, através desta pesquisa, conclui-se que os PPGCIs do Nordeste possuem uma produção discente no que diz respeito a temas relevantes à comunidade acadêmica, científica e social sobre Cidadania e Direitos Humanos de modo que tal siga sendo explorada na Pós-Graduação em Ciência da Informação em todo o Brasil.

Palavras-chave: Cidadania; Direitos Humanos; Ciência da Informação; PPGCIs do Nordeste.

ABSTRACT

This research describes the presence of scientific productions about citizenship and Human Rights in the postgraduate thesis studies in Information Science in the Northeast of Brazil, namely, in Bahia Federal University, in Paraíba Federal University and Pernambuco Federal University. The objective of this thesis is to compare the presence of this theme on dissertations and thesis made between 2008 and 2018, from students belonging to Northeast's PPGCI, taken in consideration for a better analysis the contemporary subareas on information science highlighted by Araujo (2018). It is descriptive research, of quantitative and qualitative nature, built through the bibliographic and documental, whose universe studied was constructed by 379 dissertations and 32 theses. From the data collected in this research, was evidence that 15% of dissertation production and 28% oh thesis production deals about citizenship and/or human rights. It is essential to highlight the results referring to the presence of specific subareas on the majority of output with the studied themes, analysis from which it emerged that the studies which concern to political economy of information and representation and organization of data have been shown in the last decade how dialogue facilitators about citizenship and human rights in the comprehensive relationship with the Information science. So, through this research, concludes that the PGCI of Northeast has an expressive student production concerning to relevant themes to the communities academic, scientific and social about citizenship and human rights, becoming related to the consolidation of the importance of that thematic to be even more explored on postgraduation and information science in Brazil.

Keywords: Citizenship; Human Rights; Information Science; Northeast's PGCI's.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Linhas de Pesquisa do PPGCI UFBA.....	21
Quadro 2 -	Linhas de Pesquisa do PPGCI-UFPB.....	
Quadro 3 -	Linhas de Pesquisa do PPGCI-UFPE.....	
Quadro 4 -	Dissertações e teses por PPGCI entre 2008 e 2018.....	
Quadro 5 -	Dissertações e teses por ano no PPGCI da UFBA entre 2008 e 2018.....	61
Quadro 6 -	Dissertações e teses por ano no PPGCI da UFPB entre 2008 e 2018.....	62
Quadro 7 -	Dissertações e teses por ano no PPGCI da UFBA entre 2008 e 2018.....	
Quadro 8 -	Dissertações com temática sobre Cidadania e/ou DH nos PPGCIs do Nordeste entre 2008 e 2018.....	63
Quadro 9 -	Dissertações com temática sobre Cidadania e/ou DH nos PPGCIs do Nordeste entre 2008 e 2018.....	66
Quadro 10 -	Título, autor, orientador, ano e linha de pesquisa das dissertações produzidas com temática estudada na UFBA entre 2008 e 2018.....	71
Quadro 11 -	Título, autor, orientador, ano e linha de pesquisa das dissertações produzidas com temática estudada na UFPB entre 2008 e 2018.....	
Quadro 12 -	Título, autor, orientador, ano e linha de pesquisa das dissertações produzidas com temática estudada na UFPE entre 2008 e 2018.....	75
Quadro 13 -	Título, autor, orientador, ano e linha de pesquisa das teses produzidas com temática estudada na UFBA entre 2008 e 2018.....	75
Quadro 14 -	Título, autor, orientador, ano e linha de pesquisa das teses produzidas com temática estudada na UFPB entre 2008 e 2018.....	77
Quadro 15 -	Subáreas nas dissertações sobre Cidadania e/ou DH no PPGCI da UFBA.....	84
Quadro 16 -	Subáreas nas teses sobre Cidadania e/ou DH no PPGCI da UFBA	85
Quadro 17 -	Subáreas nas dissertações sobre Cidadania e/ou DH no PPGCI da UFPB.....	87
Quadro 18 -	Subáreas nas teses sobre Cidadania e/ou DH no PPGCI da UFBA	94
Quadro 19 -	Subáreas nas dissertações sobre Cidadania e/ou DH no PPGCI da UFPE.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Percentual de produções científicas aprovadas em cada PPGCI do NE.....	60
Gráfico 2 -	Percentual de dissertações e teses produzidas por cada PPGCI do NE.....	60
Gráfico 3 -	Dissertações com temática sobre Cidadania e/ou DH nos PPGCIs do NE.....	
Gráfico 4 -	Teses com temática sobre Cidadania e/ou DH nos PPGCIs do NE.....	66
Gráfico 5 -	Dissertações com temática sobre Cidadania e/ou DHs no PPGCI da UFBA.....	67
Gráfico 6 -	Teses com temática sobre Cidadania e/ou DH no PPGCI da UFBA.....	68
Gráfico 7 -	Dissertações com temática sobre Cidadania e/ou DHs no PPGCI da UFPB.....	69
Gráfico 8 -	Teses com temática sobre Cidadania e/ou DH no PPGCI da UFBA....	69
Gráfico 9 -	Dissertações com temática sobre Cidadania e/ou DH no PPGCI da UFPE.....	70
Gráfico 10 -	Subáreas nas dissertações do PPGCI da UFBA.....	83
Gráfico 11 -	Percentual de dissertações sobre cidadania e/ou DHs em relação às subáreas contemporâneas da CI no PPGCI da UFBA.....	94
Gráfico 12 -	Percentual de teses sobre cidadania e/ou DHs em relação às subáreas contemporâneas da CI no PPGCI da UFBA.....	96
Gráfico 13 -	Percentual de dissertações sobre cidadania e/ou DHs em relação às subáreas contemporâneas da CI no PPGCI da UFPB.....	103
Gráfico 14 -	Percentual de dissertações sobre cidadania e/ou DHs em relação às subáreas contemporâneas da CI no PPGCI da UFPE.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E / OU SIGLAS

C&T -	Ciência e Tecnologia
CAC -	Centro de Artes e Comunicação
CAPES -	Universidade de Londrina
CI -	Ciência da Informação
CMCI -	Curso de Mestrado em Ciência da Informação
CONSEPE -	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
DUDH -	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IBBD -	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT -	Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia
NE -	Nordeste
ONU -	Organização das Nações Unidas
PPGCI -	Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
TIC -	Tecnologia de Informação e Comunicação
UEL -	Universidade de Londrina
UFBA -	Universidade Federal da Bahia
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB -	Universidade Federal da Paraíba
UFPE -	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ -	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC -	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB -	Universidade de Brasília
UNESP -	Universidade Estadual Paulista
USP -	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	METODOLOGIA	16
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	16
2.2	CAMPO E OBJETO DE ESTUDO	17
2.2.1	Dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Nordeste	18
2.2.1.1	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na UFBA	19
2.2.1.2	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB	21
2.2.1.3	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação UFPE	
2.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	24
2.4	MÉTODOS E ANÁLISE DE DADOS	
3	O CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL	28
3.1	ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	28
3.1.1	A informação como objeto científico-social	31
3.2	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: UM ENFOQUE NA PÓS-GRADUAÇÃO DO NORDESTE	
3.3	O DESENVOLVIMENTO TEMÁTICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUAS SUBÁREAS CONTEMPORÂNEAS	35
3.3.1	A subárea da produção e comunicação científica	36
3.3.2	A subárea da representação e organização da informação	37
3.3.3	A subárea dos estudos sobre os sujeitos	
3.3.4	A subárea da gestão da informação	
3.3.5	A subárea da economia política da informação	
3.3.6	A subárea dos estudos métricos da informação	
3.3.7	A subárea da memória, patrimônio e documento	
4	A TEMÁTICA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS	
4.1	OS DIREITOS HUMANOS COMO TEMÁTICA DE ESTUDO	
4.2	A CIDADANIA COMO TEMÁTICA DE ESTUDO	
5	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA CI NO NORDESTE	
5.1	AS DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NOS PPGCIS DO NORDESTE	
5.2	AS DISSERTAÇÕES POR AUTORES, ORIENTADORES E PPGCIS	

5.3 AS TEMÁTICAS DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NAS
SUBÁREAS CONTEMPORÂNEAS DA CI NO BRASIL

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

Ainda na graduação desenvolvi uma profunda compreensão da informação enquanto elemento indispensável ao funcionamento da sociedade. Seja por sua função permissiva ao desenvolvimento do conhecimento ou, apenas, pela possibilidade que surge através da mesma para que haja interação e conexão do sujeito com o ambiente no qual está inserido, a informação, em seus variados moldes polissêmicos, foi por mim percebida como subsídio de poder e regência. Assim, para um dos fundamentos desta pesquisa, há de ter que se falar acerca da informação como mola compulsória imprescindível ao desempenho positivo de uma sociedade.

Esta compreensão, no entanto, prospera ainda mais a partir do contato que passo a ter com a informação enquanto elemento também científico, objeto central do campo de estudo deste mestrado. A apresentação da polissemia que há no conceito de informação e as diversas perspectivas sob as quais a palavra se apresenta foram sendo descobertas durante as disciplinas estudadas por mim, neste curso de pós-graduação, criando possibilidades de um entendimento ainda mais arraigado do poderio que há para o desenvolvimento individual e coletivo da humanidade.

É neste ponto de encontro entre a informação e sociedade, no que tange a observações e estudos aplicados às ciências sociais, que surgem as questões que circundam o tema central desta pesquisa. Sendo a informação elemento com poder de interferência no funcionamento social, faz-se necessária a investigação acerca da construção de estudos científicos sobre informação que fomentam o diálogo, no âmbito acadêmico-científico-social, da relação que há entre a informação e pautas importantes ao desenvolvimento da sociedade.

Assim, em uma reflexão sobre pautas necessárias ao progresso social ficou-se desaguando nas temáticas referentes aos Direitos Humanos e exercício de cidadania. Isso é explicado de maneira mais minuciosa em um dos capítulos deste trabalho, mas de imediato é vital a concepção de que ambos os temas contornam os conceitos de igualdade e justiça para todos os sujeitos. A interdisciplinaridade que há na Ciência da Informação, enquanto campo de estudo que abriga este trabalho, permite então o enfoque humanizado que inspira a investigação medular que faz despontar a intenção desta pesquisa, a saber, como têm se dado os estudos sobre cidadania e Direitos Humanos relacionados à informação, no campo da CI.

Para responder à questão central que foi suscitada em reflexão a este trabalho, todavia, foi necessário que se fizessem respectivos recortes temporal e geográfico. Assim, interessou,

portanto, a mim, conhecer através da catalogação o despontamento da produção científica de dissertações e teses acerca de cidadania e Direitos Humanos nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Nordeste do Brasil, em que há a oferta de mestrado e doutorado, em um marco de tempo referente à última década.

É nesta altura que se delimitam os objetivos que, quando alcançados, passam a dar formas a esta pesquisa. De maneira geral, propôs-se cotejar as produções a respeito dos temas de cidadania e Direitos Humanos no âmbito das dissertações e teses defendidas nos PPGCIs do Nordeste no período de 2008 a 2018. E, para tanto, especificamente seria necessário: 1) Identificar as dissertações e teses que tratam da temática da Cidadania e Direitos Humanos nos PPGCIs do Nordeste; 2) Especificar os autores e orientadores e relacioná-los com os PPGCIs e linhas de pesquisas; e, por fim, 3) Categorizar as dissertações e teses sob as temáticas da Cidadania e Direitos Humanos com as subáreas contemporâneas da CI.

A fim de atingir a completude do objetivo geral através da contemplação de cada um dos objetivos específicos, foi necessário traçar um percurso de estudo e anotações científicas que deram resultado a este texto dissertativo. Assim, os capítulos desta dissertação estão constituídos da forma que apresentaremos a seguir.

Nesta Introdução apresentamos a pesquisa, as problemáticas que a envolvem, inspiram e as razões sociais que justificam a sua relevância. As descobertas que os dados coletados trouxeram ao âmbito acadêmico-científico-social permite uma visualização panorâmica do que se tem produzido no campo da CI no Nordeste brasileiro, permitindo a descoberta não somente da aparição dos temas referentes à cidadania e Direitos Humanos, mas com um olhar ainda mais acurado às especificidades que despontam no que tangem a essas temáticas, a saber, a aparição de temas sobre cidadania e Direitos Humanos no contorno da igualdade racial, de gênero, de classe, entre outras lutas de justiça social e política.

No capítulo dois traçamos, através de métodos e técnicas formais de pesquisa, os procedimentos metodológicos que foram utilizados para que alcançássemos os resultados propostos nos objetivos expostos na introdução. É aqui, neste pedaço da dissertação - a metodologia - onde nossa pesquisa é caracterizada, o campo de estudo é ostentado em suas nuances, e também onde mostram-se os meios através dos quais foram desenvolvidas a coleta e a análise dos dados que permitiram os desfechos que deram vez à consecução dos objetivos expostos como necessários ao alcance de conclusões precisas e relevantes.

Já no terceiro capítulo, adentramos aos estudos teóricos que fundamentaram a compreensão necessária às análises que foram feitas a seguir. Em um primeiro momento, se fez essencial a exposição da evolução histórica do campo da CI no Brasil e no Nordeste até chegar às categorias contemporâneas que contornam a área. Essas categorias, expostas por Araujo (2018) como subáreas contemporâneas da CI são apresentadas ao final deste espaço de referencial teórico com uma ênfase específica tendo em vista serem substanciais ao alcance do terceiro objetivo específico.

O capítulo quatro, em continuidade à proposta de apresentação do referencial teórico, por sua vez, traz a exibição das temáticas de Cidadania e Direitos Humanos numa explicação conceitual dos termos e, de maneira mais explanada, apresentando as nuances de cada área. Aqui, a cidadania tem seu exercício vinculado à informação através do usufruto dos direitos bem como do compromisso com os deveres de cada sujeito. Já os Direitos Humanos, em cada uma das suas “gerações”, são apresentados numa relação com a informação especialmente no que tange às garantias de igualdade, liberdade e fraternidade social.

Por conseguinte, o capítulo cinco traz as análises necessárias ao alcance dos objetivos traçados primariamente. Em primeira instância são apresentados os critérios utilizados para a categorização das dissertações e teses dos PPGCI's da UFBA, UFPB e UFPE com temáticas sobre a cidadania e os Direitos Humanos. Neste ponto, são expostos os dados numéricos da produção científica, primeiramente de forma geral, e mais adiante com um olhar mais minucioso no que diz respeito à cada um dos PPGCI's investigados. Mais adiante, no segundo tópico, mostra-se a distribuição dessas dissertações e teses de acordo com as linhas de pesquisas de cada Programa, além de trazer um quadro com a exposição dos orientadores, autores e títulos de cada dissertação e tese. Enfim, o último ponto da análise é dedicado a correlacionar cada uma das dissertações e teses encontradas com temáticas referentes à cidadania e aos Direitos Humanos com as subáreas contemporâneas estudadas na CI.

Nas considerações finais são expostas as conclusões deste trabalho bem como são pontuadas as descobertas mais relevantes da pesquisa. É nela que está um apanhado geral do que fizemos de maneira a permitir o registro dos principais resultados alcançados.

2 METODOLOGIA

A escolha da metodologia de uma pesquisa científica tem por base o conjunto de procedimentos e técnicas que hão de orientar todo o percurso a ser seguido pelo agente pesquisador. Nas palavras de Minayo (2000, p.16): “a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Assim, as características que compõem a metodologia devem ser compreendidas no fato de construção a partir de uma sequência de métodos e técnicas com bases científicas que serão aplicados e executados no decorrer da pesquisa, de maneira a atender os objetivos previamente traçados, bem como os elencados critérios que viabilizam a otimização da pesquisa, tornando-a executável, eficaz e, sobretudo, com confiabilidade de dados e informações. Como bem pontua Thiollent (2007, p.26), “a metodologia desempenha um papel de bússola na atividade dos pesquisadores, esclarecendo cada uma das suas decisões por meio de alguns princípios de cientificidade”. Assim, sob a ciência da crucial inferência que pode acontecer através da metodologia escolhida, apresentamos os percursos metodológicos que serão usados com a finalidade de possibilitar o alcance de resultados palpáveis para as questões centrais deste trabalho.

Neste sentido, foi realizada análise das 381 dissertações e 33 teses distribuídas nos PPGCIs mais antigos do Nordeste e que continham em sua grade a oferta do curso de mestrado bem como o curso de doutorado, a saber, o PPGCI/UFBA, o PPGCI/UFPB e o PPGCI/UFPE. Os estudos foram feitos a partir da indicação dos títulos, dos resumos, das introduções e, quando considerado necessário, consultando-se também o documento na íntegra.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Primariamente se faz necessário pontuar que há PPGCI's em seis universidades do Nordeste brasileiro, são elas UFBA, UFPB, UFPE, UFCE, UFAL e UFSE. No entanto, para fins desta pesquisa se escolheu fazer a análise naqueles mais antigos, tendo em vista a evolução histórica da Ciência da Informação ser um dos pontos estudados nos fundamentos teóricos do trabalho, e porque são essas as que oferecem o curso de mestrado e o curso de doutorado. A fim de fazer uma pesquisa mais completa possibilitando um estudo aprofundado de teses e dissertações, então, os objetos deste estudo foram coletados na UFBA, UFPB e UFPE.

Haja vista ser o objetivo desta pesquisa cotejar as produções a respeito dos temas da Cidadania e Direitos Humanos no âmbito das dissertações e teses defendidas nos PPGCIs que oferecem o curso de mestrado e doutorado no Nordeste brasileiro no período de 2008 a 2018, a pesquisa é de natureza documental, descritiva, e sob o amparo das abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas. Vale o destaque de que a pesquisa documental, objeto desta dissertação, tem por finalidade a investigação e análise de documentos a fim de descrever e comparar características específicas do objeto que será estudado, trabalhando, então, com fatos colhidos da realidade. Fonseca (2002, p.32) afirma:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas [...].

Já no que diz respeito à abordagem quantitativa, faz-se necessário pontuar, amparada por Gomes (2005, p.25), que este é um método “muito utilizado no desenvolvimento de pesquisas descritas, na qual se procura descobrir e classificar a relação entre variáveis, assim como investigação da relação de causalidade entre os fenômenos: causa e efeito”. Quanto à contribuição do método qualitativo, surge sustentado sob a ótica de Marconi e Lakatos (2004, p.269), que afirmam o método como aquele que “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”. Nestes termos, compreende-se necessária a utilização das duas abordagens nesta pesquisa, vislumbrando aqui a relação de complementaridade entre elas no que tange à compreensão de que características objetivas e subjetivas foram estudadas no presente trabalho.

2.2 CAMPO E OBJETO DE ESTUDO

Em reiteração ao que já foi dito, os campos de estudos escolhidos para esta pesquisa foram os PPGCIs mais antigos do Nordeste, que são também aqueles que oferecem o curso de mestrado e o curso de doutorado, a saber, UFBA, UFPB e UFPE. Apesar de existirem outros

PPGCI's na região Nordeste, optou-se por dar ênfase aos Programas que primeiro surgiram na linha histórica da CI no Brasil o que também justifica serem àqueles que oferecem não somente o mestrado, mas também o doutorado através do processo de seleção. Já os objetos da pesquisa foram as dissertações e teses produzidas pelos discentes destes Programas nos últimos dez anos.

No tocante ao período analisado, teve-se o recorte temporal entre os anos de 2008 a 2018, a década mais recente que permite uma visão panorâmica e, assim, uma visualização ampla das produções de cada Programa. Haja vista a peculiaridade dos PPGCI's, algumas análises foram feitas tendo como ponto de partida o ano de surgimento dos referidos programas.

2.2.1 Dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Nordeste

Esta pesquisa tem por objeto de estudo as dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Nordeste. De acordo com Alves (2007, p.33), a dissertação e a tese são canais formais que têm a finalidade de: 1) Descobrir e redescobrir verdades; 2) Esclarecer fatos ou teorias, utilizando técnicas e recursos; 3) Ordenar conhecimentos e experiências; 4) Comunicar as descobertas e resultados.

Assim, tem-se o conceito de que um trabalho científico como sendo, na verdade, um texto escrito para expor os resultados de uma pesquisa. Os cursos de pós-graduação, nestes termos, objetivam aperfeiçoar a formação científica e cultural do estudante, almejando a viabilização de produção de conhecimentos aprofundados e científicos

O repositório do PPGCI/UFBA disponibiliza suas dissertações a partir de 2009 e as teses a partir de 2013. Na UFPB, o recorte diz respeito às primeiras defesas depois da reconfiguração do programa, a saber, no ano de 2007, no que tange às dissertações, e em relação às teses só a partir do ano de 2015. Na UFPE, o recorte temporal é realizado exatamente no período das primeiras defesas do programa, ou seja, em 2011. Até a data presente não houve defesas de teses nesta última (UFPE, 2019).

Por não servirem ao sistema de publicação e comercialização, as produções de dissertações e teses são chamadas de literatura cinzenta. Isso se dá, especialmente pelo fato de que este tipo específico de literatura tem por finalidade a divulgação e promoção do conhecimento científico. Segundo Campello (200, p.125), as dissertações e teses “embora consideradas como literatura cinzenta, não apresentam grandes problemas no que diz respeito

à sua identificação e obtenção, pois sempre houve instituições interessadas na sua divulgação”. Desta forma, é possível afirmar que este tipo de literatura surge da necessidade de que se resguardem as pesquisas e resultados permitindo a toda comunidade o fomento de conhecimento sobre determinado assunto. Por meio da disponibilização de diversas bases de dados e repositórios, bem como em harmonia aos avanços das tecnologias de informação e comunicação, a literatura cinzenta se tornou mais presente na vida da comunidade científica acadêmica.

No entanto, a permissão acessível advinda da evolução tecnológica traz uma nova roupagem às chamadas literaturas cinzentas, aplicando-se o termo aos documentos não tratados previamente, de difícil acesso, e que se contrapõem àqueles que compõem a chamada literatura branca, formada por documentos tratados e facilmente recuperados pelos motores de busca.

Tanto as dissertações como as teses são construídas com elementos de outros trabalhos científicos, como a parte pré-textual, textual e pós-textual. Esses trabalhos, no mestrado e doutorado, são o trabalho final da pesquisa realizada no curso de pós-graduação para obtenção do título de mestre e doutor, respectivamente (SIMÕES, 2014).

O desenvolvimento dos PPGCI's com mestrado e doutorado no Nordeste No Nordeste, neste primeiro momento, houve apenas duas experiências de pós-graduação, na UFPB, em 1977, e na UFBA, em 1998. Atualmente há também o Programa de Pós-graduação em CI no estado de Pernambuco, e assim, os programas no Nordeste estão nestas três universidades: Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Pernambuco.

É sob este contexto que a produção científica no âmbito da CI se desenvolve com holofotes nos pontos que mais interessa a esta pesquisa. Para melhor compreensão, então, faz-se mister conhecer um pouco mais da história dos PPGIs no Nordeste.

2.2.1 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na UFBA

Atualmente a Universidade Federal da Bahia (UFBA) é o Instituto de Ensino Superior mais importante do estado da Bahia. Sua criação se deu em 08 de abril de 1946, na época chamada de Universidade da Bahia. Conforme o seu próprio estatuto, a UFBA possui, desde os primordes de sua fundação, autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-científica.

Sendo a primeira universidade do Nordeste a sediar o Programa em Pós-Graduação em CI, a UFBA incluiu em sua oferta de cursos o mestrado em CI no ano de 1998 e o doutorado no ano de 2001. O Programa atua na área de concentração com temáticas sobre Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea, da qual surge duas linhas de pesquisa: Políticas e Tecnologias da Informação; e Produção, circulação e mediação da informação.

Quadro 1 – Linhas de Pesquisa do PPGCI-UFBA

LINHAS DE PESQUISA	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
EMENTAS	Estudos teóricos e aplicados sobre a infraestrutura e políticas de acesso e controle da informação, do documento e das tecnologias intelectuais. Contempla a identificação e o monitoramento de necessidades, assim como a avaliação de padrões de funcionamento e gestão de redes e sistemas de informação. Abrange pesquisas sobre identidade e memória cultural, incluindo o exame de metodologias e estratégias de preservação documental. Envolve ainda o estudo das tendências e dos indicadores de produção e comunicação científica.	Estudos teóricos e aplicados sobre produção, disseminação, transferência, mediação e apreensão da informação em vários contextos. Contempla os ciclos, processos, fluxos, hábitos e comportamentos informacionais em diferentes meios e ambientes, incluindo leitura e escrita, com enfoque na circulação da informação, recepção e produção de sentidos. Abrange estudos e pesquisas das redes sociais e humanas na produção, intercâmbio e uso de informação. Envolve também a análise de competências informacionais e de programas de letramento e inclusão digital, comportamentos e hábitos informacionais.

Fonte: <https://ppgci.ufba.br/linhas-de-pesquisa>

A proposta que está vinculada de forma subjetiva às ementas traduz um desafio de aliar a formação profissional dos pesquisados a uma compreensão sobre a sociedade contemporânea que tem por marcas as diversas transformações advindas, especialmente, da evolução que há nas tecnologias de informação e comunicação (UFBA, 2019).

O PPGCI da UFBA disponibiliza um sítio virtual no qual estão dispostas todas as informações necessárias para o conhecimento do programa. É também neste sítio que se encontra um link por meio do qual é possível ter acesso a uma listagem em PDF das dissertações e teses defendidas na UFBA. No entanto, os textos, na íntegra, das produções científicas que servem como instrumento necessário à obtenção de grau no PPGCI podem ser localizados apenas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFBA.

2.2.2 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba foi renunciado pelo Mestrado em Biblioteconomia, que surgiu em 1977 por meio da Resolução CONSEPE nº 203/77 – sendo então o primeiro mestrado dessa área em todo o Nordeste.

Em 1997 que o supramencionado mestrado foi reformulado e passou a ser chamado de Curso de Mestrado em Ciência da Informação (CMCI), se mantendo sob esta nomenclatura e estrutura de ementa até o ano de 2001 quando, após uma avaliação do CAPES, que lhe deu nota 02, foi descredenciado. Conforme expõe Costa et al. (2009), no ano de 2006, novo projeto foi levantado para a (re)criação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e no ano de 2007 que se iniciaram as atividades no PPGCI em nível de mestrado, e no ano de 2012 em nível de doutorado. A área de concentração, semelhante àquela proposta pela UFBA, acopla estudos referentes à “Informação, Conhecimento e Sociedade” que até o ano de 2016 eram distribuídos em duas linhas de pesquisa: Memória, organização, acesso e uso da informação; e Ética, gestão e políticas da informação. Já no edital da seleção de mestrado e doutorado publicado no ano de 2017, essas duas linhas foram fragmentadas em três, quais sejam: Informação, Memória e Sociedade; Organização, Acesso e Uso da Informação; e, por fim, Ética, Gestão e Políticas de Informação, a partir das quais se estruturam os trabalhos defendidos a partir do ano de 2018. O quadro a seguir apresenta a atual configuração das linhas de pesquisa, bem como as respectivas ementas.

Quadro 02 - Linhas de Pesquisas do PPGCI/UFPB

LINHAS DE PESQUISA	INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E SOCIEDADE	ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO
EMENTAS	Teorias, metodologias e tecnologias voltadas à produção, preservação, apropriação e democratização das relações entre informação e memória no contexto dos ambientes de informação e memória, do patrimônio cultural e da construção de identidades.	Teorias, metodologias e tecnologias voltadas à produção, representação, organização, apropriação, democratização, usos e impactos da informação.	Teorias, metodologias e tecnologias voltadas à ética e responsabilidade social, à gestão da informação e do conhecimento, às políticas de informação e às redes sociais organizacionais.

Tal como o PPGCI da UFBA, o Programa da UFPB também conta com um website informacional e um repositório onde são encontradas as dissertações e teses na íntegra de 2008 até os dias atuais. O PPGCI da UFPB está acoplado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

2.2.3 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação UFPE

Em 2008, ano que dá início ao recorte temporal para o qual se optou fixar esta pesquisa, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal de Pernambuco, sendo inaugurado com o Curso de Mestrado em Ciência da Informação com

as primeiras defesas sendo feitas no ano de 2011. O doutorado é a mais recente iniciativa com proposta de autorização para funcionamento aprovada somente no ano de 2017, tendo sua primeira turma no ano de 2018, marco final da nossa pesquisa. Não há nenhuma tese publicada até a data de apresentação deste trabalho.

O Programa aborda, enquanto área de concentração, a relação entre informação, memória e tecnologia, na perspectiva da Ciência da Informação e, conseqüentemente, as linhas de pesquisas em Memória da Informação e Tecnologia, e Comunicação e Visualização da Memória.

Quadro 03: Linhas de Pesquisas do PPGCI/UFPE

LINHAS DE PESQUISA	MEMÓRIA DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	COMUNICAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA
EMENTAS	A Produção de conhecimento sobre o uso social da herança cultural. Ênfase no uso de estoques de conhecimento produzidos em instituições de desenvolvimento regional e nacional e seu fluxo para fins sociopolíticos e econômicos. Compreende a produção do conhecimento como fenômeno de construção, preservação, conservação e proteção da memória da cultura científica como bem social, cultural e econômico. Produção essa, resultado do uso sistemático de estoques de memória coletiva.	Investigações sobre os processos de comunicação da memória coletiva em distintos segmentos socioculturais. Contempla aspectos metodológicos e técnicos aplicados a produção, gestão, organização, recuperação e uso da informação. Compreende a comunicação e a visualização da memória como fenômeno da socialização do conhecimento científico mediado pelas tecnologias de informação e comunicação. Concentra-se nos aspectos práticos e aplicados, contemplados em metodologias e técnicas ligadas à produção,

	Dessa forma, a linha de pesquisa Memória da Informação Científica e Tecnológica preocupa-se com questões teóricas, conceituais e reflexivas ligada à produção do conhecimento de uso sociocultural.	organização, recuperação e disseminação da informação.
--	---	--

Fonte: <https://www.ufpe.br/ppgci/>

Vinculado ao Centro de Artes e Comunicação (CAC), o PPGCI da UFPE, em semelhança aos PPGCIs da UFBA e da UFPB, também tem uma página na web para eventuais pesquisas de informações sobre o funcionamento do programa, bem como um link designado “Produção Científica” que direciona a navegação a todas as dissertações defendidas até o ano de 2018.

2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Em um primeiro momento fez-se uma consulta à plataforma sucupira, através da qual foi possível visualizar todas as produções científicas de cada Programa nos últimos dez anos. A referida plataforma guarda todas as produções científicas de pós graduação do Brasil, e nela, foi possível fazer o filtro e assim coletarmos as dissertações e teses publicadas nos Programas justificadamente escolhidos para este estudo, a saber, os PPGCI's da UFBA, UFPB e UFPE, no recorte temporal da última década, de 2008 a 2018.

Já com acesso a todas as dissertações e teses pertinentes à análise, foi feita também uma visita aos repositórios institucionais dos PPGCIs, onde foi comparou-se as produções que lá estavam com aquelas contidas na plataforma sucupira. Com os produtos objetos da pesquisa “em mãos”, foi feita uma leitura minuciosa com atenção específica aos títulos, resumos, palavras chaves e introduções de todas as dissertações e teses dos Programas estudados.

Neste momento, através desta primeira etapa de investigação, foi possível observar quais as dissertações e teses tinham em sua essência as temáticas referentes à cidadania e Direitos Humanos. Como parâmetro criterioso para essa investigação, a saber, quais as

dissertações e teses que tratavam em suas temáticas de abordagens sobre cidadania e Direitos Humanos, foram usados os conceitos destas duas áreas de estudo bem como os pormenores que elas envolvem.

Esclarecendo ainda mais, para que este primeiro filtro fosse realizado, se fez necessária a fixação da compreensão do conceito de cidadania, enquanto modo de participação do sujeito dentro da sociedade através do usufruto de direitos e do comprometimento como deveres, de maneira isonômica e justa, tal qual foi imprescindível o conhecimento das nuances que circundam o entendimento sobre Direitos Humanos enquanto área de estudo jurídico-social que abrange direitos à igualdade, liberdade, fraternidade, bem como, para este trabalho com importância destacada, o direito de acesso à informação.

Se por um lado, palavras chaves, termos, expressões e conceitos objetivos foram imprescindíveis à realização da primeira análise desta pesquisa, por outro, observar-se-á que a mesma foi ainda mais realizada através de conceitos subjetivos. A compreensão empregnada da concepção de cidadania e Direitos Humanos se fez primordial para que houvesse uma sensível percepção de quando esses temas eram tratados em determinadas dissertações e teses publicadas nos PPGCI's do Nordeste que oferecem o curso de mestrado e doutorado.

Após a coleta de dados que foi feita no primeiro semestre do ano de 2019 sob a utilização primária dos critérios objetivos, ou seja, a observação de dissertações e teses que tinham em seu título, resumo e palavras chaves os conceitos de cidadania e direitos humanos vinculados aos estudos da informação, foram secundariamente utilizados os critérios subjetivos, ou seja, através da leitura mais atenciosa onde eram percebidas as problemáticas das dissertações e teses poderia se perceber que, em essência aprofundada, apesar de não trazer em sua temática de forma explícita, apresenta em suas proposições matérias que dizem respeito à cidadania e/ou aos Direitos Humanos.

Com a listagem em mãos, foram baixadas todas as dissertações e teses defendidas no período de tempo delimitado pela pesquisa.

2.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DE DADOS

Esta pesquisa apresenta resultados envolvendo o mapeamento temático da produção científica na área de estudos que relacionem informação, Cidadania e Direitos Humanos. A matéria inclui a análise de todas as dissertações e teses dos PPGCIs do Nordeste, ou seja, as 381 dissertações e 33 teses disponíveis.

As análises foram feitas primeiramente sob o uso de critérios objetivos, a saber, a presença de palavras que diziam respeito a cidadania e Direitos Humanos, tais quais “igualdade”, “liberdade”, “fraternidade”. Os temas abordados em cada dissertação também foram observados em análise, a exemplo daqueles que tratavam de estudos sobre minorias sociais e a sua relação como a informação. Quando necessário, usou-se também os critérios subjetivos que partiriam agora não somente do que estava clarividente através, mas também daquilo que estava subentendido. Neste ponto, foi necessário traçar categorias acerca do que de fato eram estudos sobre cidadania e Direitos Humanos e estas categorias foram traçadas com base nos conceitos estudados e conhecidos das duas principais enunciações deste trabalho. O capítulo que apresenta a cidadania e os Direitos Humanos enquanto temáticas de estudo corroborou à compreensão dos conceitos mais aprofundados sobre os temas.

Em primeira etapa, foram analisadas as dissertações e teses publicadas a partir dos títulos, dos resumos, das introduções e, muitas vezes, da consulta ao documento original. As categorias de análises compilaram as informações contidas nas dissertações, como autor, orientador, ano, instituição e título. No que se refere à análise do resumo, foi possível observar que a leitura desta parte do texto científico é capaz de corroborar à compreensão daquilo que foi, de maneira obviamente mais aprofundada, tratada no texto em sua íntegra. Já no que tange à introdução, foi feita uma leitura mais minuciosa a fim de se conhecer os trabalhos e sua proposta para fomentar o conhecimento acerca da temática proposta através dos objetivos gerais e específicos.

Logo após, a fim de encontrar as dissertações e teses que tratavam sobre cidadania, utilizou-se a concepção de que cada sujeito é parte ativa da sociedade em um exercício direto de usufruto de direitos e compromisso com deveres individuais e coletivos. A apresentação do acesso à informação como corroboradora a inserção do sujeito na sociedade foi primordial para a observação de que mesmo as dissertações e teses que sequer mencionavam a palavra cidadania em seus títulos ou palavras chaves estavam, na verdade, tendo a temática da cidadania como elemento basilar dos seus estudos.

Já no que diz respeito às dissertações e teses sobre Direitos Humanos utilizou-se enquanto critério subjetivo a compreensão das dimensões histórias sobre as quais se apresentam a evolução do conceito de direitos humanos. As temáticas das dissertações e teses que circundavam questões pondo em parâmetro de igualdade para acesso à informação, sobretudo o fator de ser humano para além de gênero, raça, idade, orientação sexual, classe social etc., bem como a possibilitar o desenvolvimento da fraternidade a fim de harmonizar a convivência

entre os sujeitos de uma sociedade. Para tanto, foi necessária uma compreensão aprofundada não somente do rol taxativo dos chamados Direitos Humanos, mas para além disso, da percepção que motiva a criação desses direitos que, em teoria, são inerentes aos seres humanos pelo simples fato de serem humanos.

Por fim, observou-se os conceitos estabelecidos por Araujo (2018) no que tange às subáreas contemporâneas da CI a fim de visualizar a aparição de dissertações e teses sobre cidadania e Direitos Humanos em cada uma das subáreas atualmente estudadas e utilizadas para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito científico da informação.

3 O CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Faz-se mister, parar a feitura da análise proposta neste trabalho, a compreensão da ciência da informação enquanto área científica de estudos também sociais que se desenvolveu da maneira que refletiremos nos tópicos a seguir.

3.1 ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A ciência tem importante parcela de interferência no desenvolvimento da sociedade contemporânea. Isso se dá, especialmente, pela noção de que os avanços científicos e tecnológicos têm ditado, ainda que de maneira indireta, as formas com as quais ocorrem as transformações culturais e comportamentais da humanidade, desde sempre. Em termos de contemporaneidade, eis um período da história da humanidade no qual se evidencia a importância da ciência no cotidiano social, como Targino (2001, p.42) afirma:

Há crescente conscientização da ciência como processo inerente à evolução do ser humano, no sentido de que inexiste dissociada da realidade societal onde se insere. Por exemplo, quando falamos de grandes potências, como Estados Unidos da América e Japão, estamos nos referindo a nações que investem maciçamente em Ciência e Tecnologia, e, por conseguinte, a povos que têm acesso à informação científica e tecnológica.

Fourez (1995) traz à tona um pensamento indispensável para que haja compreensão acerca da influência das descobertas científicas no funcionamento social e questiona a confiança necessária da sociedade para com a ciência, como elemento basilar para que ela seja levada a sério e, por consequência, utilizada na vida prática. O teórico usa a expressão “crer” e aponta para o exercício de “acreditar na ciência” como correspondência à atitude de confiança nos avanços tecnológicos. Essa confiança, no entanto, não é oferecida às cegas. A ideia de que a ciência tem em suas mãos a descoberta da verdade pertence ao discurso de senso comum, alimentado pela mídia, quando enfatiza, em veiculação de notícias impressas, radiofônicas, televisivas, digitais etc. o adjetivo científico ou científica para garantir a credibilidade das matérias. Tal percepção empírica fundamenta o pensamento do teórico ora referendado, para quem, no momento em que a sociedade passa a acreditar nas “verdades descobertas” e proclamadas pela ciência, permite que essas verdades, ainda que provisórias, sejam inseridas no cotidiano.

Quer dizer, embora o conceito de veracidade esteja intrinsecamente no imaginário social alinhado aos avanços da ciência e tecnologia (C&T), motivo de crença acentuada por parte dos indivíduos e dos grupos sociais, para Fourez (1995), existe algo capaz de pôr em questão aquilo que a ciência afirma ser ou não verdade: a ideologia. A certeza de que nenhum discurso é imparcial faz desaguar na compreensão de que a ciência traz, em sua bagagem, apontamentos carregados de “saber ideológico”, o que pode promover descobertas cruciais para o progresso da sociedade, mas, em linha oposta, assegurar maior domínio àqueles países que mantêm o poder da informação.

Kuhn (1991), ao final do século XX, apresenta um novo conceito à ciência em sua obra clássica “A estrutura das revoluções científicas”, na qual propõe a ciência como procedimentos que consistem em resolver problemas mediante a comprovação ou refutação de paradigmas, haja vista que “as realizações científicas universalmente reconhecidas [...], durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modulares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (p. 13). Os paradigmas trazem em si experiências e interpretações vivenciadas por cientistas e pesquisadores. Cada uma dessas descobertas causa transformações que constroem ou destroem os paradigmas preexistentes em meio a eventuais crises paradigmáticas, chamadas por Kuhn (1991, p.15) de “[...] pré-condição necessária para a emergência de novas teorias”, fator que conduz à ampliação de descobertas e revoluções da ciência.

É preciso delimitar os estudos da ciência, tendo em vista a amplitude que há em seu núcleo. Por isso, a reflexão sobre o relacionamento contínuo entre ciência e sociedade torna necessário o exame das bases que fundamentam a ciência e a forma com a qual ela se desenvolve, a saber, a sua concepção conceitual basilar e, sobretudo, aquilo que a ciência representa num contexto histórico.

É necessário voltar a atenção àquilo proposto por Kuhn (1991) para que se alcance compreensão acerca da influência exercida pelo modo de fazer ciência – e seus resultados – na evolução da sociedade. Este “modo de fazer” é explicado a partir da ideia de que há uma fase pré-paradigmática, na qual são protagonistas as primeiras discussões sobre a ciência que ainda não existe, de maneira propriamente dita. Com a configuração de paradigmas, a fase pré-paradigmática se encerra e dá lugar à etapa que o autor denomina de “ciência normal.”

Essa passagem é de grande importância para a iniciação da comunidade científica. A partir de então, é possível traçar estudo aprofundado mostrando que não é prioridade da ciência normal a propositura de novas descobertas, muito embora elas surjam no decorrer da pesquisa

a tendo como ponto de partida aquilo que Kuhn (1991) chama de “anomalia”, que é mais bem compreendida a partir da percepção de que determinado paradigma deixa de se encaixar às necessidades de desenvolvimento daquela ciência específica, podendo, desta forma, ser substituído. É justamente a substituição de paradigmas que ocasiona a revolução contínua e infinda das ciências.

Importa, sobretudo, a compreensão de que a relação entre conhecimento científico e conhecimento social vai emergir a partir da perspectiva que observa a atual sociedade como sociedade da informação, expressão que passa a ser adotada para nomear a atual tessitura social e cuja essência é objeto de estudo da CI. Logo, a discussão acerca da participação da ciência na pós-modernidade nos leva à inferência de que sua intervenção na realidade social do homem dito pós-moderno acontece e altera os contextos nos quais ele atua. Definitivamente, a ciência é um meio de transformação e transmite para a maioria dos seres sociais a ideia de processo desenvolvimentista. Tal proposição faz com que as mudanças paradigmáticas ocorridas via ciência pós-moderna desaguem na interdisciplinaridade.

O objetivo da atuação interdisciplinar da ciência é a obtenção de uma compreensão mais ampla da realidade e isso a caracteriza como diferente daquela ciência desenvolvida e estudada na modernidade. Dessa maneira, é possível concluir que a estruturação de paradigmas que formam a CI aponta para ela como exemplo de ciência pós-moderna (SANTOS, 2008).

Assim, a CI se apresenta como uma área do conhecimento científico que possui a informação, como objeto de estudo, o que enfatiza, sobretudo, a sua natureza interdisciplinar. Desta forma, a conversação de temáticas das mais diversas áreas de conhecimento, sejam abordadas em aspectos sociais ou tecnológicos, é essencial para a sua consolidação, posto que, conforme Albagli (2013, p.06).:

A ciência da informação tem, desde sua gênese, uma natureza interdisciplinar. Uma interdisciplinaridade que é dinâmica, que se faz no processo de relações que se estabelecem dinamicamente com outros e novos campos. Ela já nasce no contexto de mudança social, tecnológica e de transformação do próprio estatuto epistemológico das ciências em seu conjunto. É um campo que lida fundamentalmente com o fluxo, que busca e constrói seu estatuto científico no fazer e no (inter)agir.

3.1.1 A informação como objeto científico-social

Esta natureza interdisciplinar é defendida por Saracevic (1991, p.42) como uma das características basilares que constituem a CI, cujo desenvolvimento está sempre atrelado à evolução das inovações tecnológicas da informação e da comunicação, sem perder de vista sua função social.

Em termos históricos, a jornada da Ciência da Informação começa a tomar as linhas formais daquilo que se pode chamar de ciência, a partir da revolução tecnológica vivenciada logo após a Segunda Grande Guerra. Como pontuam Freire e Freire (2015, p.61):

Nesse período, o mundo passava por um momento de grandes conflitos e os chamados “países aliados”, notadamente os EUA, URSS e Inglaterra, empregaram um grande número de pessoas que passaram a trabalhar em processos de coleta, seleção, processamento e disseminação de informações que fossem relevantes para o esforço de ganhar a guerra. Naquele momento, a ênfase era no armazenamento da informação e sua disseminação para grupos específicos, como, por exemplo, os cientistas e gestores de pesquisas tecnológicas, surgindo a necessidade de se criarem máquinas para armazenar o número crescente de estoques de informação científica e tecnológica, bem como tecnologias intelectuais para sua organização e disseminação.

A necessidade de transmutar o conhecimento científico em conhecimento social também representa uma das motivações da Ciência da Informação, o que pressupõe engajamento com o processo de comunicação da informação, pois é a partir de então que acontecem a produção e a recepção da informação, tendo em vista as TIC, os canais de comunicação e o uso da informação. Ainda para Freire e Freire (2015, p. 73), a relevância da informação no cotidiano da sociedade é revelada a partir da compreensão de que “a informação é a aplicação de um determinado conhecimento através de uma ação de comunicação realizada em determinado contexto social, institucional ou individual”, ou seja,

[...] é um dos objetivos da Ciência da Informação contribuir para a informação se tornar, cada vez mais, um elemento de inclusão social, trazendo desenvolvimento para as pessoas e nações. Dessa forma, haveria uma “responsabilidade social” como fundamento para a Ciência da Informação definindo sua atuação na sociedade. Quando cientistas e profissionais da informação organizam textos ou documentos para

atender a necessidade de um determinado setor da sociedade, deveriam fazê-lo acreditando que essas informações serão úteis para seus usuários potenciais e que delas resultarão benefícios para a sociedade.

Charadeau (2015, p. 43) alerta que, através do ato de informar, é possível desenvolver o conhecimento, pois este resulta da “[...] construção humana através do exercício da linguagem.” Decerto, o processo da informação depende da linguagem, posto que:

A informação é, numa definição empírica mínima, a transmissão de um saber com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo. Assim se produziria um ato de transmissão que faria com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber que o tiraria do desconhecido para mergulhá-lo no conhecido, e isso graças à ação, a priori benévola, de alguém que, por essa razão, poderia ser considerado um benfeitor (CHARADEAU, 2015, p. 33).

Compreendemos, então, que o manejar da informação, por meio da linguagem, define as formas com as quais esta será transmitida do sujeito informador até o receptor. O conhecimento e a linguagem mantêm uma relação inseparável, haja vista ser a linguagem estruturação simbólica do conhecimento em forma comunicável, além de atuar como instrumento através do qual o conhecimento é comunicado. A compreensão dos caminhos percorridos pela informação é necessária para que analisemos sua relevância no que diz respeito à construção do conhecimento social (VYGOTSKY, 1996).

Em linhas gerais, Charadeau (2015, p.36) explica, “a informação constrói o saber” e, reitera que “não poder difundir a informação é não poder fazer saber – logo, uma vez mais, não poder informar.” Desta forma, é possível observar que a transmissão da informação para a sociedade é o combustível do saber, que nasce para e na sociedade. Isto é, para Brasileiro (2013, p. 10), há relação intrínseca entre comunicação e conhecimento.

A atividade de comunicação se mantém presente na construção do conhecimento humano desde o surgimento das primeiras civilizações, em que a troca de informação se estabelecia entre os indivíduos por meio de algumas narrativas, registros escritos e principalmente da linguagem oral.

Assim, nos deparamos com a realidade de que a informação tem força para impactar a sociedade ao mesmo tempo que é uma ferramenta de “autouso” e não escapa à sua manipulação. Esta linha tênue entre agente atuante e mero expectador fez Bourdieu (1972) apresentar categorias através das quais o ser individual pode se comportar no meio social. Entre essas categorias encontramos os dois extremos, a saber, o objetivismo e o subjetivismo. Se na primeira o ser humano pouco ou nada interferiria na estrutura pré-reformulada da sociedade (a exemplo do marxismo e do estruturalismo), nesta segunda o indivíduo tem autonomia atuante, ou seja, “pressupõe-se que a ação humana é sempre um produto da vontade de um sujeito consciente e capaz de se projetar no futuro, antecipando as consequências de suas ações.”

Em resposta aos extremos, Bourdieu (1996) propõe uma ponte de equilíbrio na qual a existência “praxiológica” no relacionamento entre o indivíduo e a construção da sociedade, especialmente por meio dos manejos informacionais, tem influências tanto objetivas quanto subjetivas. Araujo (2008, p.20) explica que, para Bourdieu, a expressão “praxiológica” suscita da:

ideia de “práxis”, isto é, o movimento mesmo por meio do qual os sujeitos agem no mundo e, como causa e também consequência dessa ação, constroem esse mesmo mundo. Essa é a ideia básica que fundamenta o conceito de “práticas” presente na expressão “práticas informacionais.

Sendo um conceito construído a partir de uma abordagem sociocultural, como já supramencionado, o estudo das práticas informacionais baseia-se especialmente uma investigação acerca dos usuários. Vale ressaltar que a transição entre a terminologia “comportamento informacional” para o uso do que hoje conhecemos por Práticas Informacionais foi primeiramente proposta por Savolainen (2007), para quem esses conceitos possibilitariam um campo mais amplo nas pesquisas sobre informação.

Barreto (1994, p.1) difunde a ideia de que a “informação sintoniza o mundo” e, “participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história.” Essa preposição conduz à compreensão de que, sem este objeto, é impossível experimentar a vivência em sociedade. Como supracitado, Charadeau (2006, p. 33) define que “a informação é, em uma definição empírica mínima, a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo”, de tal forma que

a transmissão ou transferência do conhecimento deve acontecer entre dois ou mais indivíduos. Indispensável é que tomemos por base um âmbito pluralista, a saber, uma sociedade.

Numa pesquisa que envolve a busca do conceito mais adequado para informação como objeto da Ciência da Informação, Capurro (2007) pontua a existência das muitas dificuldades em executar tal tarefa, haja vista que outras áreas do conhecimento têm a informação como objeto de estudo, como antes arrolado. Todavia, ele consegue apresentar uma definição capaz de sanar as necessidades conceituais de qualquer que seja a área. Diz ele:

Informação é qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão. Qualquer coisa pode ser informação. Na prática, contudo, informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo ou individualista, mas em vez disso, de modo coletivo ou particular. Informação é o que pode responder questões importantes relacionadas às atividades do grupo-alvo. (CAPURRO, 2007, p.187).

Desta maneira, torna-se possível a observação de que a comunicação da informação e, por consequência, a assimilação da informação, trabalham juntas para a construção do conhecimento que é preciso para que cada indivíduo se comporte como participe de uma sociedade. “A ciência da informação passou a ser uma instituição de reflexão da informação, como um campo, que estuda a ação mediadora entre informação e conhecimento acontecido no indivíduo” (BARRETO, 2002, p. 70), a saber, aquilo “que faria com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber, que o tiraria do desconhecido para mergulhá-lo no conhecido.” (CHARADEAU, p. 33, 2006). Isto posto, encontramos na palavra “necessidade” uma das justificativas para a importância da informação em uma sociedade, pois “esta é a condição da informação, a de harmonizar o mundo.” (BARRETO, 2002, p. 70)

Isso posto, a existência de uma atuação eficaz da informação com inferência direta no andamento e na evolução da sociedade, é indispensável para que haja relacionamento harmônico entre os seres sociais e a produção e o consumo da informação e, ainda, que este relacionamento esteja firmado prioritariamente nas necessidades mais singulares que são e serão apresentadas pela sociedade a que pertencem os seres sociais, necessidades essas que, conforme afirma Barreto (1994), podem sofrer variações proporcionais à realidade de cada contexto.

3.2 O DESENVOLVIMENTO TEMÁTICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUAS SUBÁREAS CONTEMPORÂNEAS

A CI surge no Brasil em 1964 através do Curso de Documentação científica que foi oferecido, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje chamado de Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT), responsável pelo pioneirismo do curso de mestrado em CI no período dos anos 70, inaugurando os estudos na área não somente no Brasil, mas com reconhecimento em toda a América Latina (SIMÕES, 2014).

Há, neste período, palpável evolução no que diz respeito à disseminação dos estudos na área e várias são os Institutos de Ensino Superior que passam a apresentar em seu currículo o título de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Atualmente, os dados de PPGCIs no Brasil apontam as universidades que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em convênio com o IBICT, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade de São Paulo (USP) possuem os níveis de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação, enquanto a Universidade Estadual de Londrina (UEL), possui, apenas, Mestrado em Ciência da Informação, segundo os dados referentes da avaliação quadrienal realizada em 2018 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (SIMÕES, 2014)

Vale o destaque de que a CI tem sido palco do surgimento de correntes que passam pelas mais variadas matrizes e, assim, fomentado discussões que vão desde o seu domínio de estatuto científico até seu objeto de estudo, qual seja a informação. Todavia, as propostas de abordagens que há na contextualização da CI são suscitadas à medida que a informação é, de fato, o objeto de estudo bem como da supracitada interdisciplinaridade.

Com efeito, qualquer que seja o campo do conhecimento, passa por uma jornada de aprofundamento até que chegue a um conceito de forma definida e, nesses termos, compreende-se que a CI passou antes por outras estações de pesquisa, das quais se destaca a biblioteconomia. É nos primeiros programas de pós-graduação na área de estudos referentes à biblioteconomia que são incluídos a expressão “Ciência da Informação”. Mesmo tendo início de estruturação na década de 50, enquanto ciência propriamente dita, é nos anos 70 que os primeiros estudos de

pós-graduação surgem com o marco histórico do IBBD, a saber, o primeiro curso de Mestrado em Ciência da Informação da América do Sul (SIMÕES, 2014). E então, de acordo com Pinheiro (2007), nesta mesma década outros seis cursos de pós-graduação, ainda na área de Biblioteconomia, sob a nomenclatura adicional de Ciência da Informação, são implantados no Brasil. Assim, deve-se ressaltar a que a pós-graduação na área toma formas a partir de então.

Sob a proposta de compreender de maneira mais aprofundada o desenrolar das pesquisas feitas no âmbito da CI nos programas de pós-graduação supracitados, observaremos os estudos de Araujo (2018), para quem a CI é formada a partir de teorias contemporâneas distribuídas em sete subáreas, quais sejam: a) produção e comunicação científica; b) representação e organização da informação; c) estudos sobre os sujeitos; d) gestão da informação; e) economia política da informação; f) estudos métricos da informação; e, por fim, g) memória, patrimônio e documento. Para melhor compreensão de cada uma das subáreas mencionadas, faremos, a seguir, uma breve apresentação partindo do ponto de vista do autor.

3.2.1 A subárea da produção e comunicação científica

Para Araujo (2018) é imprescindível a observação de um conceito que se torna a espinha dorsal no que diz respeito a esta subárea específica na contemporaneidade: a noção de rede. O histórico deste conceito junto à CI se dá tanto pelos estudos feitos nos laboratórios quanto nas evoluções apresentadas pelas revoluções tecnológicas, as quais viabilizaram a interação entre a comunidade de pesquisadores.

Essa interação tem se apresentado como fundamental à fomentação de pesquisas mais aprofundadas, completas e que se relacionam com outras pesquisas para além das fronteiras geográficas. Para Araujo (2018, p.54):

A contribuição mais relevante desta (sub)área é a sua preocupação com o todo, isto é, com a ligação e interdependência entre os vários aspectos, momentos, e instâncias relacionadas com a informação. Uma determinada ação relativa ao armazenamento impacta a coleta, a organização e as formas de acesso e disseminação e, assim, sucessivamente.

Nestes termos, há que se falar de um perigo que surge como ônus em detrimento de todos os bônus apresentados pelo rompimento das fronteiras possibilitado pelas redes. Assim, suscita-se uma teoria dentro desta subárea chamada de “curadoria digital”. Como o próprio termo já propõe em sua nomenclatura, trata-se de um “estudo dos processos de seleção,

preservação, manutenção, coleção e arquivamento de dados digitais” (ARAUJO, 2018, p. 52), que surge com a finalidade última de resguardar a autenticidade dos dados.

3.2.2 A subárea da representação e organização da informação

Em semelhança ao que acontece na subárea da produção e comunicação científica, os avanços das tecnologias de informação e comunicação também são protagonistas da evolução histórica desta subárea da representação e organização da informação, posto que a partir delas pode-se notar, segundo Araujo (2018, p.54) “novas possibilidades em termos de descrição, classificação e organização da informação com os fenômenos de organização colaborativa e com o advento de perspectivas socioculturais.”

No que tange a esta subárea, a saber, questões relacionadas à representação e à organização da informação, Araujo (2018, p. 56) destaca, ainda, que trata-se de algo socialmente construído, posto que é, na verdade, “o uso feito pelas pessoas que cria os significados dos documentos.”

Através desta subárea, busca-se a maneira mais eficaz de representar a informação (formalmente ou através do seu conteúdo) a fim de viabilizar a sua recuperação. Apresenta-se, aqui, uma relação com a Folksonomias e a Indexação Social.

3.2.3 A subárea dos estudos sobre os sujeitos

Os chamados estudos de usuários evoluíram de tal maneira que não há mais um enfoque específico às questões cognitivas, mas a investigações sobre a compreensão dessas questões com um olhar voltado às interpretações das práticas propriamente ditas dos usuários. Assim, as grandes transformações que surgiram neste tipo de estudos apontaram para além do indivíduo focando, então, nas construções coletivas através das chamadas práticas informacionais.

Assim, os estudos sobre os sujeitos, com a finalidade de obter compreensão ampla deve partir dos pressupostos desenvolvidos no conceito de práticas informacionais. Para tanto, é mister que se pontue outras teorias como a da mediação da informação e a da apropriação da informação, e que se aprofunde as investigações no que tange os estudos de competência crítica da informação.

3.2.4 A subárea da gestão da informação

Araujo (2018), para melhor apresentar a subárea da gestão da informação desconstrói a ideia de que os processos de gestão se dão de forma individual. Isso porque, segundo o autor, “o conhecimento não é algo individual, isolados os conhecimentos tácitos das pessoas que compõem as organizações são construídos coletivamente, aplicados no contexto de intervenções concretas dos sujeitos interagindo uns com os outros” (p. 63).

Os elementos basilares para a subárea da gestão da informação se dão na compreensão da importância que há no elemento informação dentro do campo organizacional. Com o passar do tempo, se solidificou o entendimento acerca de que a sociedade contemporânea é regida pela informação (não à toa que chamada por muitos de “sociedade da informação”). Esta percepção se estendeu de maneira que atualmente é clara o entendimento de que a informação é recurso imprescindível para que as organizações tenham o crescimento que almejam. Nestes termos, destacam-se estudos nas teorias de “cultura organizacional”, “cultura informacional”, e “orientação informacional”.

3.2.5 A subárea da economia política da informação

Esta subárea foi alvo do impacto de diferentes teorizações. Isso se deu porque a compreensão da informação como recurso acabou por ocasionar problemáticas no que dizem respeito à posse e uma desigualdade na distribuição entre as diferentes localidades do mundo.

A problemática ligada à economia política da informação tem sido investigada com base no conceito de regime da informação sob a finalidade de analisar as relações entre as dimensões regulatórias, econômicas, tecnológicas, sociais e culturais ao entendimento dos fenômenos informacionais.

Na apresentação desta subárea, Araujo (2018) traz o exemplo do uso dos conceitos de capital social e violência simbólica de Bourdieu, realizado por Lisa Hussey; tática, estratégia e resistência, de Certeau, por Paulette Rothbauer; de desconstrução, de Derrida, por Joseph Deodato; de hegemonia, de Gramsci, por Douglas Raber; de utopia e revolução, de Marcuse, por Ajit Pyati, entre muitos outros (LECKIE; GIVEN; BUSCHMAN, 2010).

3.2.6 A subárea dos estudos métricos da informação

Os estudos métricos da informação surgiram junto aos estudos de bibliometria. Segundo Araujo (2018, p. 74),

A importância para o seu desenvolvimento é o direcionamento de pesquisa no campo da informação não só para o ambiente formal da ciência, mas o estudo da ciência imersa na vida social, na dinamicidade da vida humana. O impacto, portanto, é algo socialmente construído e se realiza efetivamente em contextos concretos de uso e da experiência humana.

Nesta subárea, que também é um método de estudo, se dá a aplicação de técnicas para que se estabeleçam padrões de regularidade em itens informacionais como número de livros, de edições, de autores que publicam em periódicos, entre outros.

“As tendências contemporâneas em perspectivas métricas da informação têm buscado inserir os resultados dos estudos quantitativos em quadros explicativos mais amplos, em busca de entendimentos mais globais dos fenômenos menos estudados, considerando principalmente o caráter coletivo de construção da ciência e de demais âmbitos de estudo.” (ARAÚJO, 2018, p. 72)

A metria da informação pode ser relacionada, ainda, com a altmetria é definida como o estudo da comunicação científica na web social, como a auto publicação, a colaboração, a arquitetura da participação, a ideia de rede e a lógica de abertura.

3.2.7 A subárea da memória, patrimônio e documento

Esta subárea vem se desenhando no campo da CI nos últimos anos e um dos elementos mais importantes para esta tendência é a memória. De alguma forma, a memória é conceito que sempre esteve presente na CI, mas tem ganhado maior destaque nas últimas duas décadas, passando a designar áreas de investigação, linhas de pesquisa em PPGCIs e até mesmo grupos de trabalhos em associações científicas.

Por outro lado, um outro elemento que tem se apresentado co-protagonista das pesquisas feitas na área de CI é o patrimônio.

Na ciência da informação, o principal diálogo com as humanidades digitais tem se dado no campo das discussões sobre preservação de patrimônios culturais nas sociedades contemporâneas, a promoção do acesso universal de forma democrática e o embasamento crítico para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento tecnológico. (ARAUJO, 2018, p. 77).

E por fim, o terceiro conceito desta subárea também tem ganhando destaque: os documentos. Araujo (2018, p. 76) apresenta a teoria contemporânea chamada de neodocumentação. Trata-se de um “movimento intelectual que, como o próprio nome indica, busca revitalizar um outro movimento que se deu nas dimensões institucional, profissional, técnica e teórica – o da documentação, originado por Paul Otlet no começo do século XX”.

Assim, a partir dessas temáticas se desenvolvem as pesquisas dentro da CI e para este trabalho interessa, no entanto, a presença das temáticas de Cidadania e Direitos Humanos presentes nas produções científicas na CI sob as subáreas supramencionadas.

4 A TEMÁTICA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Nesta sessão trataremos dos conceitos de cidadania e Direitos Humanos enquanto temáticas de estudo que inspiram esta pesquisa, posto que se faz necessária a compreensão aprofundada acerca desses conceitos para que sejam feitas todas as análises pertinentes ao alcance do objetivo geral e dos objetivos específicos desta pesquisa.

4.1 OS DIREITOS HUMANOS COMO TEMÁTICA DE ESTUDO

Todo indivíduo carrega necessidades particulares à sua existência, que são o produto das múltiplas interações que ele estabeleceu, e estabelece, com os outros a partir de sua posição na estrutura social. Esta realidade prevê que, muito embora a proposta do funcionamento social baseie-se nos interesses coletivos, em dado momento haja a possibilidade de que interesses individuais ressoem com maior significância. Partindo deste pressuposto, tendo em vista que a sociedade plural é formada por indivíduos, o Estado surge como um atuador no recorte de classe e que, em última instância atua a fim de preservar os interesses da classe e as frações específicas que o controlam em determinado momento histórico, quando, na verdade, deveria atuar a fim de resguardar, de maneira igualitária, o bem comum. Este bem comum é apontado por Beccaria (2012) como a pela condição de militar pelos interesses individuais sob um ordenamento que garantirá que essa militância não será um empecilho para que outrem também reivindique os seus próprios interesses, a saber, o ordenamento dos direitos. É preciso, então, assegurar os direitos individuais, ao passo que também são assegurados os direitos coletivos.

Em um contexto de emaranhado de garantias, não é estranho o questionamento que levante a dúvida sobre quais são as mais “dignas” de seguridade. A resposta, no entanto, veio através da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 10 de dezembro de 1948, que normatizou os direitos fundamentais do homem. Esses foram discutidos e postos em evidência após o sangrento episódio da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945).

Tendo em vista o contexto mórbido e lamentoso em que o mundo se encontrava, a DUDH apresenta a primária proposta de observar a dignidade de qualquer ser humano como ponto de partida para o funcionamento de uma sociedade. É apresentada como um convite para que houvesse uma impactante transformação cultural, explicam Victor e Mendonça (2016, p.5), a fim de:

levar os indivíduos a repensarem acerca da necessária reestruturação da sociedade, visto que esta estava baseada em valores que por vezes desprezava a consciência de que o ser humano sempre há de ser humano, independente das variáveis circunstâncias.

Apesar do termo “Direitos Humanos” ser relativamente recente no que diz respeito a emergir, da maneira que hoje conhecemos, somente no século passado, não é recente a luta travada dentro da essência que há no seu conceito. Sarlet (2010, p.50) aplica que “os Direitos Humanos são um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, realizam as exigências de dignidade, liberdade e igualdade humana, as quais devem ser positivamente reconhecidas pelos ordenamentos jurídicos em nível nacional e internacional”. A menção feita pelo teórico a “cada momento histórico” não aparece à toa em sua citação. Desde o início das civilizações encontramos ordenamentos jurídicos, sociais (e até mesmo religiosos) que apontam para a dignidade do ser humano como bem a ser tutelado.

Houve, no decorrer da história, outros documentos que se assemelharam à DUDH, ou, sob outra perspectiva, que atuaram como instrumentos imprescindíveis para a sua construção. Desde a Carta Magna inglesa, datada de 1215, que “é considerada o primeiro capítulo de um longo processo histórico que levaria ao surgimento do que atualmente conhecemos por constitucionalismo” (FLUMIAN, 2018, p.1123), importante conceito que corrobora à compreensão da proposta de normatizar os Direitos Humanos, sobre o qual falaremos mais adiante.

Muito embora o termo “constitucionalismo” remeta à Idade Média, somente na contemporaneidade os limites estatais tomaram forma, o que o faz ser um recente fenômeno no âmbito jurídico do ocidente (BOBBIO, 2004, p. 135). Sendo assim, considera-se que o constitucionalismo, como de fato o conhecemos, nasceu em meio as revoluções burguesas francesa e americana. Neste período da história em que a monarquia é posta em cheque, a ideia do constitucionalismo propõe a fundação de um Estado de Direito no qual a soberania do regente é substituída pela soberania do povo. Victor et al (2015, p. 2) explica que é neste aspecto no qual surge a importante associação entre o constitucionalismo e a democracia.

O principal resultado do processo de constitucionalização é a Constituição – documento que reúne um conjunto de regras que rege o ordenamento jurídico de um país. Nele, é possível encontrar as leis primárias de uma legislação, que servem de parâmetro para a criação de novas leis (aplicadas em aspectos específicos), bem como limitam o poder estatal. No Brasil, a

Constituição Federal, datada de 1988, assegura a democracia e denota compromisso com o que outrora foi aventado na DUDH.

De maneira prática, compreendemos que o constitucionalismo, enquanto *modus operandi* do Estado de Direito é a representação do poder democrático que emana do povo, por conseguinte, não é surpresa que milite pelos direitos fundamentais de cada indivíduo que, somados, constituem o povo do qual emana o poder. Mas, quais são esses direitos fundamentais?

Em necessária redundância, os direitos fundamentais do ser humano “são aqueles que pertencem, ou deveriam pertencer, a todos os seres humanos, ou dos quais nenhum ser humano pode ser despojado” (BOBBIO, 2004, p.17), visto que são direitos inerentes pela simples condição de ser humano. Essa condição - a de humanidade - avoca a dignidade de cada homem.

O extermínio do povo judeu pelo regime nazista, o Holocausto, que apreendeu milhares de seres humanos em campos de concentração espalhados por toda a Europa no período da Segunda Guerra Mundial, no entanto, prova de que esta obviedade nem sempre se deu em clareza. Aquela categorização de indivíduos, uns mais dignos do que outros, segundo Bauman (1998), aponta para um fracasso do Estado Moderno. E, apesar dos movimentos que precederam a DUDH, esses direitos só se consolidaram como leis expressas ao final do período da Segunda Grande Guerra.

Sob a intenção de precaver as condições, fossem socioeconômicas ou culturais, que levaram os países europeus ao Holocausto, algumas nações se reuniram e formaram a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948. Esta organização internacional elaborou a DUDH, a fim de positivar as normas que garantiam a dignidade supracitada. Victor et al (2015a, p. 3) ressalta a importância do documento:

Apesar de parecer uma ideia pleonástica, quando nos dispomos a observar a história que até aqui foi traçada pela humanidade e constatamos densos retratos em que a dignidade humana por tantas vezes foi ignorada, podemos, então, compreender a conveniência de se positivar direitos tão obviamente esclarecidos.

A existência de ainda outros documentos históricos importantes para o processo de construção do conceito dos Direitos Humanos, como a *Petition of Rights* (1628), o *Bill of*

Rights (1689), a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia (1776) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), traz à tona a compreensão de que, apesar da obviedade supracitada, esses direitos foram conquistados e garantidos por meio de duras penas e durante longos séculos.

Sob a proposta de sistematizar o estudo acerca do tema e otimizar o entendimento sobre a evolução das conquistas que dizem respeito aos direitos propriamente ditos, Vasak (1983) classificou os Direitos Humanos em dimensões, levando em conta para tanto o contexto em que esses Direitos foram assegurados à humanidade, tendo por base o lema da Revolução Francesa (1789). São de primeira dimensão os direitos de liberdade, enquanto os de segunda dimensão remetem à ideia de igualdade e, por fim, como direitos de terceira dimensão surgem os chamados direitos de fraternidade. Por muitos anos, o estudo das dimensões dos Direitos Humanos termina aqui, mas já há um maciço e recente desenvolvimento de teorias que apontam para uma quarta dimensão, que, para os teóricos especialistas, diz respeito aos direitos de democracia direta, como direito à informação e ao pluralismo e, ainda, para uma quinta dimensão que estaria ligada ao direito cibernético. Para este trabalho, concentraremos a pesquisa nos conceitos consolidados na primeira, segunda e terceira dimensão que, de maneira específica, são positivadas no artigo 1º da DUDH (1949): “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade, bem como trarão suficiente orientação remetendo a princípios que hão de servir como parâmetro criterioso necessário a ser seguido para que alcancemos os resultados objetivados pelo estudo.

Os direitos de primeira dimensão têm sua categorização iniciada entre os séculos XVII e XVIII e trata dos direitos civis, organizados prioritariamente como direitos de liberdade. Essas liberdades seriam individuais, alcançando os mais variados âmbitos da civilidade do ser social: liberdade religiosa, política, liberdade civil que desaguaria na garantia do direito à vida, à segurança, à propriedade. A positivação desse direito como conquista se dá através do reconhecimento do valor do indivíduo como ser social, enquanto base para as dimensões que viriam a seguir.

Por sua vez, os chamados direitos de segunda geração traziam um teor mais coletivo às reivindicações de reconhecimento, pleiteando, portanto, direitos sociais, culturais e econômicos, propondo, assim, a igualdade no tratamento de todos os indivíduos já reconhecidos ainda na primeira dimensão. Se em um primeiro momento em que os direitos humanos estavam sendo desenvolvidos garantiu-se as liberdades individuais, agora, na segunda dimensão, os

Direitos de Igualdade para cada um dos indivíduos livres, de maneira a não permitir que as singularidades de cada indivíduo se tornem motivos para um tratamento desigual no que diz respeito às características como etnia, gênero, religião, orientação sexual e outras. Características essas que, garantidas pelas liberdades individuais da primeira dimensão, poderiam - caso interpretadas por má fé - servir à desarmonização do funcionamento da sociedade que, por guardar os mais diversos seres sociais, tem como principal característica a pluralidade, a coletividade. Aqui, cabe apresentar a observação de que a igualdade reclamada por meio da segunda dimensão serve à prevenção de injustiças contra “um grupo numérico inferior em relação ao restante da população do Estado, sem exercer posição dominante, cujos membros possuem características étnicas, religiosas, de orientação sexual ou linguísticas que diferem do restante da população” (CAPORTIRTI, 1991, p.25) definição do que conhecemos por minorias. As garantias conquistadas nesta dimensão, de maneira mais prática, foram o direito à educação, à saúde, à cultura. São as chamadas “liberdades positivas”, para as quais é necessária uma ação direta do Estado a fim de que os direitos reconhecidos sejam garantidos. Destaca-se como cerne da segunda dimensão uma complementação à luta pela dignidade da pessoa humana, apreciada inicialmente conforme a individualidade de cada ser (na primeira dimensão) e agora de maneira coletiva.

Por fim, os direitos da terceira dimensão são os chamados direitos de fraternidade ou solidariedade. Em uma sociedade na qual os indivíduos são livres e iguais, há então, para a culminância do seu harmônico funcionamento, a proposta de que estes mesmos indivíduos devem permanecer em uma esfera de solidariedade. Aqui, enquanto direitos de fraternidade surgem os direitos à paz, a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, ao patrimônio cultural (comum à humanidade), à comunicação e ao desenvolvimento (progresso). Esses direitos, de maneira mais generalizada, suscitam da proposta um pouco mais subjetiva à mesma concretização de garantir assegurada à vivência digna a todos os seres humanos.

É especialmente quando se pensa em um contexto de coletividade que os parâmetros do conceito de Direitos Humanos relacionados ao conceito de Cidadania passam a fazer ainda mais sentido. É na atuação de deveres e na garantia de direitos que todos os seres sociais, para além das distinções referentes ao caráter individual de cada um, exercitam a cidadania. Sobre este conceito trataremos a seguir.

4.2 A CIDADANIA COMO TEMÁTICA DE ESTUDO

A concepção de cidadania carrega variações (PINSKY, 2005, p.10) que se apresentaram junto às transformações que ocorreram durante a história das sociedades, como destaca Barreto Junior (2010, p.2): “as mudanças nas estruturas sociais e econômicas fizeram com que a evolução do conceito de cidadania se amoldasse conforme as circunstâncias de cada época.” Sua origem etimológica deriva da palavra *civita*, um presente dos romanos, e em latim significa cidade - uma alegoria aos habitantes da cidade/sociedade - o que nos remete à constatação de que a “cidadania é notoriamente um termo associado a vida em sociedade” (MIGUEL, 2013, p.4).

Desta maneira, é fácil chegar à compreensão de que não existe cidadão sem que haja as práticas sociais, dentre as quais se destacam os direitos e deveres. O surgimento do termo foi criado especialmente com o propósito de definir um indivíduo que vivia e atuava em uma sociedade. Este indivíduo atuante, fosse passiva ou ativamente (BARRETO JUNIOR, 2010, p. 5), poderia então ser chamado de cidadão.

Naquele período histórico a cidadania significava a garantia de direitos. O status de cidadão habilitava o indivíduo a participar do processo deliberativo e o sujeitava às obrigações impostas pelos gestores públicos, destacando o cidadão do indivíduo Comum. (BARRETO JUNIOR, 2010, p. 4)

Diferente dos moldes com os quais estamos acostumados, a prática da cidadania não era democrática ou igualitária. Ao contrário, para que um indivíduo fosse considerado cidadão era necessário que correspondesse a um conjunto de critérios estabelecidos com a finalidade de manter hierarquias próprias daquele período. Atualmente, no entanto, como uma antítese subversiva, observa-se no mundo ocidental a prática da cidadania democratizada, inclusive apresentando-se como a forma mais eficaz de consolidação de uma sociedade. “A cidadania em sentido amplo é encontrada no conjunto dinâmico de direitos e obrigações que determina o grau de inclusão do sujeito nas diversas esferas da convivência social.” (BARRETO JUNIOR, 2010, p. 16)

Arendt (1995, p.37) registra que embora muitos fossem considerados cidadãos na antiga Roma, eram muitos também os permaneciam como aquém aos atos políticos tendo em vista às suas condições econômicas ou valores ideológicos. Segundo Tolfo, (2013, p.38), o exercício da cidadania é fundamental para que o país seja considerado democrático. O entendimento da grande transformação do significado da cidadania que antes se tratava mais de “inclusão para

alguns”, e agora abrange a “igual inclusão para todos”, conduz à construção da compreensão da necessidade que há em um exercício de cidadania igualitário.

Marshall (1967, p.76) é assertivo quando define a cidadania em “um status concedido àqueles que são membros integrais de uma sociedade”. A atuação democrática e inclusiva de um cidadão - seja no exercício de direitos ou deveres - não deve ser fragmentada por quaisquer que sejam os motivos e, para tanto:

Todos os indivíduos devem ter assegurados, desde o seu nascimento, as condições básicas para se tornarem úteis à comunidade, como também devem ter a possibilidade de receber os benefícios que a vida em sociedade proporciona. Tais direitos humanos correspondem às necessidades essenciais dos seres humanos. Necessidades estas que são iguais para todos e que devem ser atendidas. (TOLFO, 2013, p.38).

É neste contexto de isonomia em que se destacam as garantias positivadas nos Direitos Humanos que, numa ideia paradoxal completamente lógica, alvitra - para o que se há de chamar por democracia - um convívio de igualdade para todos, mesmo os que são diferentes.

Targino (1991, p.157) afirma que não é possível reduzir a democracia a apenas uma dimensão de atuação do indivíduo social. A autora destaca que democracia “refere-se à participação não privilegiada da vida social” e neste ponto a informação surge como protagonista do exercício de cidadania, visto que a participação da vida social “se dá através de informação que assimilamos, produzimos, recebemos e, sobretudo, através dos benefícios conquistados em decorrência das mesmas.” E é através deste pensamento que é realçada a percepção de que “a informação concorre para o exercício da cidadania” (ROCHA, 1999, p. 40), máxima validada por Targino (1991, p.156) quando anuncia que:

ser cidadão é ter consciência de seus deveres e acesso a seus direitos. A cidadania se manifesta e se constrói a partir dessa conscientização e da participação política e social dos homens na sociedade, o que pressupõe um acesso a informações variadas e atualizadas.

Vejamos, então, as formas com as quais a informação se apresenta como agente auxiliador do exercício da cidadania. Para que o indivíduo participante de uma sociedade seja nela inserido em pleno exercício das práticas de cidadania, é primordial que essas práticas sejam

por ele conhecidas. Não há formas de exercitar algo sobre o qual não se tenha conhecimento e o conhecimento, por sua vez, surge através da informação.

É importante ressaltar que informação não é igual a conhecimento (BROOKES, 1980), no entanto, é “um agente mediador na produção do conhecimento” (BARRETO, 1994, p.1). Por exemplo, podemos nos deparar com infinitas informações durante determinado período, todavia nem todas elas se tornam o conhecimento de fato, “só o que se consegue reter, apreender e compreender é conhecimento” (TARGINO, 2000, p.9). Barreto (2002, p. 70) concorda explicando que:

a informação é qualificada como instrumento modificador da consciência do homem. Quando adequadamente apropriada, produz conhecimento e modifica o estoque mental de saber do indivíduo; traz benefícios para seu desenvolvimento e para o bem-estar da sociedade em que ele vive.

O autor estabelece que, para corroborar com o desenvolvimento e bem-estar de uma sociedade, é preciso que a informação seja “adequadamente apropriada” a fim de que, então, através dela seja produzido o conhecimento. Isto posto, partimos do pressuposto de que sem informação não há conhecimento e sem conhecimento não há um lícito exercício de cidadania e assim chegamos ao ponto central deste artigo: sem informação não há cidadania. Essa informação, todavia, não necessariamente deve ser transmitida por meios formais, explica Rocha (2000, p. 40):

É, pois, através do conhecimento do mundo, adquirido, formal e informalmente, a partir de suas experiências e do convívio em sociedade, pelas trocas lingüísticas e reconhecimento de símbolos, em um processo sistemático de formação intelectual e moral do indivíduo, que se processa a construção de sua dimensão enquanto cidadão.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) “desempenham papel importante na organização do estado e da condição das pessoas ou grupos, durante as interações estabelecidas cotidianamente”, (AZEVEDO e GASQUE, 2017, p.164) e marcam a chamada sociedade em rede (CASTELLS, 2006, p. 19), tanto pelas alterações causadas no tempo e espaço (COSTA, 2007, p.7) - no que diz respeito à velocidade com que se transmite informações e à quebra de barreiras geográficas - quanto pela aparição dos novos formatos de comunicação através de ferramentas e utensílios cada vez mais avançados.

Algumas são as divergências que dizem respeito à denominação da atual sociedade, mas independente da terminologia adotada, há um ponto em comum entre todas elas: trata-se de uma sociedade alicerçada no poder da informação (CASTELLS, 2003). E, para Araújo (1991, p.37), este poder é capaz de transformar a sociedade: “A informação é a mais poderosa força de transformação do homem. O poder da informação [...] tem capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo.”

Atuando de maneira a ampliar, como instrumento de democratização, as possibilidades de transmissão ou transferência da informação, o uso das TICs, de maneira geral, significa também a ampliação das possibilidades de produção do conhecimento. É imprescindível compreender que a democratização da informação não se trata apenas de facilitação de acesso à mesma, muito embora este seja um de seus pilares, “é necessário que o indivíduo tenha condições de elaborar este insumo recebido, transformando-o em conhecimento esclarecedor e libertador, em benefício próprio e da sociedade onde vive.” (BARRETO, p.4, 1994)

Mas, se o fácil acesso tecnológico à informação não deve ser superestimado como imediata produção de conhecimento, ele tampouco deve ser subestimado, tendo em vista que o não acesso tendo por auxiliares os artefatos tecnológicos, dificultaria ainda mais a produção do conhecimento.

O não-acesso à informação dificulta o pleno exercício da cidadania. Assim, a informação deve ser vista como um bem social e um direito coletivo como qualquer outro, sendo tão importante como o direito à educação, à saúde, à moradia, à justiça e tantos outros. (TARGINO, 1991, p.32)

Sendo a cidadania certificada no cumprimento indistinto de todos os deveres será também testificada no usufruto igualitário dos direitos e o cidadão, que é parte de uma sociedade, poderá ter suas necessidades básicas supridas, e, assim, é fácil chegar à compreensão de que o exercício da cidadania começa a partir do suprimento das necessidades básicas, auxiliado através da apreciação dos Direitos Humanos.

Isto posto, alcançamos a compreensão de que o exercício de cidadania está, então, relacionado em alto grau com o exercício informacional. E, vale salientar, que não é à toa que este último está posto no elenco de direitos fundamentais à humanidade. Através da informação surge a possibilidade de discernir com transparência o funcionamento da sociedade e assim, em

consequência, ser partícipe com a alternativa de intensa atuação. Todavia, esta oportunidade de atuar surge ao indivíduo quando há, primariamente, o acesso à informação.

Pontuamos o necessário para o entendimento de que o acesso à informação é imprescindível enquanto direito humano tanto quanto por certificar a construção da sociedade com integridade de conhecimento.

Assim, assistimos ao encontro dos conceitos primordiais para a realização desta pesquisa sob o discernimento de que o acesso à informação - de maneira a não permitir distinção entre todos os seres sociais – há de corroborar ao exercício da cidadania como prática de garantia à consolidação dos direitos inerentes à humanidade a fim de que a representatividade dos preceitos supramencionados estejam presentes no âmbito acadêmico, que para fins deste estudo tomará forma no campo da CI.

5 A CIDADANIA E OS DIREITOS HUMANOS NA CI NO NORDESTE

Tanto o exercício de cidadania quanto os Direitos Humanos são parte dos atributos substanciais ao eficaz funcionamento da sociedade enquanto comunidade que objetiva a convivência harmônica entre os sujeitos que a compõem, por isso se apresentam como temáticas que devem ser refletidas e dialogadas dentro do universo acadêmico de pesquisa e extensão à sociedade. Assim, faz-se mister uma investigação esmiuçada a respeito da presença destes temas na produção científica dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do Nordeste brasileiro.

Para a realização de uma pesquisa científica é necessário que o pesquisador tenha em mãos uma bússola que aponte a direção a ser seguida. Esta bússola simbólica, por sua vez, é formada pelas fontes que serão pesquisadas, pelo campo de pesquisa que será explorado, pelo tempo e espaço adequados a cada etapa da investigação. E é através destes instrumentos que a pesquisa se apresenta como uma possibilidade de construção do conhecimento por meio dos dados e informações coletados em seu trajeto.

Este capítulo apresenta os dados da pesquisa analisados a partir dos objetivos propostos e, de maneira peculiar, assumem contornos com resultados específicos em conformidade com a propositura de todo o trabalho. Para a materialização das análises foram necessárias, em primazia, o levantamento dos dados a partir de parâmetros subjetivos, nos termos em que foram utilizados critérios conceituais e teóricos para a pesquisa propriamente dita por meio dos quais traçamos algumas tarefas imediatas, a saber: o levantamento da frequência em que foram produzidos trabalhos de conclusão dos cursos de mestrado e doutorado dos PPGCI's no Nordeste, em que há oferta tanto do mestrado quanto do doutorado, que permearam as temáticas de Cidadania e Direitos Humanos, a criação de categorias específicas que organizassem a aparição desses produtos científicos em conformidade aos eixos temáticos, e, por fim, a disposição dessas produções de acordo com linha de pesquisa, autor, orientador e programa.

As dissertações selecionadas a partir dos critérios mencionados acima passaram a compor uma base de dados, sobre a qual se efetivou a pesquisa. Neste capítulo, serão apresentados os resultados adquiridos, bem como a interpretação e discussão desses dados. Para tanto, tais informações se encontram estruturados em três tópicos, apresentados de modo a

responder ao problema que norteou o desenvolvimento desta pesquisa e organizados na ordem dos objetivos traçados.

5.1 AS DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NOS PPGCIS DO NORDESTE

Neste ítem atende-se a proposta inicial do primeiro objetivo específico, a saber, averiguar as dissertações e teses defendidas nos PPGCIs que oferecem mestrado e doutorado no Nordeste que trataram de temas referentes à cidadania e/ou Direitos Humanos, momento oportuno para observar as linhas de pesquisas trabalhadas, bem como os autores e orientadores de cada uma das dissertações e teses investigadas.

A pesquisa deu-se início na fase da coleta de dados onde se definiu quando as dissertações ou teses apresentavam ou não alguma menção ou valorização ao exercício de cidadania e em respeito aos Direitos Humanos. Sendo análise interpretativa, sobre a qual inferiram as percepções pessoais da classificadora, a presença das duas grandes temáticas que orientam esta pesquisa foi percebida primeiro a partir de critérios objetivos como palavras, termos ou até mesmo expressões que traziam à tona questões relacionadas à cidadania e aos Direitos Humanos, tais como “participação na sociedade”, “inserção do sujeito na sociedade”, “igualdade”, inclusão”, entre outros. Em consequente, utilizou-se indicadores conceituais que permitiram uma análise para além de palavras ou expressões definidas, mas trouxe a possibilidade de uma investigação mais subjetiva de temáticas que diziam respeito a, por exemplo, “igualdade de direito de acesso à informação para além das diferenças de raça, gênero, orientação sexual, classe social, idade, origem geográfica”, entre outros

A fim de otimizar a visualização dos resultados obtidos com base nos critérios supramencionados, abaixo segue um quadro com todas as dissertações e teses de cada um dos PPGCI's analisados descobertas como que relacionadas aos temas de cidadania e Direitos Humanos.

Através do levantamento realizado nos repositórios institucionais digitais dos PPGCIs da UFBA, UFPB e UFPE, por meio também da Plataforma Sucupira, foi possível localizar um total de 381 dissertações e 33 teses aprovadas no mestrado e doutorado em Ciência da Informação dos Programas do Nordeste (que oferecem atualmente os cursos de mestrado e doutorado) entre os anos de 2008 e 2018. Foram, então, sinalizadas 68 dissertações e 9 teses

que apontavam para estudos relacionadas a cidadania e Direitos Humanos. Os títulos dessas produções científicas são expostas na tabela a seguir juntamente com o ano de publicação.

UFBA - TÍTULO	ANO
Acesso e uso da informação em telecentros: um estudo em comunidades de baixa renda de Salvador	2008
Arquitetura da Informação aplicada a websites de Governo Eletrônico: estudo de caso do Tribunal de Justiça da Bahia	2009
Descontinuidades e sombras: acessos, usos e fontes de informação numa comunidade rural e remota na Sociedade da Informação	2009
Pontos de inclusão digital: uma análise sob a perspectiva da abordagem cognitiva baseada na convergência de recursos	2010
Biblioteca de Caráter Público e Práticas Leitoras	2011
Informação pública e participação política em rede: uma análise da governança eletrônica nos websites dos deputados do Estado da Bahia	2011
Estudo de usuários da informação ambiental como subsídio para a transferência da informação em prol do desenvolvimento sustentável da APA do Pratigi	2011
Políticas de inclusão digital, governo eletrônico e práticas participativas: uma análise dos portais de e-gov da Região Metropolitana de Salvador	2012
Os desafios impostos pelos livros eletrônicos ao marco regulatório do direito autoral	2013
Mediação para acesso, uso e apropriação da informação: um estudo das configurações e práticas das bibliotecas públicas municipais do Estado da Bahia	2013
A interação da terceira idade com as inovações tecnológicas	2014
Bibliotecas universitárias: mediação e acesso à informação para pessoas com deficiência	2014
Política de acesso à informação pública no Brasil: análise da transparência ativa nos sítios da internet dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com base nas diretrizes da Lei no 12.527/2011	2014
Necessidades informacionais da pessoa idosa: estudo no contexto da Universidade Aberta à Terceira Idade da UNEB	2015
Inovação na biblioteca pública: sistema delivery como serviço de extensão	2016
Os movimentos sociais do Recôncavo Baiano no ciberespaço: um estudo dos fluxos de informação no recurso de grupos do Facebook	2016

Por um Brasil transparente: Estudo sobre os efeitos da Lei de acesso à informação nos sítios das Secretarias da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal	2016
Um olhar sobre políticas de informação na sociedade contemporânea	2016
A Tecnologia audiovisual através da informação audiodescritiva: uma perspectiva da Ciência da Informação	2017
Centros de Referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação: um estudo na cidade de São Paulo	2018
Competências em Informação - arquivos, bibliotecas e museus: uma análise por indicadores de avaliação	2018
Análise da produção, implementação e avaliação de um modelo de mediação da informação no Contexto de uma comunidade urbana	2014
A lei de Acesso à Informação na Bahia: cidadania e eficácia social	2018
Representação da Informação sobre a Violência contra Jovens Negros em mídias impressas na cidade de Salvador-Bahia: em foco os jornais A Tarde e Correio	2018
Necessidades Informacionais da comunidade quilombola de Itamatatua-Maranhão	2018
O currículo da biblioteconomia: perspectivas comparadas sobre a desigualdade social na Universidade Federal da Bahia (Brasil) e na Universidad de Antioquia (Colombia)	2018

UFPB - TÍTULOS	ANO
A (cons)ciência da responsabilidade social e ét(n)ica na produção de conhecimento sobre o(a) negro (a) em programas de pós graduação da Universidade Federal da Paraíba	2009
Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto “A Cor da Cultura”	2010
Informação, Imagem e Memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra da Biblioteca da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri	2010
A inclusão da comunidade Santa Clara na sociedade da informação	2011
Ciência da informação e ambientes colaborativos de aprendizagem: um estudo de caso da plataforma Moodle-UFPB	2011
Construção e Análise do Inventário do Patrimônio Religioso Paraibano: informação como representação social	2011

Informação e inclusão: uma análise das políticas públicas de inclusão digital da Prefeitura Municipal de João Pessoa	2011
Mitos da cultura africana: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatuiua	2011
Práticas informacionais e velhice: análise do fluxo informacional dentro de asilo na cidade de Cuité e sua contribuição para inclusão da pessoa idosa	2011
Canais de acesso à informação disponibilizados aos alunos sob a responsabilidade social da Fundação Bradesco	2012
Informação e Inclusão acadêmica: um estudo sobre as necessidades socioinformacionais dos universitários cegos do Campus I da UFPB	2012
Memória esquecida: uma análise da organização e representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba	2012
Memória exercitada: o direito de acesso a informação no âmbito dos arquivos permanentes	2012
Memória iconográfica: uma análise da representação das imagens fotográficas de negros/as nas universidades públicas do estado da Paraíba	2012
Responsabilidade social nas ações de extensão do Programa Iniciativas Negras: Trocando Experiências	2012
Fontes iconográficas de memória afrocêntrica: análise da informação étnico-racial a partir do ensaio fotográfico Engenhos e Senzalas	2013
A Inclusão Digital nos telecentros de informação e educação de João Pessoa- PB	2014
A construção da identidade negra a partir de informações disseminadas em blogs de funk	2014
Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba	2014
Competência em informação e inclusão digital no Programa Um Computador Por Aluno	2014
Construção do sítio virtual para democratização da informação para pessoas com deficiência no Estado da Paraíba	2014
E-acessibilidade: uma análise no portal governamental do Estado da Paraíba com foco nos usuários surdo	2014
De olho no OPAC da biblioteca universitária: avaliação sobre e-acessibilidade e arquitetura da informação para Web com a interação de usuários cegos	2014

Síndrome de Gabriela: resistência e aceitação de tecnologias de informação e comunicação em uma comunidade rural de João Pessoa	2015
Inclusão social no programa de um computador por aluno: análise a partir do regime de informação	2015
Informação étnico-racial: uma proposta de glossário sobre a égide da Semântica Discursiva	2015
Acessibilidade informacional: um estudo sobre configurações de segurança em objetos digitais acessíveis segundo análise de aceitação por pessoas com deficiência visual	2016
As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como estratégia de disseminação e uso da informação religiosa pelas comunidades católicas de Campina Grande – Paraíba	2016
Acessibilidade em websites de comércio eletrônico: avaliação através da interação com usuários cegos	2016
O acesso e uso da informação como dispositivo de empoderamento das usuárias do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra	2016
Informação étnico-racial no âmbito dos programas de pós-graduação em psicologia	2016
Lei de Acesso à Informação e Transparência: proposta de inclusão de informações no portal Transparência UFPB	2016
Gestão do conhecimento na rede do ProJovem Urbano: modelo baseado nas políticas públicas	2015
A informação como elemento de regulamentação dos institutos jurídicos da propriedade intelectual	2016
O Pacto pela Vida no estado de Pernambuco: informação, política e poder	2016
Análise do processo de gestão da informação e do conhecimento no Orçamento Participativo do município de João Pessoa/PB	2018

UFPE - TÍTULO	ANO
Acesso livre: um olhar sobre a preservação digital no Brasil	2011
Políticas públicas - preservação de manifestações culturais: o papel da FUNDARPE	2011

Análise do acesso e da transparência da informação pública nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil	2014
Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC	2014
A História e a cultura africana e afro-brasileira: lei 10.639/03 no diretório dos grupos de pesquisa registrados no CNPq	2015
A promoção da cidadania por meio do acesso à informação	2015
Memória da militância: a contribuição da organização do conhecimento para a reconstrução do movimento LGBT da região do Cariri cearense	2015
A memória e o sistema: o governo da informação em Pernambuco	2016
Análise do serviço de informação ao cidadão das instituições federais de ensino da Região Nordeste	2016
Lei de acesso à informação e o Ministério Público de Pernambuco	2016
Memória da ciência e da tecnologia: preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	2016
Música e memória: reconstrução da memória por meio da produção musical de Chico Buarque do período do AI-5 (1968-1978)	2016
Preservação da memória nos seminários e igrejas protestantes centenárias na cidade do Recife	2016
Uso estratégico da ontologização da memória nos seminários e igrejas protestantes centenárias na cidade do Recife para organização e gestão da informação jurídica	2018

É necessário destacar que com a apresentação dessa tabela é possível observar os critérios utilizados de maneira ainda clara já que, em alguns casos, na simples observância dos títulos das produções que foram filtradas é possível visualizar a presença dos temas de cidadania e Direitos Humanos.

De maneira reiterada verifica-se um pleiteio, através da discussão acadêmico-científica, pela democratização igualitária do acesso à informação para todos os grupos sociais. Neste ponto, o levantamento de discussões que visam a igualdade do usufruto do direito ao acesso à informação como manifestação de empoderamento para determinados fragmentos da sociedade se apresenta como ratificação da CI enquanto ciência social que infere diretamente nas questões coletivas da comunidade.

Vê-se, ainda, que nos PPGCI's estudados, é expressiva a aparição dos temas relacionados à representatividade do movimento negro, do movimento LGBTQ+, do empoderamento feminino e das oportunidades igualitárias de acesso à informação para as classes sociais menos abastadas acopladas nas grandes temáticas de Cidadania e Direitos Humanos.

Sob uma perspectiva da análise quantitativa, abaixo segue o demonstrativo das produções, entre dissertações e teses, em números gerais no que diz respeito a cada Programa analisado.

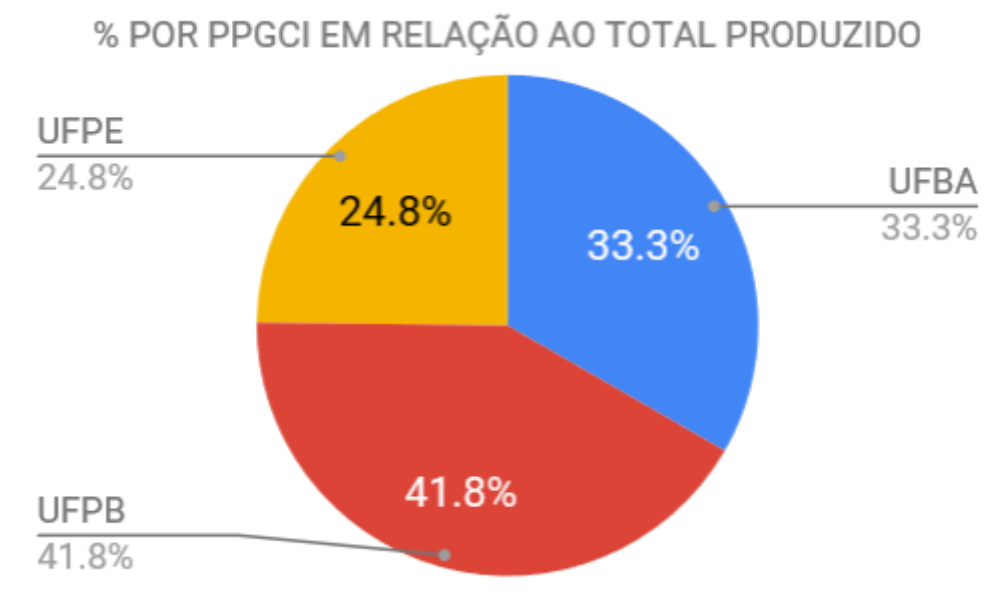
Tabela 4: Número total de dissertações e teses por PPGCI entre 2008 e 2018

PPGCI	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL
UFBA	119	18	33,17%
UFPB	158	14	42,64%
UFPE	104	0	25,18%
TOTAL GERAL	381	32	100%

A visualização desses números permite a percepção analítica de que a UFPB se destaca entre as três universidades do Nordeste que oferecerem em seus PPGCI's os cursos de mestrado e doutorado. Sendo, nesta última década, o Programa do Nordeste com maior índice de produção científica em números gerais, o que soma um total de 172 produções entre os anos de 2008 e 2018.

O Gráfico 1, logo abaixo, traz os mesmos dados em uma linguagem percentual.

Gráfico 1 – Percentual do total de produções científicas aprovadas em cada PPGCI do Nordeste entre os anos de 2008 e 2018

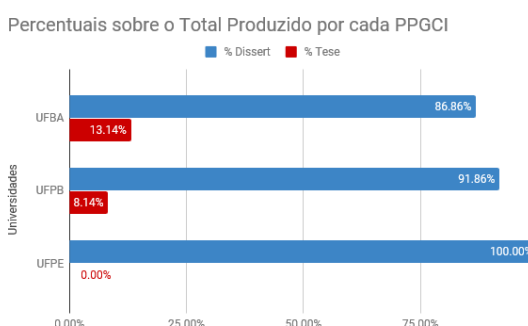


Os resultados apontam que 41,8% das produções científicas no campo da CI no Nordeste foram desenvolvidas por pesquisadores vinculados ao PPGCI/UFPB. Este total, todavia, é a soma das produções que englobam tanto o curso de mestrado quanto o curso de doutorado.

No entanto, se o estudo for baseado sob uma perspectiva na qual se observam primeiro os números das dissertações e depois os das teses, perceber-se-á que a produção do PPGCI da UFBA ganha expressivo destaque. A UFPE não tem dados a apresentar neste quesito visto que ainda não possui teses apresentadas no seu curso de doutorado na data em que se faz esta pesquisa.

Neste ponto, entende-se a importância de observar o total da produção científica de cada Programa tendo em vista a especificidade no que diz respeito à aprovação de dissertações e de teses. O Gráfico 2 apresenta esses números através da linguagem de porcentagens.

Gráfico 2 – Percentual de dissertações e teses produzidas por cada PPGCI do Nordeste entre os anos de 2008 e 2018



Os números apresentados permitem uma concepção da produção científica em dados fragmentados, bem como levou a exposição da evolução da produtividade em cada programa com o passar do tempo. Assim, com a finalidade de viabilizar a melhor compreensão das produções anuais de cada programa, em acordo com as respectivas universidades, os quadros seguintes apresentam a produção científica, entre dissertações e teses, referente a cada um dos anos da última década na UFBA, UFPB e UFPE, respectivamente.

Quadro 5: Número total de dissertações e teses por ano no PPGCI da UFBA entre 2008 e 2018

UFBA	DISSERTAÇÕES	TESES
2008	12	0
2009	11	0
2010	12	0
2011	13	0
2012	14	0
2013	11	1
2014	11	3
2015	15	2
2016	12	3
2017	3	2
2018	5	7
TOTAL	119	18

A começar pela UFBA, a universidade pioneira entre os PPGCIs do Nordeste, observa-se um equilíbrio entre as produções de dissertação entre os anos de 2008 e 2016. Nota-se, entretanto, uma baixa expressiva nas dissertações aprovadas nos anos de 2017 e 2018. Quanto à produção de teses de doutorado, curso que teve o seu primeiro aluno de doutorado com tese aprovada somente no ano de 2013, mostra-se um relevante aumento produtivo no ano de 2018 em referência aos anos anteriores desde o surgimento do programa.

Já na UFPB, o curso de doutorado só aprovou a primeira tese no ano de 2015, No que diz respeito ao curso de mestrado, entre os anos de 2010 e 2016, a produção científica alcançou números relevantes, com destaque para o ano de 2014, no qual o programa formou 29 mestres em Ciência da Informação. Vale salientar que, tal como aconteceu no PPGCI da UFBA, constatamos uma baixa produtividade nos anos de 2017 e 2018, biênio que em soma apresentou pouco mais de 1/3 (um terço) do biênio anterior, a saber, 2015 e 2016. Os dados estão expostos no quadro a seguir.

Quadro 6: Número total de dissertações e teses por ano no PPGCI da UFPB entre 2008 e 2018

UFPB	DISSERTAÇÕES	TESES
2008	1	0
2009	2	0
2010	17	0
2011	21	0
2012	13	0
2013	17	0
2014	29	0
2015	22	2
2016	22	5
2017	8	1
2018	6	6
TOTAL	158	14

Por fim, propõe-se também uma apresentação das produções do PPGCI da UFPE entre os anos estudados por esta pesquisa. Teve seus primeiros mestrados com dissertações aprovadas somente no ano de 2011 e até a data atual não conta com publicações de teses no recém criado curso de doutorado.

Tabela 7: Número total de dissertações e teses por ano no PPGCI da UFPE entre 2008 e 2018

UFPE	DISSERTAÇÕES	TESES
2008	0	0
2009	0	0
2010	0	0
2011	9	0
2012	8	0
2013	10	0
2014	15	0
2015	20	0
2016	18	0
2017	16	0
2018	8	0
TOTAL	104	0

Através deste tabela, é possível observar que o PPGCI da UFPE não teve uma baixa na produção no ano de 2017, mas seguiu a linha dos outros programas no ano de 2018. Nota-se também que nos anos iniciais a produção científica de todos os programas foi menor do que nos anos subsequentes. Isto especialmente pelo fato de que nos primeiros anos, os PPGCIs da UFBA, UFPB e UFPE ainda estavam em um processo de consolidação.

Percebe-se ainda que após o marco inicial de cada programa, todos os anos contaram com aprovações de dissertações e teses, o que demonstra que os PPGCIs do Nordeste formaram mestres e doutores em continuidade na última década desde a instituição dos cursos, e isso se consolida em virtude do histórico das universidades estudadas.

A partir da compreensão do total de produção científica de cada um dos programas estudados, adentra-se nas nuances mais específicas desta pesquisa, lançando-se uma observação esmiuçadora no que tange às temáticas que permeiam os objetivos e objetos de cada uma das produções científicas, no formato de dissertações e teses, aprovadas nos últimos dez anos nos PPGCIs do Nordeste.

Desta forma, apresentam-se os dados que responderão ao primeiro objetivo específico proposto no tocante à representatividade da produção científica no âmbito da ciência da informação que traz ao meio acadêmico diálogos e discussões acerca da cidadania e dos Direitos Humanos.

Os PPGCIs do Nordeste somam juntos um total de 411 produções científicas, entre dissertações e teses, na última década. O presente estudo apresentou resultados que apontam a partir deste número geral um total de 77 produções, sendo 68 dissertações e 9 teses, com temáticas que mencionaram ou valoraram à prática do exercício da cidadania e o respeito aos Direitos Humanos, como ver-se-á nos quadros dispostos abaixo.

Quadro 8: Dissertações produzidas com temática sobre Cidadania e/ou Direitos Humanos nos PPGCI's do Nordeste entre 2008 e 2018

DISSERTAÇÕES	PRODUÇÃO TOTAL	CIDADANIA OU DIREITOS HUMANOS
UFBA	119	21
UFPB	158	33
UFPE	104	14

Estes números, desbravados com a especificidade de cada PPGCI, apontam que a UFPB mais uma vez ganha destaque na presente pesquisa, posto que de 158 dissertações produzidas e aprovadas entre os anos de 2008 e 2018, 33 contemplaram uma temática de valorização à cidadania e/ou aos Direitos Humanos. Isto equivale, como bem mostra o gráfico a seguir, que mais de 1/5 (um quinto) das produções científicas no mestrado em CI da UFPB foram

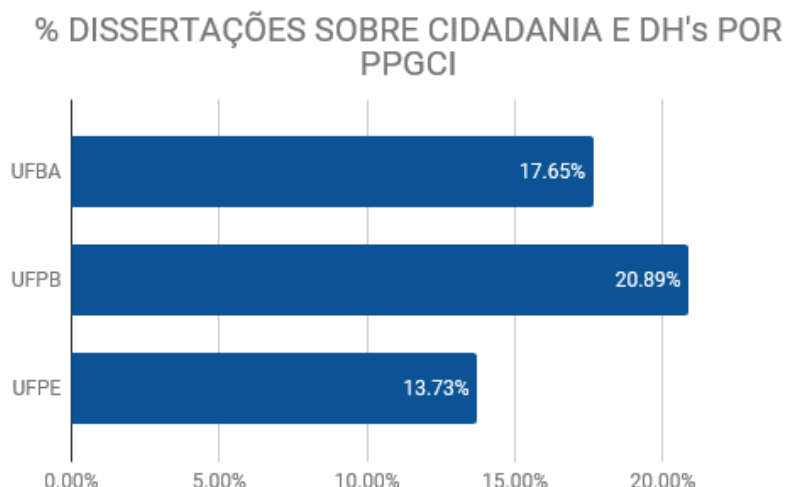
direcionadas a estudos que relacionam o exercício informacional ao exercício de cidadania e/ou ao respeito aos Direitos Humanos.

Há de ter que se falar também que neste ponto o PPGCI da UFPB tem atuado com responsabilidade social, enquanto instituição pública de ensino superior, ao viabilizar pesquisas de pós-graduação que vinculam os estudos teóricos ou práticos acerca do conceito da informação com a integração do indivíduo partícipe da sociedade ao exercício da cidadania, bem como ovacionado o respeito aos Direitos Humanos.

Esta percepção, no entanto, apesar da UFPB ganhar destaque, não se aplica somente a ela. Nestes mesmos termos, há de se observar que tanto a UFBA quanto a UFPE têm fomentado o desenvolvimento de estudos científicos que oferecem à comunidade acadêmica, bem como à comunidade local e social, dados e resultados científicos que promovem maior compreensão sobre a importância que há na vinculação entre o acesso à informação como parte importante do exercício da cidadania e como atuação de defesa e fruição dos Direitos Humanos.

Assim, resta a reafirmação de que sujeitos que gozam do exercício informacional podem acabar por ter mais oportunidades também para o exercício da cidadania, em usufruto dos direitos e compromisso com os deveres propostos pela sociedade, tal como terão mais condições de também gozar e compreender em maior extensão os aspectos que compõem a temática dos Direitos Humanos. Em uma linguagem de percentual, verifica-se no gráfico abaixo que ainda há muito o que se avançar, entretanto, por outro lado, há uma expressiva representatividade nos PPGCIs do Nordeste no que tange às temáticas investigadas na produção de dissertação nos cursos de mestrado.

Gráfico 3 – Percentual de dissertações produzidas por cada PPGCI do Nordeste entre os anos de 2008 e 2018 com a temática de Cidadania e/ou Direitos Humanos



Como visto, 17,65% das dissertações aprovadas na última década no PPGCI da UFBA cotejaram um tema que mencionou ou valorizou o exercício de cidadania e/ou a aplicação dos Direitos Humanos. Na UFPB, este número teve uma elevação relevante, sendo 20,89% do total de produções do mestrado entre os anos de 2008 e 2018, produtos científicos com objetos ou objetivos que pontuaram a vinculação da cidadania e dos Direitos Humanos ao exercício informacional. Por fim, o Programa da UFPE apresenta o número mais baixo entre as três universidades pesquisadas. Com uma porcentagem de 13,73%, mostra uma menor concentração dos temas que compõem a cerne desta pesquisa presentes nas dissertações aprovadas nos últimos dez anos, no entanto, tendo em vista ser também o programa com menos tempo de existência, é necessário a observação de que muito ainda tem para desenvolver em variados aspectos.

No que corresponde à produção de teses do curso de doutorado dos PPGCIs do Nordeste que, neste caso, estão alocados na UFBA e UFPB, o resultado desta pesquisa não demonstra números tão expressivos.

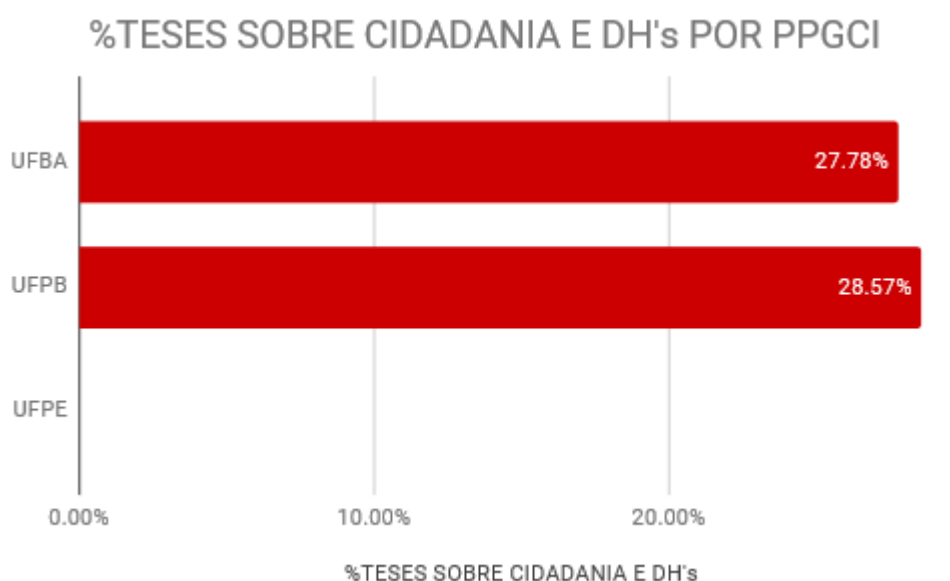
Para início da compreensão desta análise, vale ressaltar que, como já supramencionado, não há o que se falar sobre a produção de teses aprovadas no PPGCI da UFPE, posto que este programa ainda não oferece o curso de doutorado. Sobre o doutorado na UFBA, os primeiros alunos tiveram formação no ano de 2013 e na UFPB, somente no ano de 2015.

Quadro 9: Teses produzidas com temática sobre Cidadania e/ou Direitos Humanos nos PPGCI's do Nordeste entre 2008 e 2018

TESES	PRODUÇÃO TOTAL	CIDADANIA OU DIREITOS HUMANOS
UFBA	18	5
UFPB	14	4
UFPE	0	0

Sob esta perspectiva, a UFBA se destaca na publicações de teses, bem como no que diz respeito às produções específicas sobre os temas investigados através desta pesquisa. Na última década, das 18 teses aprovadas no PPGCI da UFBA, 5 abordaram temas que valorizaram ou mencionaram a vinculação entre o exercício da cidadania e/ou Direitos Humanos ao exercício informacional, enquanto a UFPB, das 14 aprovações apresentaram 4 produtos com esta temática. Em números simples, a produtividade da UFBA foi maior, mas se observarmos através das lentes de proporção, utilizando a linguagem dos percentuais, mais uma vez, a produção do PPGCI da UFPB retoma a liderança, posto que, em relação à sua totalidade produtiva, a porcentagem que abrangeu as temáticas de destaque neste estudo, foi maior em relação à UFBA.

Gráfico 4 – Percentual de teses produzidas por cada PPGCI do Nordeste entre os anos de 2008 e 2018 com a temática de Cidadania e/ou Direitos Humanos



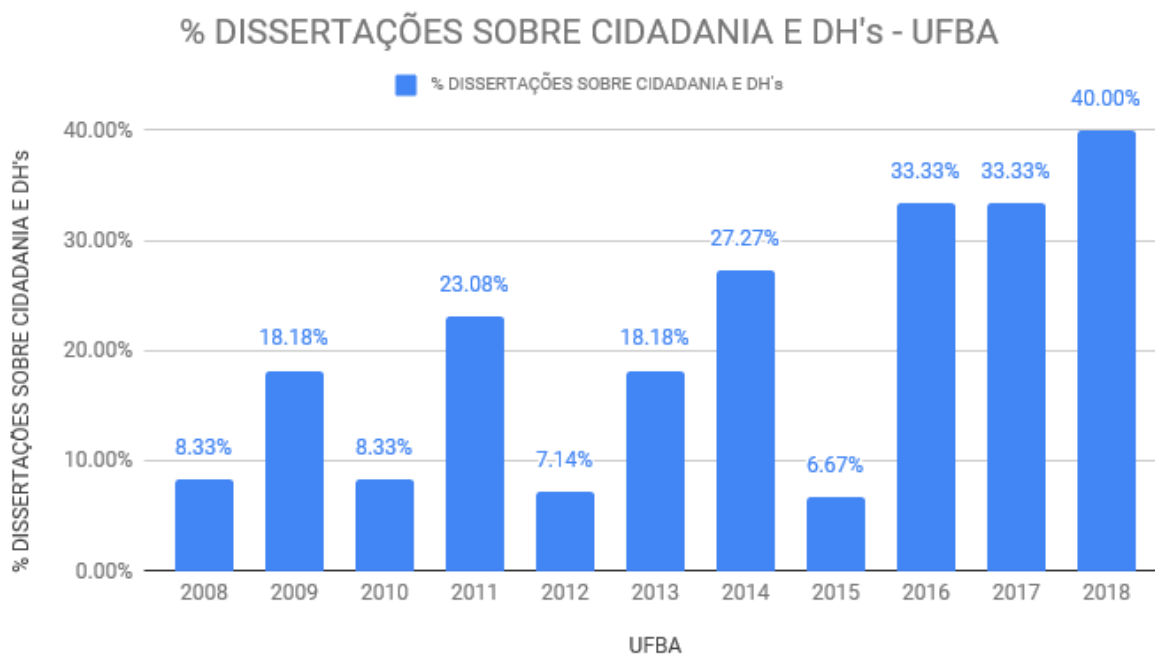
Sendo assim, a UFBA teve 27,78% de sua totalidade produtiva com temas relevantes a este estudo, enquanto a UFPB teve 28,57%. Número este, que apresenta-se na

proporcionalidade de produção apresentada entre os anos de 2008 e 2018. Assim, a UFPB continua à frente no que diz respeito às produções com as temáticas que nesta pesquisa foram compreendidas como indispensáveis à fomentação de discussões sobre informação, Cidadania e Direitos Humanos.

A compreensão destes números de produção há de melhor fazer sentido com a visualização dos gráficos dispostos a seguir, onde estão alocados os dados correspondentes a cada um dos PPGCIs estudados, tendo em vista o número total de produção anual seguidos do número de produção sobre as temáticas pesquisadas. Os números apresentados em porcentagem hão de corroborar à compreensão de que as marcas alcançadas são expressivas.

Para início, observa-se abaixo o quadro de dissertações produzidas pelo PPGCI da UFBA entre os anos de 2008 e 2018 com a temática de Cidadania e/ou Direitos Humanos. Os dados apontam que apesar da diminuição de aprovações no ano de 2018, este foi também o ano em que houve maior produtividade no que diz respeito às temáticas de destaque nesta pesquisa, chegando a um número de 40% do total produzido.

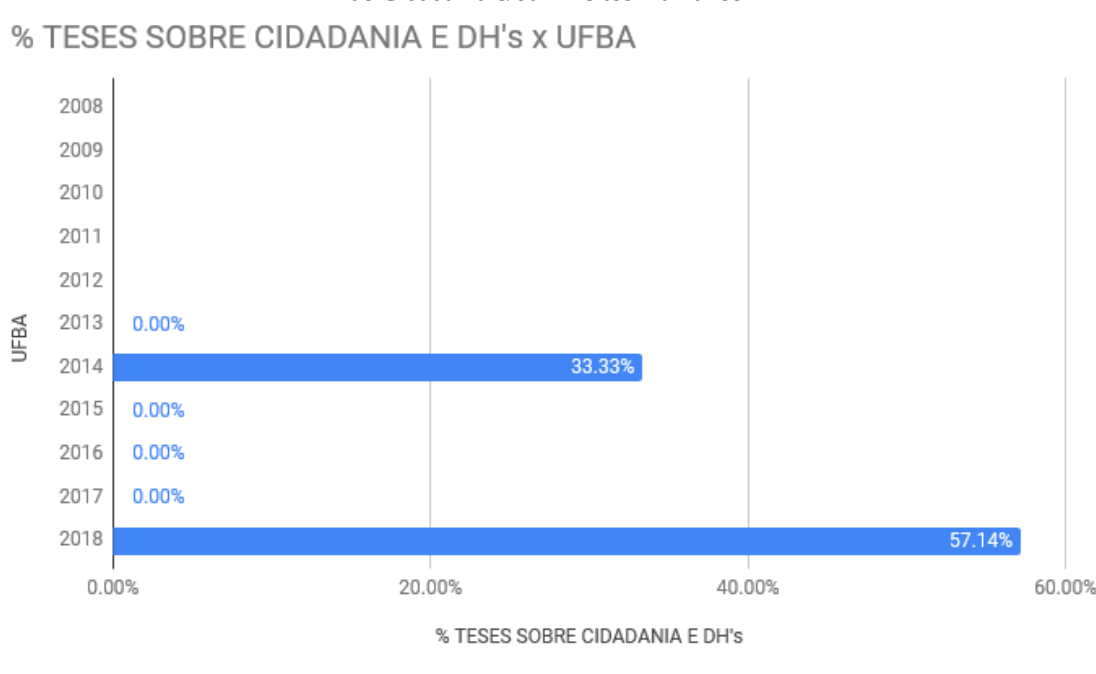
Gráfico 5 – Percentual de dissertações produzidas pelo PPGCI da UFBA entre os anos de 2008 e 2018 com a temática de Cidadania e/ou Direitos Humanos



Este aumento em percentuais de produção da temática supracitada é notado em sequência nos anos de 2016, 2017 e 2018. Período simbólico em que o pautas relacionadas ao exercício de cidadania e à valorização dos Direitos Humanos ganharam maior representatividade.

O mesmo avanço se dá em relação à aprovação das teses no PPGCI da UFBA. O ano de 2018 traz um expressivo número de 57% das produções científicas do doutorado abrangendo a temática que engloba o exercício da cidadania ligado ao exercício informacional bem como ao usufruto dos Direitos Humanos. O gráfico abaixo torna os dados ainda mais fáceis de serem compreendidos.

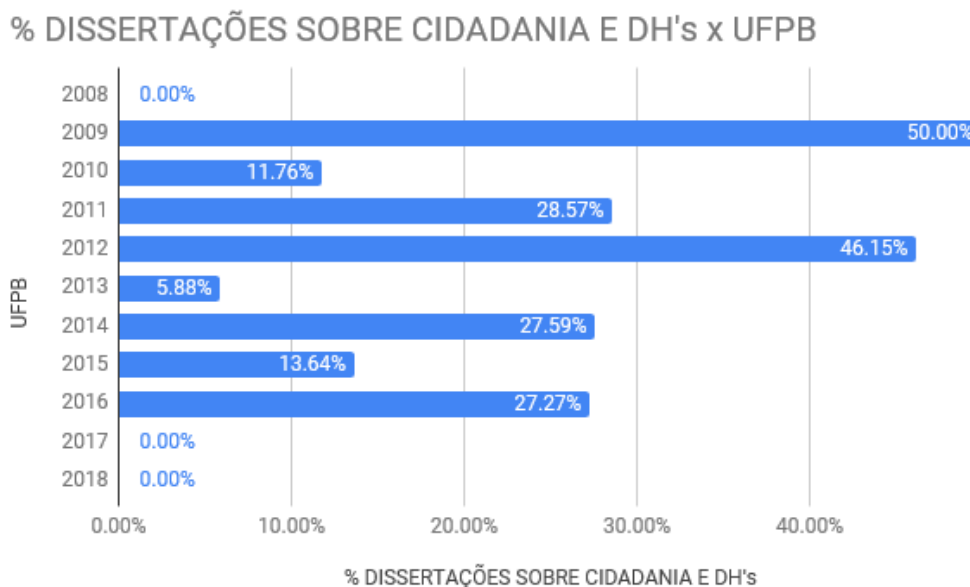
Gráfico 6 – Percentual de teses produzidas pelo PPGCI da UFBA entre os anos de 2008 e 2018 com a temática de Cidadania e/ou Direitos Humanos



Já em relação ao PPGCI da UFPB, os dados surpreenderam quando apontaram que nos anos de 2017 e 2018 não houve nenhuma produção de dissertações com temáticas que correspondessem à relevância que há no exercício de cidadania e no respeito e usufruto dos Direitos Humanos. Havendo uma evolução progressiva na cultura comportamental dos sujeitos, bem como do desenvolvimento de ideologias que apontam para o avanço da humanidade com representatividade pontuada dando voz aos mais variados grupos sociais, temos de destacar que os últimos anos têm levantado pautas importantes neste sentido, o que acaba por não refletir nas produções de teses e dissertações deste Programa.

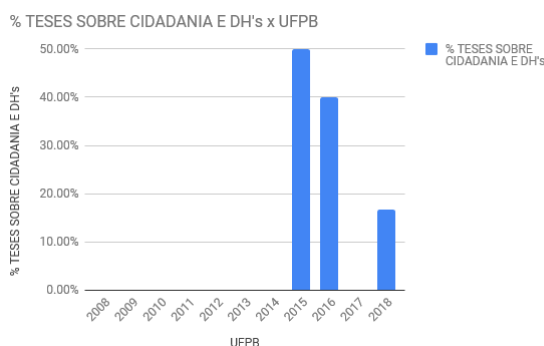
Esta falta, no entanto, parece ter sido compensada com a massiva produtividade que houve em todos os outros anos, como se observa no gráfico seguinte.

Gráfico 7 – Percentual de dissertações produzidas pelo PPGCI da UFPB entre os anos de 2008 e 2018 com a temática de Cidadania e/ou Direitos Humanos



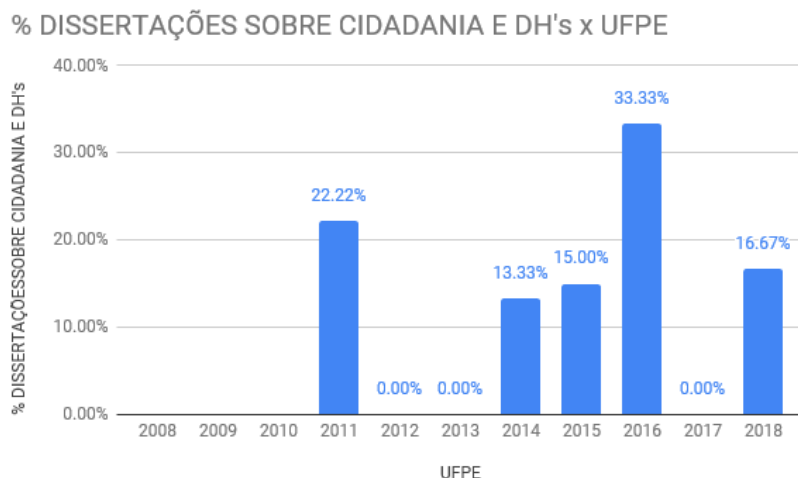
A mesma observação se estende às teses aprovadas no PPGCI da UFPB entre 2008 e 2018. Tendo em vista que o programa teve os seus primeiros formandos no ano de 2015, este foi o ano em que houve uma produção mais significativa no que se refere a temas que abordassem Cidadania e/ou Direitos Humanos. O ano de 2017 não apresentou nenhuma produção que abordassem os temas nesta pesquisa estudados.

Gráfico 8 – Percentual de teses produzidas pelo PPGCI da UFPB entre os anos de 2008 e 2018 com a temática de Cidadania e/ou Direitos Humanos



Por fim, os dados referentes às dissertações aprovadas no mestrado do PPGCI da UFPE apontam que o ano de 2016 contém o maior número proporcional de produções científicas com estudos que permeiam temas acerca da cidadania, informação e Direitos Humanos.

Gráfico 9 – Percentual de dissertações produzidas pelo PPGCI da UFPE entre os anos de 2008 e 2018 com a temática de Cidadania e/ou Direitos Humanos



Adiante, observar-se-á, de maneira mais detalhada, as produções sobre a temática com a apresentação dos temas, autores, orientadores e um estudo mais específico sobre as linhas de pesquisas verificadas com maior incidência na produção acadêmica de cada Programa.

5.2 AS DISSERTAÇÕES E TESES POR AUTORES, ORIENTADORES E LINHAS DE PESQUISAS

Em cumprimento ao segundo objetivo específico, a saber, a organização e exposição dos autores e orientadores, os relacionando com os PPGCI's estudados e suas respectivas linhas de pesquisa, foram elencadas as dissertações e teses com temática abrangente acerca da vinculação entre o exercício da cidadania, o usufruto dos Direitos Humanos e os estudos sobre Informação. Esse filtro resultou em um total de 68 (sessenta e oito) dissertações e 9 (nove) teses nos PPGCIs do Nordeste que oferecem o curso de mestrado e doutorado, ou seja, aqueles vinculados às Universidades Federais da Bahia, Paraíba e Pernambuco. Foi necessário fazer essa organização a partir de quadros expositivos onde foram discriminados, respectivamente, o título da dissertação/tese, o autor, o orientador, o ano da defesa e a linha de pesquisa à qual o estudo esteve vinculado.

O Quadro 10 apresenta as especificidades das produções de dissertações no PPGCI da UFBA. No que se refere às linhas de pesquisa é necessário ressaltar que a grande maioria das dissertações não tinha, em sua ficha catalográfica ou em sua folha de rosto a menção à linha na qual esteve vinculada. Desta feita, foi preciso que aplicássemos as linhas de acordo com os orientadores tendo em vista onde cada um estava vinculado. Assim, foi feita a distribuição que se verá logo abaixo.

Quadro 10: Título, autor, orientador, ano e linha de pesquisa das dissertações produzidas com temática estudada na UFBA entre 2008 e 2018

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	ANO	LINHA
Acesso e uso da informação em telecentros: um estudo em comunidades de baixa renda de Salvador	Maria Dulce Paradella Matos de Oliveira	Ângela Maria Barreto	2008	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Arquitetura da Informação aplicada a websites de Governo Eletrônico: estudo de caso do Tribunal de Justiça da Bahia	Cláudio José de Faria Lemos	Helena Pereira da Silva	2009	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
Descontinuidades e sombras: acessos, usos e fontes de informação numa comunidade rural e remota na Sociedade da Informação	Fausta Joaquina Clarinda de Santana	Othon Jambeiro	2009	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Pontos de inclusão digital: uma análise sob a perspectiva da abordagem cognitiva baseada na convergência de recursos	Barbara Coelho Neves	Henriette Ferreira Gomes	2010	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Biblioteca de Caráter Público e Práticas Leitoras	Lêda Maria Ramos Costa	Kátia de Carvalho	2011	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Informação pública e participação política em rede: uma análise da governança eletrônica nos websites dos deputados do Estado da Bahia	José Carlos Sales dos Santos	Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva	2011	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Estudo de usuários da informação ambiental como subsídio para a transferência da informação em prol do desenvolvimento sustentável da APA do Pratigi	Marcos Antonio Fermiano	Lídia Maria Batista Brandão Toutain	2011	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
Políticas de inclusão digital, governo eletrônico e práticas participativas: uma análise dos portais de e-gov da Região Metropolitana de Salvador	Flávia Catarino Conceição Ferreira	Othon Jambeiro	2012	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Os desafios impostos pelos livros eletrônicos ao marco regulatório do direito autoral	Niluschka Brandão Bloemsma	Nanci Oddone	2013	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
Mediação para acesso, uso e apropriação da informação: um estudo das configurações e práticas das bibliotecas públicas municipais do Estado da Bahia	Maria Cristina dos Santos	Henriette Ferreira Gomes	2013	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
A interação da terceira idade com as inovações tecnológicas	Basilon Azevedo de Carvalho	Aida Varela Varela	2014	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
Bibliotecas universitárias: mediação e acesso à informação para pessoas com deficiência	Maria de Fátima Cleômenis Botelho	Kátia de Carvalho	2014	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Política de acesso à informação pública no Brasil: análise da transparência ativa	Bruna Andrade de Santana	Maria Teresa Navarro de Britto Matos	2014	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

nos sítios da internet dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com base nas diretrizes da Lei no 12.527/2011				
Necessidades informacionais da pessoa idosa: estudo no contexto da Universidade Aberta à Terceira Idade da UNEB	Neusa Maria dos Santos Pires	Maria Isabel de J.S. Barreira	2015	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Inovação na biblioteca pública: sistema delivery como serviço de extensão	Maria Aparecida Correia Santana	Lídia Maria Batista Brandão Toutain	2016	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
Os movimentos sociais do Recôncavo Baiano no ciberespaço: um estudo dos fluxos de informação no recurso de grupos do Facebook	Anderson Silva da Rocha	Francisco José Aragão Pedroza Cunha	2016	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
Por um Brasil transparente: Estudo sobre os efeitos da Lei de acesso à informação nos sítios das Secretarias da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal	Gabriela Vieira dos Santos	Maria Teresa Navarro de Britto Matos.	2016	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
Um olhar sobre políticas de informação na sociedade contemporânea	Mardochée Ogécime	Isa Maria Freire	2016	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
A Tecnologia audiovisual através da informação audiodescritiva: uma perspectiva da	Tamires Neves Conceição	Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva	2017	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Ciência da Informação				
Centros de Referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação: um estudo na cidade de São Paulo	Bruno Almeida dos Santos	Nídia Maria Lienert Lubisco	2018	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
Competências em Informação - arquivos, bibliotecas e museus: uma análise por indicadores de avaliação	Marina Brito Rodrigues	Hildenise Ferreira Novo	2018	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Desta forma, os dados apontam que a produção de dissertações na UFBA com temática de Cidadania e/ou Direitos Humanos foi equiparada nas duas linhas de pesquisa presentes no PPGCI. Pouco menos da metade das produções da última década, o que equivale a 10 dissertações com a temática, foram defendidas sob as orientações da linha de pesquisa de Produção, circulação e mediação da informação, a qual contempla os estudos sobre disseminação, transferência e apreensão da informação em vários contextos. Ela também compreende comportamentos informacionais em diferentes meios e ambientes (os estudos das chamadas práticas informacionais), com um enfoque na produção dos sentidos, o que Araujo (2018) entende como parte das investigações que devem ser feitas nos estudos sobre os sujeitos.

Enquanto os outros 50% das produções tiveram um teor mais direcionado a estudos sobre infraestrutura e políticas de acesso e controle da informação, Observou-se que essas pesquisas abrangeram identidade e memória cultural, enquadrando-se, então, na linha de pesquisa de políticas e tecnologias da informação.

É possível a observação de que as produções do PPGCI da UFBA que aqui caracterizamos como sob as temáticas de cidadania e Direitos Humanos, distribuída quase que igualmente entre as duas linhas de pesquisa oferecidas pelo Programa, tratam majoritariamente sobre subtemas como inclusão digital por parte das mais variadas classes sociais, com ênfase à classe baixa, bem como ao acesso à informação por meio de bibliotexas públicas. Vê-se, então, a manifestação das produções deste Programa, possivelmente como consequência às ementas propostas, temas relacionados à democratização da informação como forma de poderio

igualitário e evolução social das classes menos privilegiadas, seja esse privilégio no que diz respeito a recursos financeiros, ou ao posicionamento enquanto minorias vulneráveis de uma sociedade a exemplo do movimento negro, LGBT+, à luta de classes, e até mesmo à manifestação por igualdade de gênero.

Quadro 12 – Quantidade total de produções em cada linha de pesquisa da UFBA com temáticas sobre Cidadania e/ou Direitos Humanos.

LINHAS DE PESQUISA	PORCENTAGEM DE PRODUÇÕES
Políticas e tecnologias da informação	60%
Produção, circulação e mediação da informação	40%

Estes números revelam que, muito embora as linhas de pesquisas do PPGCI da UFBA possuam direcionamentos diferentes, ambas possibilitam o desenvolvimento de estudos científicos sob temáticas que fomentem a reflexão acerca da relação que há entre o exercício de cidadania, a informação e os Direitos Humanos.

A seguir estão expostos os dados referentes à produção de teses de doutorado. No quadro, serão respectivamente apresentados o título, autor, orientador, ano e linha de pesquisa à qual o trabalho esteve vinculado.

Quadro 13 - Título, autor, orientador, ano e linha de pesquisa das teses produzidas com temática estudada na UFBA entre 2008 e 2018

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	ANO	PPGCI
Análise da produção, implementação e avaliação de um modelo de mediação da informação no Contexto de uma comunidade urbana	Maria Giovanna Guedes Farias	Aida Varela Varela	2014	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
A lei de Acesso à Informação na Bahia: cidadania e eficácia social	Francisca Mattos	Maria Teresa Navarro de Brito Mattos	2018	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
Representação da Informação sobre a Violência contra Jovens Negros em mídias impressas na	Celso Passos Correia Junior	Hildenise Ferreira Novo	2018	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO

cidade de Salvador-Bahia: em foco os jornais A Tarde e Correio				DA INFORMAÇÃO
Necessidades Informacionais da comunidade quilombola de Itamatatua-Maranhão	Cleyciane Cássia Moreira Pereira	Maria Isabel de Jesus Sousa	2018	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
O currículo da biblioteconomia: perspectivas comparadas sobre a desigualdade social na Universidade Federal da Bahia (Brasil) e na Universidad de Antioquia (Colômbia)	Jardany de Jesús Mosquera Machado	Maria Isabel de Jesus Sousa	2018	PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Em contraposição aos números de produção de dissertação supramencionados, no PPGCI da UFBA, 80% das produções de teses sobre Cidadania e/ou Direitos Humanos foram produzidas na linha de pesquisa de produção, circulação e mediação da informação, enquanto que apenas 20% foram defendidas sob a linha de pesquisa de políticas e tecnologias da informação. Com base nos números de produção das dissertações, não há o que se falar em maior familiaridade teórica para que haja esta incidência produtiva com maior ênfase de uma linha em detrimento de outra.

Aqui, apesar do número pequeno tanto de produção geral quanto de produção das temáticas estudadas, é possível ver uma variação dos subtemas mencionados como necessários à evolução dos conceitos de cidadania e Direitos Humanos, com destaque a duas teses escritas sobre o movimento negro.

Já no PPGCI da UFPB, desde a criação do programa, no ano de 2006, as pesquisas que resultavam nas dissertações eram divididas em duas linhas de pesquisas: Memória, organização, acesso e uso da informação; e Ética, gestão e políticas de informação. Somente o edital do processo seletivo do ano de 2017 alterou a distribuição em linhas de pesquisa, fragmentando os da primeira supracitada em duas linhas, foram somadas à manutenção da linha de pesquisa de Ética, gestão e políticas de informação. Neste trabalho, tendo em vista tratar-se do recorte temporal que vai do ano 2008 a 2018, não sendo nenhuma dissertação publicada sob a temática

estudada nos anos de 2017 e 2018, no próximo quadro aparecerão somente dissertações publicadas entre 2008 e 2016, portanto, destacar-se-ão neste trabalho as linhas de pesquisa vigentes antes das alteração feita em 2017, a qual fez surgir as atuais linhas de pesquisa que são: Informação, memória e sociedade; Organização, acesso e uso da informação; e a manutenção da linha de Ética, gestão e políticas de informação.

No Quadro 14 veremos a divulgação específica das dissertações defendidas no PPGCI da UFPB entre 2008 e 2018 com a temática referente à Cidadania e/ou aos Direitos Humanos. Serão apresentados os títulos, autores, orientadores, ano de defesa e linha de pesquisa, respectivamente.

Quadro 14 - Título, autor, orientador, ano e linha de pesquisa das dissertações produzidas com temática estudada na UFPB entre 2008 e 2018

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	ANO	LINHA DE PESQUISA
A (cons)ciência da responsabilidade social e ét(n)ica na produção de conhecimento sobre o(a) negro (a) em programas de pós graduação da Universidade Federal da Paraíba	Alba Lígia de Almeida Silva	Mirian de Albuquerque Aquino	2009	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto “A Cor da Cultura”	Henry Pôncio Cruz de Oliveira	Mirian de Albuquerque Aquino	2010	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
Informação, Imagem e Memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra da Biblioteca da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri	Ariluci Goes Elliott	Mirian de Albuquerque Aquino	2010	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO

A inclusão da comunidade Santa Clara na sociedade da informação	Maria Giovanna Guedes Farias	Isa Maria Freire	2011	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO
Ciência da informação e ambientes colaborativos de aprendizagem: um estudo de caso da plataforma Moodle-UFPB	André Anderson Cavalcante Felipe	Júlio Afonso Sá de Pinho Neto	2011	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO
Construção e Análise do Inventário do Patrimônio Religioso Paraibano: informação como representação social	Silvia Regina da Mota Rocha	Carlos Xavier de Azevedo Netto	2011	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
Informação e inclusão: uma análise das políticas públicas de inclusão digital da Prefeitura Municipal de João Pessoa	Briggida Rosely de Azevedo Lourenço	Gustavo Henrique de Araújo Freire.	2011	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO
Mitos da cultura africana: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatua	Cleyciane Cássia Moreira Pereir	Mirian de Albuquerque Aquino	2011	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
Práticas informacionais e velhice: análise do fluxo informacional dentro de asilo na cidade de Cuité e sua contribuição para inclusão da pessoa idosa	Jesiel Ferreira Gomes	Isa Maria Freire	2011	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO
Canais de acesso à informação disponibilizados aos	Alecsandra Coutinho Machado	Emeide Nóbrega Duarte.	2012	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS

alunos sob a responsabilidade social da Fundação Bradesco				DA INFORMAÇÃO
Informação e Inclusão acadêmica: um estudo sobre as necessidades socioinformacionais dos universitários cegos do Campus I da UFPB	Aparecida Maria da Silva	Edvaldo Carvalho Alves	2012	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO
Memória esquecida: uma análise da organização e representação da informação étnico- racial no OPAC da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba	Vanessa Alves Santana	Mirian de Albuquerque Aquino	2012	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
Memória exercitada: o direito de acesso a informação no âmbito dos arquivos permanentes	Rosilene Paiva Marinho de Sousa	Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	2012	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
Memória iconográfica: uma análise da representação das imagens fotográficas de negros/as nas universidades públicas do estado da Paraíba	Ana Roberta Sousa Mota	Mirian de Albuquerque Aquino	2012	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
Responsabilidade social nas ações de extensão do Programa Iniciativas Negras: Trocando Experiências	Elieny do Nascimento Silva	Joana Coeli Ribeiro Garcia.	2012	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO
Fontes iconográficas de memória afrocêntrica: análise da informação étnico- racial a partir do	Thais Helen do Nascimento Santos	Mirian de Albuquerque Aquino	2013	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO

ensaio fotográfico Engenhos e Senzalas				
A Inclusão Digital nos telecentros de informação e educação de João Pessoa- PB	Maria Livia Pachêco de Oliveira	Júlio Afonso Sá de Pinho Neto	2014	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO
A construção da identidade negra a partir de informações disseminadas em blogs de funk	Jobson Francisco da Silva Júnior	Edvaldo Carvalho Alves	2014	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba	Leyde Klebia Rodrigues da Silva	Mirian de Albuquerque Aquino	2014	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
Competência em informação e inclusão digital no Programa Um Computador Por Aluno	Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos	Isa Maria Freire	2014	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO
Construção do sítio virtual para democratização da informação para pessoas com deficiência no Estado da Paraíba	Hellosman de Oliveira Silva	Isa Maria Freire	2014	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
E-acessibilidade: uma análise no portal governamental do Estado da Paraíba com foco nos usuários surdo	Naiany de Souza Carneiro	Marckson Roberto Ferreira de Sousa	2014	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
De olho no OPAC da biblioteca universitária: avaliação sobre e-acessibilidade e arquitetura da informação para Web	Fabiana Aparecida Lazzarin	Marckson Roberto Ferreira de Sousa	2014	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO

com a interação de usuários cegos				
Síndrome de Gabriela: resistência e aceitação de tecnologias de informação e comunicação em uma comunidade rural de João Pessoa	Raíssa Carneiro de Brito	Carlo Gabriel Porto Bellini	2015	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO
Inclusão social no programa de um computador por aluno: análise a partir do regime de informação	Janecely Silveira de Lima	Edivanio Duarte de Souza	2015	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO
Informação étnico-racial: uma proposta de glossário sobre a égide da Semântica Discursiva	Maria Antonia de Sousa	Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque	2015	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
Acessibilidade informacional: um estudo sobre configurações de segurança em objetos digitais acessíveis segundo análise de aceitação por pessoas com deficiência visual	Christiane Gomes dos Santos	Wagner Junqueira de Araújo	2016	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como estratégia de disseminação e uso da informação religiosa pelas comunidades católicas de Campina Grande – Paraíba	Emilson Ferreira Garcia Junior	Edvaldo Carvalho Alves	2016	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
Acessibilidade em websites de comércio eletrônico: avaliação através da interação com usuários cegos	Ítalo José Bastos Guimarães	Marckson Roberto Ferreira de Sousa	2016	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO

O acesso e uso da informação como dispositivo de empoderamento das usuárias do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra	Kaliandra de Oliveira Andrade	Izabel França de Lima	2016	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO
Informação étnico-racial no âmbito dos programas de pós-graduação em psicologia	Sérgio Rodrigues de Santana	Henry Poncio Cruz de Oliveira	2016	<i>INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E SOCIEDADE</i>
Lei de Acesso à Informação e Transparência: proposta de inclusão de informações no portal Transparência UFPB	Saulo Eduardo de Carvalho Almeida	Isa Maria Freire	2016	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO

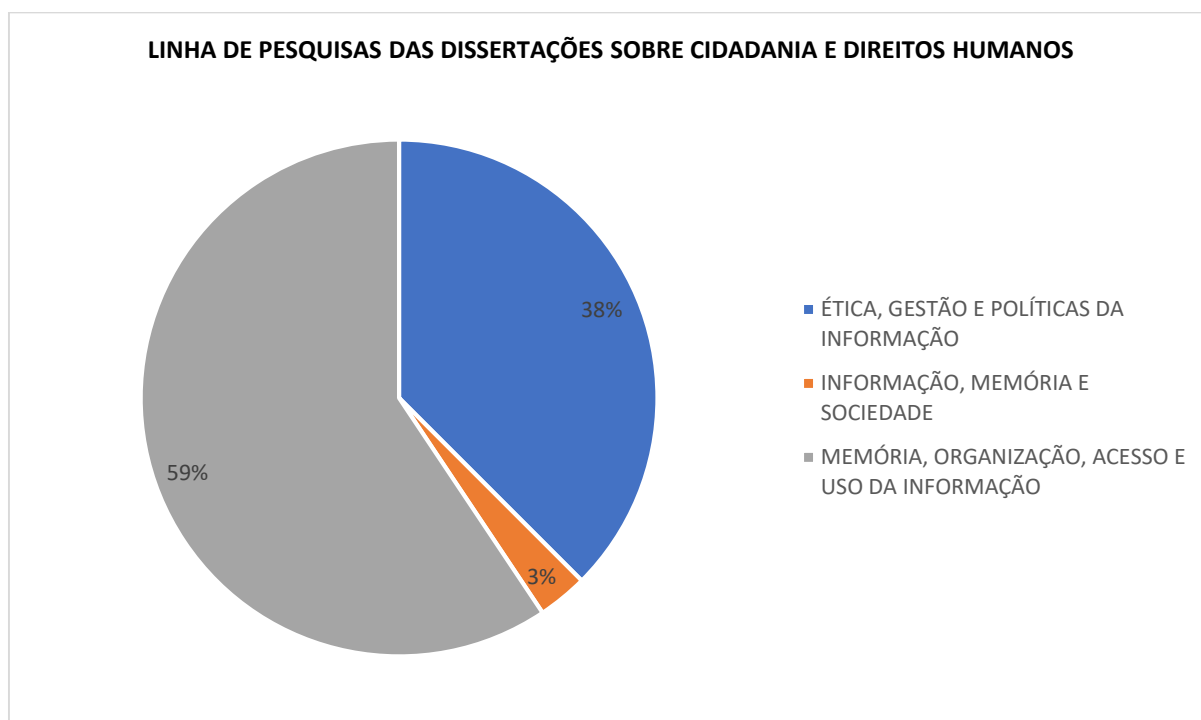
Aludimos com destaque à aparição de uma dissertação publicada no ano de 2016, de autoria de Sérgio Rodrigues Santana, intitulada por “Informação étnico-racial no âmbito dos programas de pós-graduação em psicologia”.

A descrição dos títulos de imediato traz uma marca específica às produções da UFPB no que diz respeito às dissertações publicadas nos últimos dez anos: a acessibilidade e inclusão digital também como forma de democratizar o uso da informação. Não é à toa que 59% das produções sobre cidadania e Direitos Humanos no recorte temporal estudado estavam inseridas na linha de pesquisa Memória, acesso e uso da informação. A proposta de tornar a informação acessível a todos, especialmente aos mais vulneráveis, fosse por questões econômicas, ideológicas ou até mesmo culturais, permitiu uma massiva produção científica que presenteou à comunidade acadêmica com temas relevantes ao progresso acerca da acessibilidade informacional para deficientes, pobres, negros, mulheres, entre outras classes minoritárias que carecem de uma intervenção para que possam desfrutar do exercício informacional e, por conseguinte, também do exercício de cidadania e dos Direitos Humanos.

Apesar de todas as outras publicações ainda estarem vinculadas à distribuição de linhas de pesquisa antes da reforma proposta no edital de seleção do ano de 2017, esta já apresenta-se como parte de uma nova linha que seria consolidada no futuro. As demais dissertações

produzidas na UFPB, todavia, mantiveram o padrão estabelecido e os números assentam que 38% das produções foi feito na linha de Ética, gestão e políticas da informação, enquanto 59% na linha de Memória, Organização, Acesso e uso da informação, tal como é demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 10 – Percentual de dissertações sobre cidadania e/ou DHs em relação às linhas de pesquisas da UFPB



Em que se pese a linha de Ética, gestão e políticas da informação tratar também de responsabilidade social, bem como de políticas da informação, o que Araujo (2018) vincularia aos estudos da informação enquanto elemento de recurso econômico aplicando-se à subárea de Economia política da informação, esta é também uma linha que envolve pesquisas de metodologias e tecnologias voltadas à gestão da informação e do conhecimento, bem como às redes organizacionais.

Tendo isto por pressuposto, justifica-se a presença marjoritária de trabalhos sobre Cidadania, Direitos Humanos no campo da CI na Paraíba terem sido desenvolvidos no recorte de tempo proposto para esta pesquisa com maior intenridade sob a égide da linha de pesquisa da Memória, organização, acesso e uso da informação. Isso se deu, especialmente, pelo fato de que nesta linha estudava-se temáticas direcionadas à produção, preservação, apropriação e democratização da informação, bem como sua presença no contexto dos ambientes de patrimônio cultural, memória, identidades e, ainda, estudos de tecnologias voltadas à

representação, organização, usos e impactos da informação. Neste último módulo mencionado, compreender-se-á de melhor forma quando observarmos a incidência alta de subáreas contemporâneas específicas que remetem justamente a este tipo de investigação científica que é guardada nesta linha de pesquisa.

No que tange à produção de teses no PPGCI da UFPB, o quadro a seguir apresentará as teses defendidas entre 2008 e 2018 com temática sobre Cidadania e/ou Direitos Humanos, alvejando além do título, autor, orientador e ano, também a linha de pesquisa à qual foram submetidas.

Quadro 15 - Título, autor, orientador, ano e linha de pesquisa das teses produzidas com temática estudada na UFPB entre 2008 e 2018

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	ANO	LINHA DE PESQUISA
Gestão do conhecimento na rede do ProJovem Urbano: modelo baseado nas políticas públicas	Rosilene Agapito da Silva Llarena	Emeide Nóbrega Duarte	2015	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO
A informação como elemento de regulamentação dos institutos jurídicos da propriedade intelectual	Rosilene Paiva Marinho de Sousa	Guilherme Ataíde Dias	2016	MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO
O Pacto pela Vida no estado de Pernambuco: informação, política e poder	Edilene Maria da Silva	Joana Coeli Ribeiro Garcia	2016	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO
Análise do processo de gestão da informação e do conhecimento no Orçamento Participativo do município de João Pessoa/PB	Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger	Júlio Afonso Sá de Pinho Neto	2018	ÉTICA, GESTÃO E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Já no âmbito das produções de teses no PPGCI da UFPB, destacam-se discussões sobre a informação como elemento gerador do conhecimento e, por isto, importante ao exercício político-governamental.

Tal como aconteceu no PPGCI da UFBA, a linha de pesquisa na qual houve maior produção de teses com temáticas de Cidadania e Direitos Humanos foi diferente daquela que se destacou no que diz respeito às dissertações defendidas. Aqui, a linha de Ética, gestão e políticas e informação guardou 75% das produções, enquanto a Memória, organização, acesso e uso da informação somente 25%.

Por fim, chegamos à exposição dos dados coletados da UFPE.

Quadro 16 - Título, autor, orientador, ano e linha de pesquisa das dissertações produzidas com temática estudada na UFPE entre 2008 e 2018

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	ANO	LINHAS DE PESQUISA
Acesso livre: um olhar sobre a preservação digital no Brasil	Susimery Vila Nova	Marcos Galindo Lima	2011	MEMÓRIA DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
Políticas públicas - preservação de manifestações culturais: o papel da FUNDARPE	Helena Azevedo	Maria Cristina Guimarães Oliveira	2011	MEMÓRIA DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
Análise do acesso e da transparência da informação pública nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil	Pedro Manoel da Silva	Fábio Mascarenhas e Silva	2014	COMUNICAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA
Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC	Erinaldo Dias Valério	Joana Coeli Ribeiro Garcia	2014	COMUNICAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA
A História e a cultura africana e afro-brasileira: lei 10.639/03 no diretório	Nicácia Lina do Carmo	Leilah Santiago Bufrem	2015	COMUNICAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA

dos grupos de pesquisa registrados no CNPq				
A promoção da cidadania por meio do acesso à informação	Carine Jansen Batista Neves Martins	Nadi Helena Presser	2015	COMUNICAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA
Memória da militância: a contribuição da organização do conhecimento para a reconstrução do movimento LGBT da região do Cariri cearense	Francisco Arrais Nascimento	Fabio Assis Pinho	2015	COMUNICAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA
A memória e o sistema: o governo da informação em Pernambuco	Rafael Bezerra Soares	Marcos Galindo Lima	2016	COMUNICAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA
Análise do serviço de informação ao cidadão das instituições federais de ensino da Região Nordeste	Mônica Augusta dos Santos	Sandra de Albuquerque Siebra	2016	COMUNICAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA
Lei de acesso à informação e o Ministério Público de Pernambuco	Francisco Jackson Rodrigues dos Santos	Gilda Maria Whitaker Verri	2016	MEMÓRIA DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
Memória da ciência e da tecnologia: preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	Stphanie Sá Leitão Grimaldi	Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda	2016	MEMÓRIA DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
Música e memória: reconstrução da memória por meio da produção musical de Chico Buarque do período do AI-5 (1968-1978)	Emanuella Maria Barbosa Lourenço Bezerra	Raimundo Nonato Macedo dos Santos	2016	COMUNICAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA
Preservação da memória nos seminários e igrejas	Josias Machado da Silva Júnior	Gilda Maria Whitaker Verri	2016	MEMÓRIA DA INFORMAÇÃO

protestantes centenárias na cidade do Recife				CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
Uso estratégico da ontologoreservação da memória nos seminários e igrejas protestantes centenárias na cidade do Recife para organização e gestão da informação jurídica	Felipe Mozart de Santana Nascimento	Fabio Assis Pinho	2018	COMUNICAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA

Sendo o mais recente PPGCI do Nordeste com oferta de mestrado e doutorado, o Programa da UFPE tem duas linhas de pesquisa, das quais se destaca a linha de Memória da informação científica e tecnológica no que tange ao índice de produções com temas em referência à Cidadania e aos Direitos Humanos. Ela abarca 64,29% das produções dentro do recorte de tempo a que se propôs esta pesquisa, enquanto a linha de comunicação e Visualização da memória tem em sua produção 35,71% de dissertações sobre cidadania e Direitos Humanos.

Quadro 17 – Quantitativo de produções sobre Cidadania e/ou Direitos Humanos por linha de pesquisa no PPGCI da UFPE

LINHAS DE PESQUISA	PORCENTAGEM DE PRODUÇÕES
Memória da informação científica e tecnológica	64,29%
Comunicação e visualização da memória	35,71%

A linha de Memória da informação científica e tecnológica, de maneira mais específica, aborda temas sobre o processo da comunicação da memória coletiva em distintos segmentos socioculturais. Este deve ser, portanto, o motivo mais latente que justifica este destaque em produções que versem sobre Cidadania e Direitos Humanos: a relação da informação com aspectos socioculturais.

Há de ter que se falar, no entanto, que a linha paralela a esta, aquela que guarda estudos sobre Comunicação e visualização da memória, também tem em seus aspectos bibliográficos e

essenciais características que possibilitam a produção de conteúdo sobre cidadania e Direitos Humanos, pois viabiliza a visualização na memória um fenômeno de socialização do conhecimento científico mediado pelas TICs.

Sob a visualização das produções numa perspectiva em que se apresentam também as linhas de pesquisa relacionadas a cada dissertação e tese produzidas nos PPGCIs do Nordeste, avançaremos neste capítulo de análise para verificar as presenças das temáticas da Cidadania e/ou dos Direitos Humanos das subáreas contemporâneas da CI.

5.3 AS TEMÁTICAS DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NAS SUBÁREAS CONTEMPORÂNEAS DA CI NO NORDESTE

Tomando como ponto de partida a perspectiva de Araujo (2018) na qual o autor apresenta as subáreas contemporâneas da CI, nesta sessão dar-se-á seguimento à análise desta pesquisa com a finalidade de visualizar a presença das supracitadas subáreas nas produções científicas nos PPGCI's do Nordeste que oferecem mestrado e doutorado.

Em primeira instância faz-se mister a compreensão dos critérios previamente estabelecidos para a feitura da análise e categorização das dissertações e teses em vinculação às subáreas contemporâneas da CI. A apresentação dessas subáreas feita por Araújo (2018) exposta no capítulo 3 deste trabalho, traz um parâmetro de compreensão mais esclarecida sobre as categorias estudadas na CI e sobre a presença destas na produção em pós-graduação sobre cidadania e Direitos Humanos.

Para melhor entendimento, retomaremos aqui, de maneira mais abreviada, as subáreas elencadas por Araújo (2018) a fim de compreender aplicá-las às análises apresentadas mais a frente. A começar pela subárea da produção e comunicação científica, compreendemos que todas as dissertações e teses que tratassem sobre a produção e comunicação científica poderia ser conhecida como ponto de reflexão sobre essa subárea, inclusive este produto. Um estudo sobre as dissertações e teses dos PPGCIS's do Nordeste se enquadra na subárea contemporânea que reflete as produções e comunicações científicas. Seria, em outras palavras, um “estudo sobre os estudos” científicos.

As dissertações e teses que seriam categorizadas como parte da subárea de representação e organização da informação, por sua vez, seriam aquelas com temáticas referentes aos estudos que dizem respeito aos modos como a informação tem se apresentado. Já na subárea de estudos

sobre os sujeitos não há muito o que compreender para além do óbvio, tendo em vista ser uma categoria clara em seu próprio nome, a saber, trata de como os sujeitos, em todas as infinitas formas de diversidade, utilizam a informação, enquanto que a subárea de gestão da informação – entendida por muitos como também gestão de conhecimento, há de englobar as discussões que dizem respeito aos formatos com os quais a informação é gerida pelas manifestações de classes de poder.

Aproveitando o gancho de discussão acerca do exercício de poder, há de ter que se falar também na subárea de economia política da informação que também tenciona relacionar a informação como recurso e o recurso como possibilidade de desenvolvimento de capital, apresentando assim, o elemento informacional como capaz de fazer ponte entre o exercício de poder financeiro e a continuidade de poucas oportunidades de crescimento a determinadas classes sociais que vivem sob um ciclo vicioso no qual não há acesso e uso da informação por não haver recursos financeiros que possibilitam isso.

Por fim, as subáreas dos estudos métricos da informação que surgirão a partir de pesquisas muito mais qualitativas do que quantitativas e, ainda, a subárea de memória, patrimônio e documento, outra com bastante incidência nas temáticas estudadas neste trabalho tendo em vista tanto o exercício da cidadania quanto os Direitos Humanos sendo áreas vinculadas à historicidade e evolução com o passar do tempo, veremos como resultado a esta parte da análise a aparição desta subárea em várias dissertações e teses.

Abaixo seguem quadros e gráficos com a apresentação dos dados específicos da UFBA, UFPB E UFPE. De início apresentamos o quadro com as dissertações defendidas no PPGCI da UFBA entre os anos de 2008 e 2018 com temáticas que abordem questões referentes à Cidadania e aos Direitos Humanos. Os dados apontam a alta incidência de duas subáreas, são elas, economia política da informação e representação e organização da informação, estando ainda presentes a subárea dos estudos sobre os sujeitos e memória, patrimônio e documento. Os dados podem ser visualizados através do demonstrativo a seguir.

Quadro 18 – Subáreas presentes nas dissertações sobre Cidadania e/ou DH no PPGCI da UFBA

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	ANO	SUBÁREA
Acesso e uso da informação em telecentros: um estudo em comunidades de	Maria Dulce Paradella Matos de Oliveira	Ângela Maria Barreto	2008	Economia política da informação

baixa renda de Salvador				
Arquitetura da Informação aplicada a websites de Governo Eletrônico: estudo de caso do Tribunal de Justiça da Bahia	Cláudio José de Faria Lemos	Helena Pereira da Silva	2009	Representação e organização da informação
Descontinuidades e sombras: acessos, usos e fontes de informação numa comunidade rural e remota na Sociedade da Informação	Fausta Joaquina Clarinda de Santana	Othon Jambeiro	2009	Economia política da informação
Pontos de inclusão digital: uma análise sob a perspectiva da abordagem cognitiva baseada na convergência de recursos	Barbara Coelho Neves	Henriette Ferreira Gomes	2010	Representação e organização da informação
Biblioteca de Caráter Público e Práticas Leitoras	Lêda Maria Ramos Costa	Kátia de Carvalho	2011	Representação e organização da informação
Informação pública e participação política em rede: uma análise da governança eletrônica nos websites dos deputados do Estado da Bahia	José Carlos Sales dos Santos	Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva	2011	Economia política da informação
Estudo de usuários da informação ambiental como subsídio para a transferência da informação em prol do desenvolvimento sustentável da APA do Pratigi	Marcos Antonio Fermiano	Lídia Maria Batista Brandão Toutain	2011	Estudos sobre os sujeitos
Políticas de inclusão digital, governo eletrônico e práticas	Flávia Catarino Conceição Ferreira	Othon Jambeiro	2012	Economia política da informação

participativas: uma análise dos portais de e-gov da Região Metropolitana de Salvador				
Os desafios impostos pelos livros eletrônicos ao marco regulatório do direito autoral	Niluschka Brandão Bloemsma	Nanci Oddone	2013	Representação e organização da informação
Mediação para acesso, uso e apropriação da informação: um estudo das configurações e práticas das bibliotecas públicas municipais do Estado da Bahia	Maria Cristina dos Santos	Henriette Ferreira Gomes	2013	Memória, patrimônio e documento
A interação da terceira idade com as inovações tecnológicas	Basilon Azevedo de Carvalho	Aida Varela Varela	2014	Representação e organização da informação
Bibliotecas universitárias: mediação e acesso à informação para pessoas com deficiência	Maria de Fátima Cleômenis Botelho	Kátia de Carvalho	2014	Representação e organização da informação
Política de acesso à informação pública no Brasil: análise da transparência ativa nos sítios da internet dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com base nas diretrizes da Lei no 12.527/2011	Bruna Andrade de Santana	Maria Teresa Navarro de Britto Matos	2014	Economia política da informação
Necessidades informacionais da pessoa idosa: estudo no contexto da Universidade Aberta à Terceira Idade da UNEB	Neusa Maria dos Santos Pires	Maria Isabel de J.S. Barreira	2015	Representação e organização da informação

Inovação na biblioteca pública: sistema delivery como serviço de extensão	Maria Aparecida Correia Santana	Lídia Maria Batista Brandão Toutain	2016	Memória, patrimônio e documento
Os movimentos sociais do Recôncavo Baiano no ciberespaço: um estudo dos fluxos de informação no recurso de grupos do Facebook	Anderson Silva da Rocha	Francisco José Aragão Pedroza Cunha	2016	Economia política da informação
Por um Brasil transparente: Estudo sobre os efeitos da Lei de acesso à informação nos sítios das Secretarias da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal	Gabriela Vieira dos Santos	Maria Teresa Navarro de Britto Matos.	2016	Economia política da informação
Um olhar sobre políticas de informação na sociedade contemporânea	Mardochée Ogécime	Isa Maria Freire	2016	Economia política da informação
A Tecnologia audiovisual através da informação audiodescritiva: uma perspectiva da Ciência da Informação	Tamires Neves Conceição	Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva	2017	Representação e organização da informação
Centros de Referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação: um estudo na cidade de São Paulo	Bruno Almeida dos Santos	Nídia Maria Lienert Lubisco	2018	Representação e organização da informação
Competências em Informação - arquivos, bibliotecas e museus: uma análise por indicadores de avaliação	Marina Brito Rodrigues	Hildenise Ferreira Novo	2018	Memória, patrimônio e documento

Das 7(sete) subáreas contemporâneas elencadas por Araujo (2018) como existentes no campo da CI, apenas 4 (quatro) aparecem nos estudos que deram cabo às dissertações com temática sobre Cidadania e/ou Direitos Humanos no PPGCI da UFBA entre 2008 e 2018. Foram elas: Economia política da informação, estudos sobre os sujeitos, memória, patrimônio e documento e, por último, representação e organização da informação.

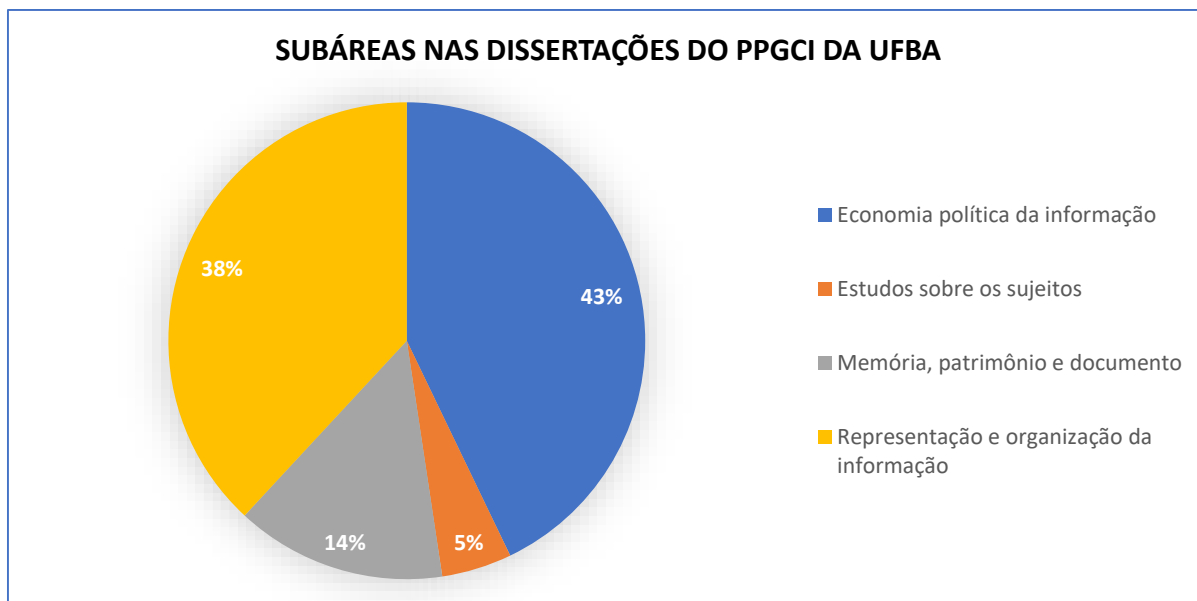
A aparição da subárea de representação e organização da informação é incidente sobre as dissertações e teses que tratavam da democratização do acesso à informação dentre a diversidade dos sujeitos e seus grupos sociais.

A maior porcentagem de aparição se deu na incidência da subárea de Economia política da informação, que apresetou 43% do total de produções. Tendo em vista as linhas de pesquisa da UFBA serem voltadas ao estudos que dizem respeito à informação enquanto recurso político e econômico, bem como ao acesso e uso da informação de forma democratizada, é nisso que se justifica a alta incidência. Os temas dessas dissertações, em sua maioria, tratam de acesso econômico da informação e manifestações políticas, no que tange ao gooverno estatal e jurídico da informação. A segunda subárea mais trabalhada foi a de Representação e organização da informação que tende a se manter no mesmo âmbito de temáticas que tratam da informação enquanto elemento necessário a manifestações de igualdade de oportunidades o que logo desagua no exercício da cidadania.

Desta forma, a representação e organização da informação enquanto manifestação de cidadania para todos através do acesso democratizado da informação, é também o levantar de uma bandeira que diz respeito ao que é pleiteado na cerne da militância dos Direitos Humanos.

Abaixo, segue gráfico com porcentagem descritas.

Gráfico 11 – Percentual de dissertações sobre cidadania e/ou DHs em relação às subáreas contemporâneas da CI no PPGCI da UFBA



No que diz respeito à produção de teses, a análise se repete.

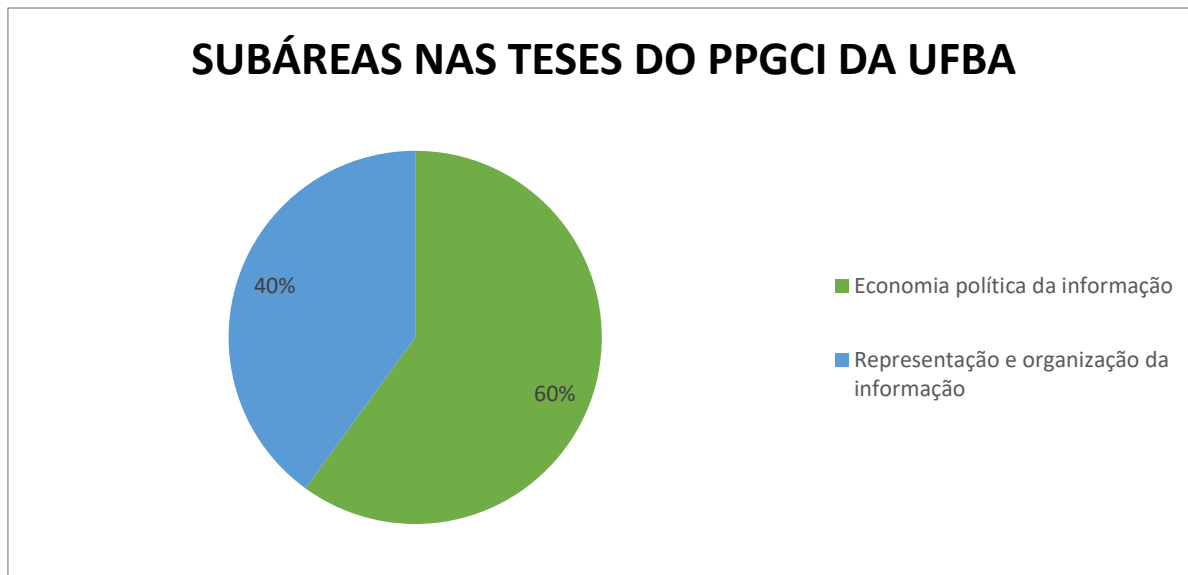
Quadro 18 – Subáreas presentes nas teses sobre Cidadania e/ou DH no PPGCI da UFBA

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	ANO	PPGCI
Análise da produção, implementação e avaliação de um modelo de mediação da informação no contexto de uma comunidade urbana	Maria Giovanna Guedes Farias	Aida Varela Varela	2014	Economia política da informação
A lei de Acesso à Informação na Bahia: cidadania e eficácia social	Francisca Mattos	Maria Teresa Navarro de Brito Mattos	2018	Economia política da informação
Representação da Informação sobre a Violência contra Jovens Negros em mídias impressas na cidade de Salvador-Bahia: em foco os jornais A Tarde e Correio	Celso Passos Correia Junior	Hildenise Ferreira Novo	2018	Representação e organização da informação
Necessidades Informacionais da comunidade quilombola de	Cleyciane Cássia Moreira Pereira	Maria Isabel de Jesus Sousa	2018	Representação e organização da informação

Itamatiua- Maranhão				
O currículo da biblioteconomia: perspectivas comparadas sobre a desigualdade social na Universidade Federal da Bahia (Brasil) e na Universidad de Antioquia (Colombia)	Jardany de Jesús Mosquera Machado	Maria Isabel de Jesus Sousa	2018	Economia política da informação

Tal como aconteceu em relação às dissertações, no estudo das teses do PPGCI da UFBA, verificamos que não só a maior aparição foi das subáreas de Economia política da informação e Representação e organização da informação, como foram as únicas com incidência nas temáticas de cidadania e/ou Direitos Humanos. Abaixo um gráfico com a porcentagem que revela terem sido 60% das produções em Economia política da informação e 40% em estudos de representação e organização da informação.

Gráfico 12 – Percentual de teses sobre cidadania e/ou DHs em relação às subáreas contemporâneas da CI no PPGCI da UFBA



No contexto de produções científicas entre teses e dissertações no PPGCI da UFPA, verificou-se a existência de trabalhos submetidos a 4 (quatro) das subáreas contemporâneas elencadas por Araujo (2018). Tendo também áreas de concentração diferentes daquelas

encontradas na UFBA, isto para além das linhas de pesquisas, percebeu-se que os estudos sobre representação e organização da informação foram maioria neste programa.

A subárea de economia política da informação também surge com grande incidência, seguidas das subáreas de Memória, patrimônio e documento, e de gestão da informação. Em linhas gerais, os temas apresentados vinculavam os estudos da informação a manifestações de igualdade de oportunidades de acesso informacional em paralelismo à igualdade de raça, empoderamento feminino, igualdade de gênero, e acesso à todo e qualquer indivíduo social às TICs. Estudos que apontavam para a democratização do uso da informação através de documentos e patrimônio cultural, religioso e até mesmo étnico, demonstravam também a presença da subárea de memória, patrimônio e documento que surge em parceria à linha de pesquisa de Memória, organização, acesso e uso da informação.

A gestão de informação em organizações públicas também foi pontuada, especialmente uma pesquisa de doutorado que resultou em tese defendida no PPGCI da UFPB.

Abaixo, seguem quadro e gráfico referentes às dissertações e teses com destaques às subáreas contemporâneas da CI, respectivamente.

Quadro 18 – Subáreas nas dissertações sobre Cidadania e/ou DH no PPGCI da UFPB

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	ANO	SUBÁREA
A (cons)ciência da responsabilidade social e étnica na produção de conhecimento sobre o(a) negro (a) em programas de pós graduação da Universidade Federal da Paraíba	Alba Lígia de Almeida Silva	Mirian de Albuquerque Aquino	2009	Representação e organização da informação
Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto “A Cor da Cultura”	Henry Pôncio Cruz de Oliveira	Mirian de Albuquerque Aquino	2010	Representação e organização da informação
Informação, Imagem e Memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra da Biblioteca da	Ariluci Goes Elliott	Mirian de Albuquerque Aquino	2010	Memória, patrimônio e documento

Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri				
A inclusão da comunidade Santa Clara na sociedade da informação	Maria Giovanna Guedes Farias	Isa Maria Freire	2011	Economia política da informação
Ciência da informação e ambientes colaborativos de aprendizagem: um estudo de caso da plataforma Moodle-UFPB	André Anderson Cavalcante Felipe	Júlio Afonso Sá de Pinho Neto	2011	Representação e organização da informação
Construção e Análise do Inventário do Patrimônio Religioso Paraibano: informação como representação social	Silvia Regina da Mota Rocha	Carlos Xavier de Azevedo Netto	2011	Memória, patrimônio e documento
Informação e inclusão: uma análise das políticas públicas de inclusão digital da Prefeitura Municipal de João Pessoa	Briggida Rosely de Azevedo Lourenço	Gustavo Henrique de Araújo Freire.	2011	Economia política da informação
Mitos da cultura africana: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatiua	Cleyciane Cássia Moreira Pereir	Mirian de Albuquerque Aquino	2011	Representação e organização da informação
Práticas informacionais e velhice: análise do fluxo informacional dentro de asilo na cidade de Cuité e sua contribuição para inclusão da pessoa idosa	Jesiel Ferreira Gomes	Isa Maria Freire	2011	Representação e organização da informação
Canais de acesso à informação disponibilizados aos alunos sob a	Alecsandra Coutinho Machado	Emeide Nóbrega Duarte.	2012	Economia política da informação

responsabilidade social da Fundação Bradesco				
Informação e Inclusão acadêmica: um estudo sobre as necessidades socioinformacionais dos universitários cegos do Campus I da UFPB	Aparecida Maria da Silva	Edvaldo Carvalho Alves	2012	Representação e organização da informação
Memória esquecida: uma análise da organização e representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba	Vanessa Alves Santana	Mirian de Albuquerque Aquino	2012	Representação e organização da informação
Memória exercitada: o direito de acesso a informação no âmbito dos arquivos permanentes	Rosilene Paiva Marinho de Sousa	Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	2012	Memória, patrimônio e documento
Memória iconográfica: uma análise da representação das imagens fotográficas de negros/as nas universidades públicas do estado da Paraíba	Ana Roberta Sousa Mota	Mirian de Albuquerque Aquino	2012	Representação e organização da informação
Responsabilidade social nas ações de extensão do Programa Iniciativas Negras: Trocando Experiências	Elieny do Nascimento Silva	Joana Coeli Ribeiro Garcia.	2012	Representação e organização da informação
Fontes iconográficas de memória afrocêntrica: análise da informação étnico-racial a partir do ensaio fotográfico Engenhos e Senzalas	Thais Helen do Nascimento Santos	Mirian de Albuquerque Aquino	2013	Representação e organização da informação
A Inclusão Digital nos telecentros de informação e educação de João Pessoa- PB	Maria Lívia Pachêco de Oliveira	Júlio Afonso Sá de Pinho Neto	2014	Economia política da informação

A construção da identidade negra a partir de informações disseminadas em blogs de funk	Jobson Francisco da Silva Júnior	Edvaldo Carvalho Alves	2014	Representação e organização da informação
Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba	Leyde Klebia Rodrigues da Silva	Mirian de Albuquerque Aquino	2014	Economia política da informação
Competência em informação e inclusão digital no Programa Um Computador Por Aluno	Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos	Isa Maria Freire	2014	Economia política da informação
Construção do sítio virtual para democratização da informação para pessoas com deficiência no Estado da Paraíba	Hellosman de Oliveira Silva	Isa Maria Freire	2014	Economia política da informação
E-acessibilidade: uma análise no portal governamental do Estado da Paraíba com foco nos usuários surdo	Naiany de Souza Carneiro	Marckson Roberto Ferreira de Sousa	2014	Representação e organização da informação
De olho no OPAC da biblioteca universitária: avaliação sobre e-acessibilidade e arquitetura da informação para Web com a interação de usuários cegos	Fabiana Aparecida Lazzarin	Marckson Roberto Ferreira de Sousa	2014	Representação e organização da informação
Síndrome de Gabriela: resistência e aceitação de tecnologias de informação e comunicação em uma comunidade rural de João Pessoa	Raíssa Carneiro de Brito	Carlo Gabriel Porto Bellini	2015	Economia política da informação

Inclusão social no programa de um computador por aluno: análise a partir do regime de informação	Janecely Silveira de Lima	Edivanio Duarte de Souza	2015	Economia política da informação
Informação étnico-racial: uma proposta de glossário sobre a égide da Semântica Discursiva	Maria Antonia de Sousa	Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque	2015	Representação e organização da informação
Acessibilidade informacional: um estudo sobre configurações de segurança em objetos digitais acessíveis segundo análise de aceitação por pessoas com deficiência visual	Christiane Gomes dos Santos	Wagner Junqueira de Araújo	2016	Representação e organização da informação
As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como estratégia de disseminação e uso da informação religiosa pelas comunidades católicas de Campina Grande – Paraíba	Emilson Ferreira Garcia Junior	Edvaldo Carvalho Alves	2016	Representação e organização da informação
Acessibilidade em websites de comércio eletrônico: avaliação através da interação com usuários cegos	Ítalo José Bastos Guimarães	Marckson Roberto Ferreira de Sousa	2016	Representação e organização da informação
O acesso e uso da informação como dispositivo de empoderamento das usuárias do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra	Kaliandra de Oliveira Andrade	Izabel França de Lima	2016	Representação e organização da informação
Informação étnico-racial no âmbito dos programas de pós-graduação em psicologia	Sérgio Rodrigues de Santana	Henry Poncio Cruz de Oliveira	2016	Representação e organização da informação

Lei de Acesso à Informação e Transparência: proposta de inclusão de informações no portal Transparência UFPB	Saulo Eduardo de Carvalho Almeida	Isa Maria Freire	2016	Economia política da informação
---	-----------------------------------	------------------	------	---------------------------------

Quadro 20 – Subáreas nas teses sobre Cidadania e/ou DH no PPGCI da UFPB

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	ANO	SUBÁREA
Gestão do conhecimento na rede do ProJovem Urbano: modelo baseado nas políticas públicas	Rosilene Agapito da Silva Llerena	Emeide Nóbrega Duarte	2015	Gestão da informação
A informação como elemento de regulamentação dos institutos jurídicos da propriedade intelectual	Rosilene Paiva Marinho de Sousa	Guilherme Ataíde Dias	2016	Economia política da informação
O Pacto pela Vida no estado de Pernambuco: informação, política e poder	Edilene Maria da Silva	Joana Coeli Ribeiro Garcia	2016	Economia política da informação
Análise do processo de gestão da informação e do conhecimento no Orçamento Participativo do município de João Pessoa/PB	Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger	Júlio Afonso Sá de Pinho Neto	2018	Gestão da informação

O demonstrativo mostra temáticas, visualizadas através dos títulos, de pesquisas, entre dissertações e teses, que trataram da informação enquanto elemento importante para o desenvolvimento da cidadania, bem como enquanto manifesto necessário ao reconhecimento dos Direitos Humanos. Sendo a informação um elemento imprescindível ao exercício da cidadania, muitas das produções científicas incluídas nas subárea de Representação e organização da informação apontam para a viabilidade do acesso à informação por todos os seres sociais como possibilidade de corroborar à socialização dos indivíduos independente de classe social, raça, gênero. O direito ao acesso à informação positivado na legislação brasileira é para todos os indivíduos, sem restrição.

A seguir, estão os gráficos com porcentagem da presença das subáreas tanto para a produção de dissertações, quanto de teses no PPGCI da UFPB, respectivamente.

Gráfico 13 – Percentual de dissertações sobre cidadania e/ou DHs em relação às subáreas contemporâneas da CI no PPGCI da UFPB

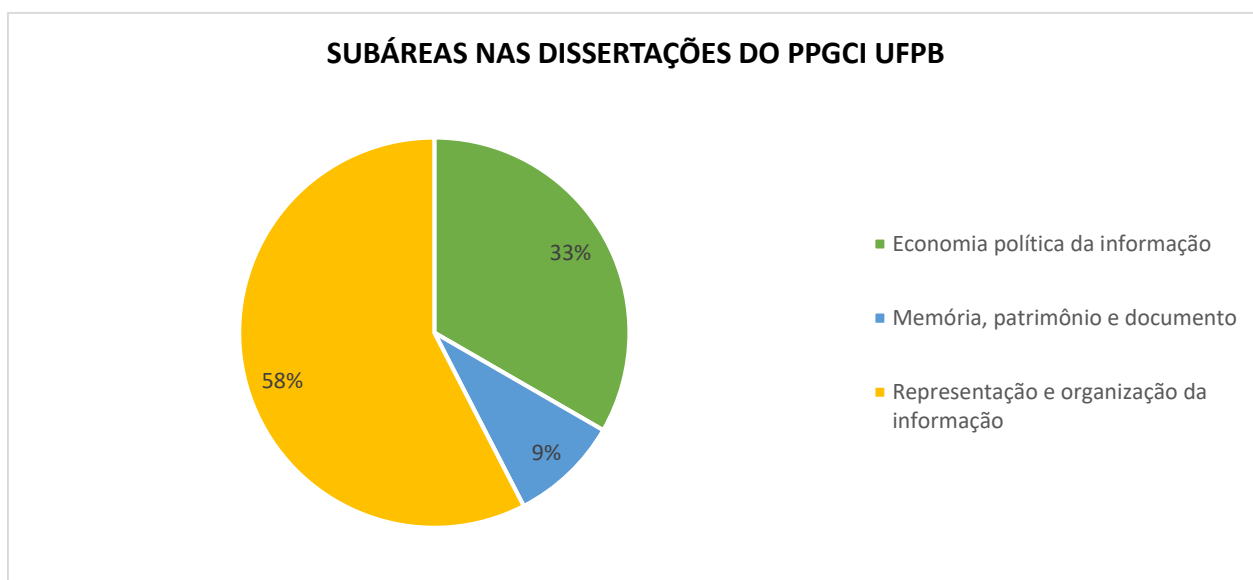
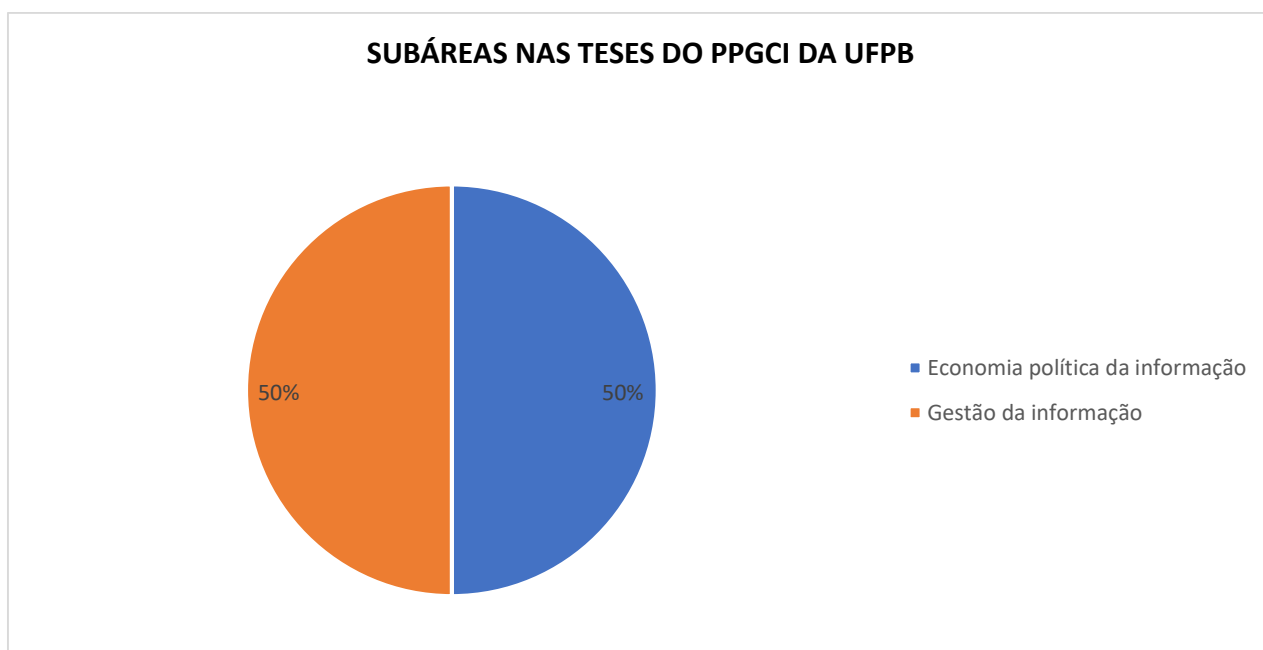


Gráfico 13 – Percentual de teses sobre cidadania e/ou DHs em relação às subáreas contemporâneas da CI no PPGCI da UFPB



Enquanto na produção de dissertações há uma porcentagem altíssima de produções no âmbito da Representação e organização da informação, no que tange à produção de teses, não há nenhuma produção sob esta subárea. Há, no entanto, uma divisão igualitária entre 50% de produções em Gestão da informação e 50% de produções em Economia política da informação.

É sobre os temas de dissertações e teses que tratam da informação como possibilidade de poder, bem como de diminuição das diferenças de classes, e até mesmo como ponte para a representatividade das minorias, em suas mais variadas perspectivas, tendo assim a informação como recurso valioso no que se refere à possibilidade de progresso social, que há a incidência da subárea de Economia política da informação. Neste ponto, a sua categorização surge em todos aqueles temas que apresentam a informação como recurso de poder para transformações de uma sociedade.

Neste ponto, observou-se a possibilidade de que uma mesma produção científica pudesse estar acoplada em mais de uma subárea, abrindo assim uma gama de possibilidades que variariam a depender do ponto de vista do classificador. No entanto, para otimização do tempo desta pesquisa, optamos elencar para cada dissertação ou tese apenas uma subárea, aquela percebida de imediato, através da leitura do título, resumo, palavras chaves e introdução, seguindo os parâmetros criteriosos que permitiram a compreensão de cada subárea de acordo com o que foi descrito por Araujo (2018).

Por conseguinte, chegamos à análise da presença das subáreas contemporâneas da CI nas dissertações produzidas no PPGCI da UFPE. Ali, há semelhança ao que foi analisado nas produções científicas dos outros programas do Nordeste, sendo grande a produção científica sobre Cidadania e/ou Direitos Humanos nas subáreas de Representação e organização da informação e Economia política da informação.

Há ainda a presença das subáreas de Gestão da informação e Memória, patrimônio e documento, snedo que em menor escala. Logo abaixo, a fim de finalizar esta análise, estão um quadro e um gráfico com as dissertações discriminadas ea porcentagem referente à incidência de cada uma das subáreas contemporâneas da CI mencionadas por Araujo (2018).

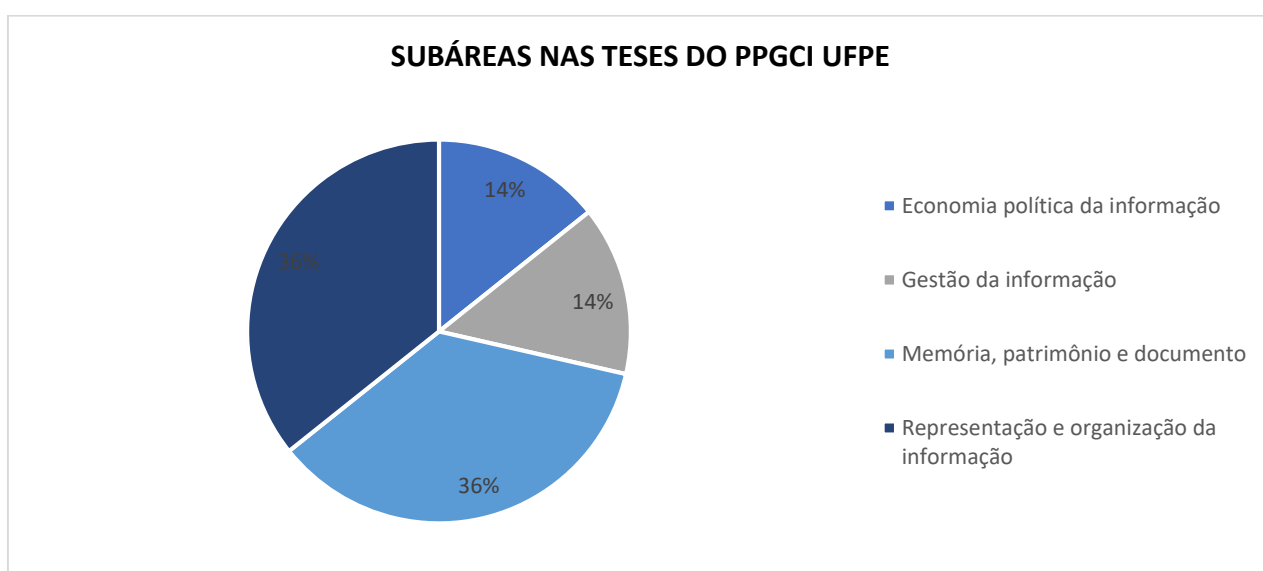
Quadro 19 – Subáreas nas dissertações sobre Cidadania e/ou DH no PPGCI da UFPE

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	ANO	SUBÁREAS
Acesso livre: um olhar sobre a preservação digital no Brasil	Susimery Vila Nova	Marcos Galindo Lima	2011	Memória, patrimônio e documento
Políticas públicas - preservação de manifestações culturais: o papel da FUNDARPE	Helena Azevedo	Maria Cristina Guimarães Oliveira	2011	Memória, patrimônio e documento

Análise do acesso e da transparência da informação pública nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil	Pedro Manoel da Silva	Fábio Mascarenhas e Silva	2014	Economia política da informação
Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC	Erinaldo Dias Valério	Joana Coeli Ribeiro Garcia	2014	Representação e organização da informação
A História e a cultura africana e afro-brasileira: lei 10.639/03 no diretório dos grupos de pesquisa registrados no CNPq	Nicácia Lina do Carmo	Leilah Santiago Bufrem	2015	Representação e organização da informação
A promoção da cidadania por meio do acesso à informação	Carine Jansen Batista Neves Martins	Nadi Helena Presser	2015	Economia política da informação
Memória da militância: a contribuição da organização do conhecimento para a reconstrução do movimento LGBT da região do Cariri cearense	Francisco Arrais Nascimento	Fabio Assis Pinho	2015	Representação e organização da informação
A memória e o sistema: o governo da informação em Pernambuco	Rafael Bezerra Soares	Marcos Galindo Lima	2016	Gestão da informação
Análise do serviço de informação ao cidadão das instituições federais de ensino da Região Nordeste	Mônica Augusta dos Santos	Sandra de Albuquerque Siebra	2016	Representação e organização da informação
Lei de acesso à informação e o Ministério Público de Pernambuco	Francisco Jackson Rodrigues dos Santos	Gilda Maria Whitaker Verri	2016	Representação e organização da informação

Memória da ciência e da tecnologia: preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	Stphanie Sá Leitão Grimaldi	Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda	2016	Memória, patrimônio e documento
Música e memória: reconstrução da memória por meio da produção musical de Chico Buarque do período do AI-5 (1968-1978)	Emanuella Maria Barbosa Lourenço Bezerra	Raimundo Nonato Macedo dos Santos	2016	Memória, patrimônio e documento
Preservação da memória nos seminários e igrejas protestantes centenárias na cidade do Recife	Josias Machado da Silva Júnior	Gilda Maria Whitaker Verri	2016	Memória, patrimônio e documento
Uso estratégico da ontologia para organização da gestão da informação jurídica	Felipe Mozart de Santana Nascimento	Fabio Assis Pinho	2018	Gestão da informação

Gráfico 14 – Percentual de dissertações sobre cidadania e/ou DHs em relação às subáreas contemporâneas da CI no PPGCI da UFPE



Da mesma forma, os estudos referentes à memória, de maneira que documentos e o patrimônio histórico-cultural possa ser expressado nas vias de liberdade garantidas pelos Direitos Humanos, sejam de religião, de manifestação ideológica ou de identidade pessoal.

É de clara evidência a compreensão de que a informação enquanto recurso econômico-político, conforme bem pontuou Araujo (2018), é um elemento que deve ser representado, organizado e estudado junto aos s mais variados aspectos da sociedade considerando os seus indivíduos e sobretudo a inclusão de cada um deles a fim de tornar a sociedade harmônica de direitos, em valorização à existência e dignidade de vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de humanizar as produções científicas de maneira a fazê-las prestadoras de serviços palpáveis à comunidade tem sido, para mim, a maior inspiração ao desenvolvimento dos meus trabalhos acadêmicos. A compreensão da CI enquanto ciência também social é o ponto de encontro no qual passo a firmar a minha motivação pessoal de pesquisa nesta área. Nestes termos, o surgimento deste tema veio a calhar para o meu desenvolvimento enquanto mestranda em ciência da informação bem como enquanto pesquisadora com a proposta de humanização.

É a informação que faz surgir o conhecimento. Isso se concretiza de maneira ainda mais clara quando observamos no ordenamento jurídico do Brasil legislações que compõem o acesso à informação como direito garantido a todo ser humano, é o que crava a Declaração Universal dos Direitos Humanos e consolida a Constituição Federal da República do Brasil. Sendo, então, a informação necessária ao cumprimento de deveres e à garantia de direitos, práticas que se resumem no exercício da cidadania, há de ter que se falar nas relações que existem entre informação, Cidadania e Direitos Humanos.

Sob a vista da necessidade de que as produções científicas tragam em suas temáticas os valores do exercício de cidadania igualitário e a essencialidade história da garantia aos Direitos Humanos. Assim, a nossa investigação trouxe, através do traçar de objetivos específicos resultados reais sobre o atual retrato da presença dos temas referentes a cidadania e Direitos Humanos na produções científicas defendidas, entre dissertações e teses, nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação que oferecem mestrado e doutorado no Nordeste brasileiro.

Esta pesquisa, que teve por objetivo cotejar as produções científicas no universo da pós-graduação em CI na região Nordeste do Brasil, pôs foco nas dissertações e teses que tratavam sobre a cidadania e Direitos Humanos justamente pelos motivos elencados no parágrafo anterior. A compreensão de que as discussões acerca da cidadania e dos Direitos Humanos devem ser vinculadas àquelas que dizem respeito à função social da informação, como forma de reiterar a vinculação que há entre o exercício informacional e o exercício de cidadania, bem como à garantia dos Direitos Humanos, é essencial e surge para justificar, de maneira geral, as motivações desta pesquisa.

O primeiro objetivo específico necessário para o alcance do objetivo geral centralizou-se

na imediata identificação das dissertações e teses dos PPGCI's do Nordeste que oferecem mestrado e doutorado que trazem em sua temática assuntos relacionados à cidadania e Direitos Humanos. Para esta identificação, no entanto, se fez necessária a clara determinação de critérios objetivos e subjetivos que permitiram à classificadora trazer às vistas quais as produções científicas tratavam deste tema e por quais critérios elas assim foram percebidas.

Passada esta primeira etapa, já sob o conhecimento de quais as dissertações e teses tratavam dos temas referentes à cidadania e Direitos Humanos, caminhamos ao segundo objetivo específico que, agora com os objetos de estudo identificados, pretendeu especifica-los de acordo com os autores, orientadores, anos de publicação e linhas de pesquisa aos quais estavam vinculados em seus respectivos PPGCI's. Neste momento, vale destacar que além da apresentação em quadros para melhor visualização da produção científica de cada PPGCI estudado, foi possível também observar de forma mais aprofundada a distribuição de linhas de pesquisas e a incidência referente à cidadania e Direitos Humanos em cada uma delas.

Por fim, o último objetivo específico alcançado para que fosse possível alcançar, então, o objetivo geral desta pesquisa, se concentrou na frequência e incidência das subáreas contemporâneas da CI. Foi feita uma categorização sobre a relação entre as dissertações e teses estudadas e a vinculação das mesmas com as subáreas organizadas por Araujo (2018), permitindo assim, a descoberta sobre quais as subáreas da CI que, em números gerais, guardam, e talvez servem de ponte para, a produção científica sobre cidadania e Direitos Humanos em uma correlação com a informação.

Aqui, nestas considerações finais, ratificamos o entendimento sobre a importância dos estudos no campo da CI para desenvolvimento da produção científica na área, que guardam a capacidade de corroborar à integração dos seres sociais, através da informação, à sociedade. Nestes termos, as produções científicas contribuem o desenvolvimento quantitativo e qualitativo da ciência e da tecnologia, bem como é pode servir à reflexão acerca de temas importantes a exemplo do exercício de cidadania e do respeito aos Direitos Humanos. No contexto dos Programas de Pós Graduação em CI, estudando as temáticas com um olhar mais específico em busca das produções científicas, seja em grau de mestrado ou de doutorado, no sentido de cotejar aquelas que trataram de cidadania e/ou Direitos Humanos no Nordeste do Brasil, admitimos que há expressiva produção, mas que ainda podemos avançar neste percurso.

Os resultados desta pesquisa mostram que as discussões sobre a garantia ao exercício de cidadania e ao compromisso com os Direitos Humanos dentro do campo da CI nos Programas

de Pós-Graduação estão relacionados a algumas das subáreas contemporâneas desta área. Dados mostram o alto índice de produções em linhas de pesquisas que tratam de representação e organização da informação bem como daquelas que discutem a economia política da informação.

É a representação da informação enquanto um recurso que permite uma melhor visualização daquilo que estamos mencionando, ou seja, enquanto elemento que permite a fomentação do conhecimento, é de interesse de autoridades políticas o impedimento de acesso à informação por parte de algumas classes da sociedade que têm prejuízos no que diz respeito ao exercício pleno da Cidadania e ao exercício dos Direitos Humanos, são elas as chamadas minorias.

Assim, é tangível a percepção de que trazer discussões sobre a importância de que classes sociais sem privilégios, etnias menosprezadas, gêneros marginalizados, ou quaisquer que seja o grupo de indivíduos carente de representatividade possam ter, através de comunicações científicas, suas necessidades informacionais estudadas, visualizadas e publicadas de maneira que os estudos científicos alcancem não somente a comunidade científica, mas também à grande comunidade social.

É do interesse da CI, enquanto ciência social, a corroboração ao funcionamento harmônico da sociedade e, em que se pese as produções científicas servirem às evoluções tecnológicas, servem também à evolução da sociedade. Em conceitos e ideologias que permitam o desenvolvimento do respeito às diferenças e do fomento à compreensão de que a dignidade da vida humana, valorizada também através do exercício da cidadania, pode e deve ser exaltada através do acesso à informação por todos os seres humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997.

ARAÚJO, C.A.Á. **Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica**. Informação em Pauta, v. 1, n. 1, p. 61-78, 2016.

_____. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA Soluções Gráficas., 2018

_____. Informação, sociedade e cidadania: práticas informacionais de Organizações Não-Governamentais (ONGs) brasileiras. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 31-54, jul. 2001. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1683>>. Acesso em: 05 jan. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2001v6n1p31>.

_____. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 9., 2008, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: Ancib, 2008.

_____. O que são práticas informacionais?. Informação em Pauta, v. 2, n. especial, p. 218-236, 2017.

ARAÚJO, E. A. Informação, cidadania e sociedade no brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 2, n. 1, p. 67-77, 1992. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/1576>>. Acesso em: 25 Jan. 2018.

ARAÚJO, V. N. M. R. H. Informação: instrumento de dominação e de submissão. **Ciência da Informação**, v. 20, n. 1, p. 37-44, 1991. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/2397>>. Acesso em: 07 Jan. 2018.

ARENDT, Hannah. A condição Humana. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2007.

ARENDT.H. **A Vida do Espírito**. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ, 1991.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

AZEVEDO, I. C. M. de ; GASQUE, K.C.G.D. Contribuições dos letramentos digital e informacional na sociedade contemporânea. **TransInformação** , Campinas, v. 29, n. 2, p. 163-173, maio. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862017000200163&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06 dez. 2017.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da Informação. **Revista São Paulo em perspectiva** , São Paulo, v. 16, n. 3, p. 66-74, jan. 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300010>. Acesso em: 08 jan. 2018.

_____. A questão da informação. **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 8-14, jan. 1994. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/BARRETO%20A%20Questao%20da%20Informacao.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das penas. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p.46-81. **BOURDIEU, P. (Coord.). A miséria do mundo.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MULLER, Suzana Pinheiro Machado. Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2007.

BRASIL. Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília: Secretaria Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

BROOKES, B. C. The foundations of information science; part I. **Journal of Information**

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/33285>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CAMPELLO, B. S. Fontes de informação utilitária em bibliotecas públicas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 22, n. 1, p. 35-46, 1998.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003**, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Associação nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362007000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 nov. 2019.

CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz; SILVA, Andreia Santos Ribeiro. A mediação da informação como prática pedagógica no contexto da biblioteca escolar: algumas considerações. **Biblioteca escolar em revista**, Ribeirão Preto, v.1, n.2, p. 1-30, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106561>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CASTELLS, M. A Sociedade em rede. In: _____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 66-113.

_____. A internet e a sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (org). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 255 a 287.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método**. *Inf & Soc Est.* 2014; 24(1):13-18. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/358101143/Analise-de-Conteudo-consideracoes-geraisrelacoes-com-a-pergunta-de-pesquisa-possibilidades-e-limitacoes-do-metodo-pdf>>. Acesso: 28 fev. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

COSTA, R. O. A comunicação eletrônica e a alteração de tempo e espaço na produção do conhecimento científico. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 2, p. 7-15, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/5714>>. Acesso em: 25 Jan. 2018.

ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008. <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6389>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Trad. Raquel Ramalhete. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Unesp, 1995.

FREIRE, G.; FREIRE, I. **Introdução à ciência da informação**. João Pessoa: UFPB, 2009.

FREIRE, I. Um olhar sobre a produção científica brasileira na temática epistemologia da ciência da informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 1-31, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Eunice Simões Lins. **A arte de pesquisar**. João Pessoa: 2004.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Literatura Cinzenta. In: ____ CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. (Org.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p.97-103.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LLOYD, A. **Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory**. *Journal of Documentation*, v. 66, n. 2, 2010, p. 245-258. MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MASLOW, A.H. **Motivation and a Personality**. New York, Harper, 1970.

MENEZES, Ivandro Pinto de. **A ciência da informação: uma reflexão sobre suas bases epistemológicas**. 2013. João Pessoa: PPGCI/UFPB. 105f. [Dissertação de Mestrado].

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008. 406 p.

_____. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. 2012, vol.17, n.3, pp. 621-626. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n3/v17n3a07>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

_____. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=forums&srcid=MDI5OTY5NjE4NjYzNjgxOTMyMTIBMDIwNjQxMjk3MTk5MDU4Njg0OTMBekZqcVg2SmdCUUFGKATAuMQEBdjI&authuser=0>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. **Métodos Qualitativos e Quantitativos: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

OLIVEIRA, Anize Anália de. **A experiência religiosa no cárcere: o caso do Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão em João Pessoa** – PB. 2012. João Pessoa: PPGCR/UFPB. 68f. [Dissertação de Mestrado]

PERROT, Michele. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINSKY, Jaime. **História da Cidadania**. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.) 3.

ROCHA, Marisa Perone Campos. A questão da cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-45, jan. 2000. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_a14824f50e_0008469.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2018.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista.

SANTOS, Mônica Augusta dos. **Análise do serviço de informação ao cidadão das instituições federais de ensino da Região Nordeste**. 2016. 125 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B. (Orgs.). Information seeking in context. Londres: Taylor Graham, 1997. p. 67-80.

SILVA, A. K. A. **A sociedade da informação e o acesso à educação: uma interface necessária a caminho da cidadania**. Disponível em <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000001433/7ea5a636bb78f7d70ceae263acaa292/>>. Acesso em 11 jan. 2019.

SOUSA, José Martinez de. **Dicionário de bibliotecología y ciencias afines**. 2 ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Rui Pérez. 1993.

SOUZA, Rosali Fernandez de; STUMPF, Ida Regina Chitto. **Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da PósGraduação no Brasil**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.14, número especial, p.41-58, 2009.

TARGINO, M. das G. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 20, n. 2, p. 149-160, 1991. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/2779>>. Acesso em: 03 Jan. 2019.

_____. Comunicação científica na sociedade tecnológica: periódicos eletrônicos em discussão. **Comunicação e sociedade**, v. 3, p. 93-112, 2001.

_____. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/1182>>. Acesso em: 03 Jan. 2018.

_____. O óbvio da informação científica: acesso e uso. *Transinformação*, Campinas, v.19, n. 2, p.95-105, maio/ago., 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TOLFO, Andrea Cadore. Direitos Humanos e a construção da cidadania. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 17, p. 33-43, out. 2013. Disponível em: <http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_017/artigos/pdf/Artigo_03.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

TOMASI, Diane Catia. **INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA: A transmissão do conhecimento científico através dos livros didáticos**. 2007. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17806/000718013.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2004/2008**. Salvador, 2004. Disponível em: <<http://www.proplad.ufba.br/docs/PDI2004-20081.PDF>>. Acesso em 13 mai. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB. Linhas de pesquisas**. Disponível em: <<http://dc1.ccsa.ufpb.br/ppgci/index.php?secao=19>> Acesso em: 22 mai. 2019.

VARGAS, Getúlio. **Uma análise da evolução quantitativa da produção científica da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2002. 91f. Dissertação (Mestrado em Políticas e Gestão Institucional)- Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

VICTOR, Maria Eunice Cabral de Luna; et al. **“Adote um bandido”: Sheherazade, os Direitos Humanos e o código de ética dos jornalistas brasileiros**. 2015. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-2311-1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____, MENDONÇA, Fernanda. **Black Mirror: As relações entre a sociedade, a mídia e Direitos Humanos**. 2016. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/eventos/regional/resumos/R52-0855-1.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2018.

VIEIRA, L. A. Informação utilitária: definição, uso e perspectivas. **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, p. 71-74, 2011. Disponível em: <http://culturadainovacao.com.br/wa_files/04_20Informa_C3_A7_C3_A3o_20Utilit_C3_A1r ia_20-_20Leticia_20A_20Vieira.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

VON THERING, Rudolph. **A luta pelo Direito**. São Paulo: Hunter Books, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.